

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PAULA BARRETO DÓRIA AMADO

**CORPO REGULAMENTADO, CORPO REBELADO: ATHENEU SERGIPENSE
(1909–1911)**

ARACAJU – 2017

PAULA BARRETO DÓRIA AMADO

**CORPO REGULAMENTADO, CORPO REBELADO: ATHENEU SERGIPENSE
(1909–1911)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Tiradentes.

PROF^a. DR^a. ILKA MIGLIO DE MESQUITA

ARACAJU – 2017

PAULA BARRETO DÓRIA AMADO

**CORPO REGULAMENTADO, CORPO REBELADO: ATHENEU SERGIPENSE
(1909–1911)**

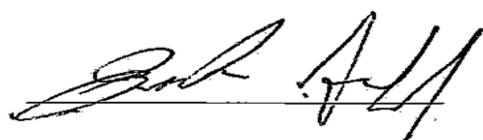
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Tiradentes.

Aprovada em 09 de março 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Ilka Miglio de Mesquita (Orientadora)
Universidade Tiradentes – UNIT



Prof. Dr. Éverton Gonçalves de Ávila (membro interno)
Universidade Tiradentes – UNIT



Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica (membro externo)
Universidade Federal de João Pessoa – UFPB

A481c Amado, Paula Barreto Dória
Corpo regulamentado, corpo rebelado: Atheneu sergipense (1909-1911). / Paula Barreto Dória Amado ; orientação [de] Profª. Drª. Ilka Miglio de Mesquita – Aracaju: UNIT, 2017.

119 p. il.: 30 cm

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Corporeidade. 2. Práticas disciplinares e discursivas. 3. Michel Foucault. I. Mesquita, Ilka Miglio de. (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 371.12

Ao propósito do despertar da consciência. Aos meus pais, Marizi Barreto e Otoniel Amado, e também ao padrasto Renan Tavares, com todo amor e agradecimento a todos vocês, por tantos apoios nesta caminhada. Ofereço também aos meus ancestrais, pois, graças a eles, sou o que sou, tenho o que tenho e possuo um corpo. Ao meu filho infinitamente adorado, cristal luminoso, Lucas Barreto.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. e orientadora Ilka Miglio, pelos encontros e aperfeiçoamentos dados e por todo o polimento necessário neste moderno rito de passagem para o conhecimento. Logo, por todos os partos de ideias, desconfortos, para gerar um brote frutífero. Grata por tantas lições como pesquisadora e como mulher. Pela confiança e respeito depositado em mim e neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Matheus Zica, pelos apontamentos do caminho do DAO, que me influenciou a outras paragens de pesquisas. Ao Prof. Dr. Éverton Gonçalves, por sua leveza de caráter e aportes ofertados. À Prof^a. Dr^a. Railane, que no início do trabalho doou seu tempo para agradáveis conversas sobre a história da educação em Sergipe.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação, fundamentais para a concretização desta etapa.

Aos amigos cultivados no arquivo da Biblioteca Epifânio Dória, o historiador e escritor Pedrinho dos Santos e Tito, duas pessoas fundamentais, quase que cúmplices, que se envolveram e fizeram possível o encontro de inúmeros documentos para a realização deste trabalho.

À parceria incansável dos amigos e familiares próximos durante esta jornada: Bruna Távora, Mirianne Almeida, Jady Rosa, Rony, Marlene Barreto, Marizi Barreto e Mary Barreto. Ao grupo de teatro de bonecos Mamulengo de Cheiroso e ao Coletivo Axonial, pontes de pesquisa vivencial do corpo.

A Esmeraldo Reis, meu querido professor de Yoga, que, em sua prática, sustentou meus momentos de apoios corpóreos.

E a Eduardo Alexander, meu professor de Taoísmo, que no fim da etapa de escrita surgiu como um presente de abertura, somando seus conhecimentos sobre o corpo no oriente e a filosofia do DAO.

RESUMO

A presente dissertação é fruto da necessidade sentida de olhar a perspectiva de corpo/corporeidade, perpetuada a partir de certas regras e conjunturas normativas na escola. Essas práticas autômatas, repetitivas, vêm, talvez por séculos, aderindo-se ao modelo (visão) de educação ocidental. Por outro lado, esta é fruto da necessidade de indagar, refletir sobre a perspectiva de corpo/corporeidade, perpetuada a partir de certas regras e conjunturas normativas. E para efetivar-se esta reflexão, buscamos compreender a produção dos corpos no Atheneu Sergipense, a partir das práticas discursivas e disciplinares produzidas nos Regulamentos Internos do Atheneu Sergipense, ante as falas de resistência veiculadas no jornal estudantil *O Nocydalus*, entre 1909 e 1911. A partir dessas fontes, procuramos evidenciar as fissuras e escoamentos que puderam exprimir a experiência desses corpos. Operamos sobre a óptica do autor Michel Foucault, pela produção dos seus estudos genealógicos e de seu evidente interesse pela constituição dos sujeitos normatizados. Sendo uma pesquisa qualitativa, documental, estabelece um diálogo entre os campos da história da educação, da filosofia pós-moderna e da antropologia do corpo, com o método genealógico traçando reflexões entre as vozes das práticas discursivas e disciplinares das fontes dos documentais e as estruturas teóricas. As conclusões levam a enxergar modelos, escolhas, heranças a serem revisadas e reinventadas sob os pés do paradigma do corpo e de seu papel na educação, bem como na colaboração da formação da sociedade, seja repensando o corpo no passado ou no presente.

Palavra-chave: Corporeidade. Práticas disciplinares e discursivas. Michel Foucault.

ABSTRACT

The present work is the result of the necessity of looking at the perspective of body / corporeity, perpetuated from normative conjunctures in the school. These automata, repetitive practices, have been, perhaps for centuries, adhering to the model (vision) of Western education. On the other hand, this is the result of the necessity to ask and reflect on the perspective of body / corporeity, perpetuated from certain normative rules and conjunctures. In order to achieve this reflection, we aimed to understand the production of the bodies in the Atheneu Sergipens Schoole, from the discursive and disciplinary practices produced in that place, looking to the resistance lines presented in the student newspaper *O Necdalus*, published between 1909 and 1911. From these sources, we try to show the fissures and flows that could express the experience of these bodies. We operate on the perspective of the author Michel Foucault, from his genealogical studies production and his evident interest in the constitution of the normalized subjects. It is a qualitative, documental research, and it establishes a dialogue between the fields of the education history, postmodern philosophy and the anthropology of the body, with the genealogical method drawing reflections between the voices of discursive and disciplinary practices of documental sources and structures Theoretical. The conclusions lead us to see models, choices, inheritances to be reviewed and reinvented under the feet of the paradigm of the body and its role in education, as well as in the collaboration of the formation of society, whether rethinking the body in the past or the present.

Keywords: Corporeity. Disciplinary and discursive practices. Michel Foucault.

SUMÁRIO

1. CORPOS DE PASSAGEM	8
1.1 CONSTRUINDO O CAMINHO METODOLÓGICO	16
2. A VONTADE DE PODER: INSTITUIÇÃO E REGULAMENTO	22
2.1 INSTITUIÇÃO: CORPO E PAISAGEM (1909–1911): DISCURSO ARQUITETURA E DISCURSO SÓCIO URBANO.....	31
2.2 PODER REGULAMENTAR	53
2.3 MATERIALIDADES REGULAMENTAR ES.....	61
2.4 “A PELE” OU REVESTIMENTO DOS REGULAMENTOS.....	63
3. O JORNAL O <i>NECYDALUS</i>: CORPO DAS FALAS E FISSURAS (O COTIDIANO)	73
3.1 CASTIGOS: VOZES NO PAPEL E REVELIA.....	81
3.2 O CORPO DAS AUSÊNCIAS E DAS PRESENÇAS (BEDÉIS E VIGILÂNCIA).....	91
3.3 ME EXAMINAS: E EU TE COLOCO A NOTA!	97
3.4 COMPORTE-SE! LOGO, COLOCO A BOCA NO TROMBONE	103
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	111

1. CORPOS DE PASSAGEM

A presente dissertação tem por objetivo compreender a produção dos corpos no Atheneu Sergipense, a partir das práticas discursivas¹ e disciplinares produzidas nos Regulamentos Internos do Atheneu Sergipense, ante as falas de resistência veiculadas no jornal estudantil *O Necdalus*, entre 1909 e 1911.

O referido jornal foi criado pelos alunos do colégio Atheneu Sergipense no ano de 1909 e teve sua última edição publicada em 1911. Destarte, o marco temporal desta pesquisa se justifica pelo período de publicação do jornal estudantil *O Necdalus*, tomado como uma das principais fontes deste trabalho.

No que se refere aos objetivos, de modo específico, buscamos analisar como se ordenam o corpo e a idealização deste na arquitetura da instituição, tendo em vista o contexto urbano, político e social; entender a idealização dos corpos a partir das normas discursivas e disciplinares dos Regulamentos internos, em contraponto às falas dos alunos veiculadas nas edições do jornal *O Necdalus*, evidenciando as fissuras e escoamentos que puderam exprimir a experiência desses corpos.

Esta dissertação é fruto da necessidade sentida de olhar a perspectiva de corpo/corporeidade, perpetuada a partir de certas regras e conjunturas normativas. Essas práticas autômatas, repetitivas, vêm, talvez, por séculos, aderindo-se ao modelo (visão) de **educação ocidental**². Sentimos ainda que, embora haja pesquisas sobre o que se pretende, algumas questões ainda, estão prenhes de reflexão, da forma de ver o corpo na escola e como ele se produz a partir de práticas disciplinares. A pesquisa deseja fincar o olhar para dentro de certas estruturas de relações de poder, que compõem o corpo e o coloca, sendo aparentemente estas escolhas normas educativas e pedagógicas que, para além de sua usual função, produzem em consequência um certo corpo, ou certa anatomia política.

Foi pelos caminhos abertos por Michel Foucault³, pela produção dos seus estudos genealógicos e de seu evidente interesse pela constituição dos sujeitos e da normatização dos

¹ Sobre o conceito de **práticas discursivas**, do autor e filósofo Michel Foucault (1926–1984), procedente da designada fase arqueológica, abordadas no seu livro *As palavras e as coisas* (1966) e, enfaticamente, em seu livro *A arqueologia do saber* (1969). O autor, movido pelo interesse de estudo sobre a história das ideias, rompendo com a tradição filosófica ocidental, questionou os (discursos) dos saberes gerados pelas ciências humanas entre os séculos XVII e XIX. Segundo Deleuze, “A arqueologia opõe-se às duas principais técnicas até agora utilizadas pelos “arquivistas: a formalização e a interpretação” (DELEUZE, 2005, p. 28).

² Visão do ocidente dentro dos preceitos e perspectivas designadas **cartesiana no entendimento e relação com os saberes, dualista e também reducionista de corpo.**

³ **Michel Foucault**, filósofo francês nascido em Poitiers, no dia 15 de outubro de 1926, e falecido em 1984. Evocado por alguns especialistas como um filósofo estruturalista e considerado como um dos autores mais

corpos dentro das instituições tutelares, que escolhemos os Regulamentos do Atheneu, bem como o que foi burlado, para empreender este trabalho. Então, o que vemos, quando miramos o corpo? Uma trama de materialidades, signos, acontecimentos, afetos, estados e caminhos de percepções, dentre outros, em constante movimento/repouso. O corpo⁴, como um verdadeiro entremeado de finas superfícies, de camadas de diferentes substratos que se sobrepõem uma à outra, pela mesma inteligência biológica que vem sendo dada pela natureza.

Este composto, que reconhecemos como corpo, revela-nos, em carne, memórias com as quais nos identificamos e que herdamos sob a forma dos gestos, dos rasgos físicos ou até psíquicos de outrora. Construímos-nos entre diferenças e repetições, de geração em geração e, por outro lado, constituímos-nos singulares, o que nos delimita como corpo-indivíduo. Porém, no que diz respeito aos acontecimentos que nos perpassam, às vivências e contextos que nos atravessam e tecem, enquanto haja vida e corpo, seremos matéria e motivo da própria história.

Somado a todo complexo de ordem biológica e cultural, do qual o próprio corpo se constitui matéria, aderimos a este ainda mais camadas, compostas de toda a subjetividade, que envolve as emoções e os afetos para, ao fim, constituir-se sujeito cognoscente. Todas essas camadas que se integram no corpo constituem a experiência de ser corpo-corporeidade, na dimensão dos afetos e dos sentidos. Nesta dança, o contato com o dentro e fora, do afetar e ser afetado, constitui corpo nas suas inúmeras dimensões.

Dessas reflexões partem os caminhos e inquietudes que dão destino a nossa vontade de pesquisa. Deste constante interesse de conhecer e de (re)conhecer o corpo como um espaço de inscrições de contínuas paisagens, incubadoras de experiências e suportes de existências, que nos predispomos a pé desta pesquisa. Dirigimos assim o olhar para alguns acontecimentos inseridos na história do corpo, no que diz respeito à perspectiva deste nos modelos de relação, educação e adestramento. Vemos na totalidade do corpo um grande bloco de carne e osso, onde o escultor, sendo o tempo-espaço-movimento, compõe formas, proporções, sombras, fissuras e alegorias, dignas de uma escultura vivente. O corpo é tido, assim, como um acontecimento fenomenológico, um devir constante, pelo olhar de algumas teorias.

emblemáticos da designada pós-modernidade. Foucault, segundo Deleuze (2005), funda uma nova pragmática na interpretação dos enunciados, bem como no trato e na interpretação dos documentos históricos.

⁴ “O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociações do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. E deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22).

Será possível perceber a passagem das finitudes e perspectivas de corpos experimentada pela civilização na sua história? Para responder em alguma magnitude, de lugar e tempo, poderemos criar pequenos recortes, ver em descontinuidade a parcela do todo, focar a lente em algum acontecimento dessa imensa totalidade, que uma dissertação abrange, pois não seríamos capazes de tal gênese. Gostaríamos de revelar o porquê desta inquietação pessoal que, em princípio, desde algumas práticas e experiências artísticas e corporais, moveram-nos para perguntas direcionadas ao corpo. Sua capacidade de afetar, sua forma de criar saberes e relações de poder, discursos e ritmos de vida, e como, por meio da perspectiva de corpo, o sujeito compõe modos de existência a partir da materialidade de si e de tudo que o permeia, que logo dá noções e dimensões da vida.

Pedimos licença agora ao lugar da fala, movendo-nos para **uma cartografia** de confissões do particular, que geraram, em algum lugar do passado, caminhos e acontecimentos prévios a esta dimensão de pesquisa. Vamos referir a pequenas partituras do **“Eu Corpo”**⁵:



Figura 1 - Performance INCARNAR, 2014
Fonte: Acervo pessoal.

Sendo descendente de família de artistas, tornei-me uma entre eles, atraída sobre as descobertas das artes do corpo. Desde menina, fui envolvida com a experiência da dança, sendo

⁵ Muda-se aqui para a primeira pessoa do singular, por ser experiência pessoal.

iniciada com a saudosa professora e mestra Lu Spinelli. Com a vivência cotidiana, desde cedo, com apenas doze anos, fui lançada através da tradição familiar ao teatro de bonecos, na respeitada companhia sergipana do “Mamulengo de Cheiroso” com o mestre bonequeiro e tio Augusto Barreto. Em paralelo, trilhava perguntas e buscas, sobre as quais o corpo pensava.

Na idade adulta, fui atravessada pela dança contemporânea na cidade de Madrid, e lá tomei contato com técnicas de consciência corporal como: *body mind century*, biodança, sensorama, *performance*, instalação, *yoga*. Aproximei-me de algumas técnicas de consciência corporal e suas questões pela busca curiosa e pessoal, pelas experiências e sensações que reverberam a consciência e a inteligência física do corpo. Atualmente, atraída pelas artes do acontecimento, como a *performance*, chegando também ao *happening*, taanteatro, dança ritual e outras técnicas afins, que induzem estados de presença corporal, fui reaprendendo a ser corpo como um dos lugares potentes que geram possibilidades de ser-estar no mundo.

O corpo pensa, e pensa muito, possui memória e inteligência associativa, dentre outras. **A razão é o lugar do corpo** e está no todo integrado. Experimentando, observando e aprendendo em inúmeros momentos com e através dele. Ao contrário do pensamento cartesiano, o corpo se torna excelência dos processos de aprendizagem e de criação. Ele se torna mídia, veículo, modificador e modificado, resultante de todas as contaminações, sendo condutor de profanações de velhas verdades, pois o instinto científico é a eterna pergunta, o constante descobrir. Assim, sou atravessada por cada livro ou texto de teatro aprendido, pelas células de movimentos geradas nos músculos e, por sua vez, no cérebro, na disciplina de cada prática ou espetáculo, dos lugares, das pessoas e das novas aptidões a serem adquiridas. Vivenciar pode se dizer estar semiacordada, algo que diz respeito ao corpo. As leituras foram dadas e as questões iam acontecendo neste andar.

Percebendo que o corpo não era de todo meu, viajante de diferentes esferas, cargas e autonomias, onde levava e trazia histórias, entre o que foi herdado do passado e do que pode vir a ser, olhei para os outros corpos. Olhei para eles na sociedade, no trabalho, na escola, e queria entender sua organicidade, o que se entendia sobre ele. Ou seja, que papel tinha, dada a percepção do que era o corpo dentro da nossa sociedade, de seus fazeres, e se acaso éramos conscientes na ação dessa construção contígua do corpo, em relação aos diferentes lugares do fazer humano. Afetou a pergunta espinozista⁶, que circundam alguns diálogos do nosso tempo: **o que pode o corpo?**

⁶ Filósofo Holandês Baruch Espinosa (1632–1677). Segundo Deleuze (2002, p. 23), “Espinosa propõe aos filósofos um novo modelo: o corpo. Propões-lhe instituir o corpo como modelo. “Não sabemos o que pode o corpo...”. Esta declaração de ignorância é uma provocação: falamos da consciência e de seus decretos, da vontade

A partir de aproximações teóricas direcionadas ao assunto, especificamente desde 2010, quando foi realizado o curso de pós-graduação *lato sensu* em Estudos Contemporâneos em Dança, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Núcleo de Pós-Graduação em Dança, tive a oportunidade de ampliar e expandir algumas questões que, antes, de fora do universo acadêmico, não se clarificavam. A aproximação com a academia permitiu o contato com algumas teorias e entendimentos, formas de pensar o corpo, como no caso da teoria corpomídia desenvolvida pelas autoras e ex-professoras Helena Katz e Christine Greiner, e entre outros autores que pensam em questões relacionadas aos paradigmas neoevolucionistas sobre o corpo, como os chilenos neurobiólogos Dr. Humberto Maturana e Francisco Varela, bem como o neurocientista português Antônio Damásio, com todas as suas contribuições para pensar o corpo. Além desses pensadores contemporâneos, presentes em leituras anteriores a esta pesquisa, permitiu fazer um mergulho ampliado em torno da questão do corpo e da produção dos saberes, observando a história e a relação com o nosso tempo presente.

No caminho de conclusão da pós-graduação, procurei sedimentar algumas bases teóricas, neste caminhar acadêmico. Uma delas foi através das aulas proferidas por uma das grandes teóricas de Corpo do nosso país, referência internacional, com suas teorizações sobre corpo e movimento, a Dra. Helena Katz, atualmente professora da Pós-Graduação das Artes do Corpo, na PUC/SP, e autora do livro *Um, Dois, Três, a Dança o Pensamento do Corpo*, publicado pela editora Annablume. Por essa obra, a autora desenvolveu uma nova teoria de corpo, a teoria corpomídia, abordada hoje por autores do nosso país, tendo outras produções em parceria com a professora e escritora do mesmo núcleo, Christine Greiner, autora de livros com estudos sobre o corpo e suas manifestações na arte do movimento, teatro e *performance*. Neste curso de formação, tive como orientadora da monografia, a doutora, *performer* e escritora Clélia Queiroz, que aborda teorias neoevolucionistas de corpo. Todas elas, somadas a outros pensadores sobre a temática do corpo, ligados à arte, à escola-educação, à semiótica e à tecnologia, contribuem com as novas abordagens e entendimento do fazer do corpo na perspectiva atual, dentro e fora do Brasil.

Logo depois deste primeiro contato acadêmico, ingressei em minha segunda graduação, em 2011, no curso de Licenciatura em História, pela Universidade Tiradentes de Sergipe, concluída no fim de 2014, na qual permaneci durante todo este período como bolsista PIBIC. Particpei de grupos de pesquisa como o GPECS, devidamente filiado ao órgão da CAPES, coordenado pela professora Dra. Dinamara Feldens, com enfoque na área da Filosofia da

e de seus efeitos, dos mil meios de mover o corpo, de dominar o corpo e as paixões – mas *nos nem sequer sabemos de que é capaz um corpo*”.

Educação, estudando e produzindo atividades sobre os temas que circundam temas relativos à disciplina escolar, ao corpo e ao currículo na Escola, através de autores pós-modernos como Michel Foucault, Tomaz Tadeu, Sandra Mara Corazza, Alfredo Veiga Neto, Gilles Deleuze, Terezinha Petrucia, dentre outros.

Tais estudos e leituras me proporcionaram, no mestrado, o interesse de compreender a corporeidade forjada a partir das práticas disciplinares e discursivas, exercidas ao sujeito na escola, para compreender a configuração ou produção de determinada corporeidade, em seu tempo vigente, desnudar o propósito de corpo que guarda o fazer nas instituições escolares, desta relação de poder e saber. Como um primeiro esboço de estudo, precisaria traçar ainda mais delimitações e recortes.

É o corpo “o fazedor”, “o ator do tempo”, das falas e das ações, ditadas pela vontade de verdade, de domínio da natureza, do instinto de colonização do outro e de si mesmo. Vemos⁷ que, ao mesmo tempo em que o corpo vivencia acontecimentos, ele se constrói, produz e é produzido. Nesse híbrido, faz história. Assim, atravessando diferentes culturas e épocas, no espaço e tempo, percebemos que a partir do modo em que os sujeitos estabelecem uma visão conveniada de seu corpo, determinam-se certas práticas e visões da realidade, que configuram afinal sua corporeidade. É sobre o lugar do corpo e de seu entendimento, onde os povos e as culturas produzem contrastes, encontros e suas singularidades, constroem objetos, formas de produção e de trabalho, novos modelos de comer, caminhar, vestir-se, dentre outras. São estes signos, impregnados por todo nosso corpo e por meio deste, que podemos olhar e estudar os vestígios e impressões de sua própria história.

Situamos este primeiro esboço, não para definir de modo essencialista ou particular, as experiências de corpo e das suas relações no contexto histórico da educação, mas sim para partir de um entendimento de sobreposições de experiências e visões de corpo interligadas, sucessivas, descontínuas, que atravessam nosso principal objeto. Sabemos que o corpo modifica e é ao mesmo tempo modificado pelas ações geradas por si, por outros e pelo próprio ambiente. Este produz e é, ao mesmo tempo, produzido. Com esta noção, poderemos escolher um recorte ou circunstância que envolve um corpo, em um lugar, com suas ações, linguagens, movimentos que nos digam e nos falem deste modo de ver e ser corpo, criando relações entre trajetórias, e por isso, produção de certas corporeidades. Ao escolher um objeto de estudo, um lugar, um documento, como vozes que nos falem e abordem o corpo, isso nos fará recapitular memórias e fazer associações de entendimentos entre lugares do tempo, passado e presente.

⁷ Retoma-se aqui a primeira pessoa do plural.

Sendo o corpo tomado em seus diferentes estados e dimensionalidades, desde sua materialidade, no campo da ação, da subjetividade, dentre outros espaços que ele alberga, é o mesmo corpo que dá sentido original a este trabalho, a necessidade de compreendê-lo que nos impulsiona para toda potência poética e investigativa, os limiares que o recortam, que o perpassam, e os acontecimentos que o produzem. Toda esta dimensão nos insere no lugar de busca e inquietação investigativa sobre uma determinada questão e tema.

De volta à dimensão da fala ou ato investigativo. Cabe conceituar a perspectiva de corpo/corporeidade aqui presente, **dadas sua polissemia** e as suas diferentes abordagens. Determinaremos sob quais entendimentos fomos atravessados. Este trabalho vem sendo fruto de algumas reflexões e leituras sobre a noção de corpo/corporeidade⁸ em nossa contemporaneidade. Apresentamos os dois termos unidos por barra, na tentativa de representar uma visão indissociável que existe entre essas duas aparentes unidades, como um jogo de grafia escrita.

Apresentamos estas duas palavras (corpo/corporeidade) unidas por barra, em oposição a escrita cartesiana, apresentada usualmente pela tradição metafísica, colocando em oposição a experiência de “corpo X alma”, “corpo X razão”, e assim por diante, perpetuando um entendimento dicotômico destas manifestações e experiências.

O cartesianismo estabelece-se sobre uma perspectiva maniqueísta e reducionista de corpo, do modo como o posiciona, da sua forma de vê-lo, decifrá-lo e de educá-lo. Resulta, assim, no paradigma da concepção criada por essa longínqua tradição mecanicista abordada como o **corpo-máquina**, que tanto nos inquieta e incomoda. Muitas vezes, esta é uma definição ou estado de corpo, aludido em inúmeros campos de estudos, um término que honra a implantada lógica de produção fabril, onde tempo é trabalho, visando máximo desempenho e produção.

Como referencial teórico, propomo-nos a pensar a produção do corpo/corporeidade pelas lentes da filosofia foucaultiana, dialogando com o suporte bibliográfico acumulado. Michel Foucault remonta o pensar e o fazer histórico nas décadas de 60 e 70 do séc. XX com

⁸ Neste sentido, a corporeidade seria como uma rede de anticorpos para romper com a noção de corpo monolítico. Paradoxalmente, mais uma vez, não se escapa da tentativa de nomeação, embora mude o nível de descrição. A diferença em discutir “o corpo” ou “as suas corporeidades” é a tentativa evidente de estudar “diferentes estados” de um corpo vivo em ação no mundo. (GREINER, 2006, p. 22) colocar nas referencias!

sua arqueologia⁹ e genealogia¹⁰, lançando novos paradigmas e indagações, depositadas principalmente na interrogação das fontes históricas documentais e seus discursos, visando ao caráter descontínuo da história. Foi um autor que privilegiou e indagou questões sobre a configuração do corpo e a produção da corporeidade dos sujeitos a partir das práticas efetivadas nas relações de poder, regulação e saber a partir da história moderna.

Para Foucault, a história se escreve a partir de um jogo emergencial de descontínuas lutas, entre dominadores e dominados, daqueles que se apoderam das regras, ora o assujeitador é também assujeitado pelas suas próprias regras, e vice-versa. Foucault estabeleceu, na investitura de seu pensamento, o importante sentido de descontinuidade. Ele nos ensina a rir do sentido de origem e da questão da “verdade ontológica”, ao contrário do fazer da história tradicional, que se empenhou em cristalizar certas verdades. Ele não se apoia na ideia racionalista baseada na crença de verdades absolutas, procedente da lógica metafísica Platônica.

No que diz respeito à sua inovadora maneira de olhar e considerar o documento histórico, com base em sua genealogia, Foucault posiciona o documento como o lugar da constituição do sujeito, a partir dos “jogos de produção de verdades”, sendo estas verdades geridas pela ação das práticas discursivas e disciplinares. Um ponto fundamental da genealogia será entender que não há uma constituição de um poder sem um campo de saber, e vice-versa.

Foucault é tomado, nesta segunda fase de seu pensamento, por um incessante interesse acerca dos processos por meio dos quais os indivíduos se tornam sujeitos, a partir das relações de poder exercidas no interior das instituições tutelares, produzindo e constituindo saberes, dados por estas relações de forças, gerando, assim, o binômio **poder-saber**, discutido em sua obra. Seu pensamento, conceitos, métodos investigativos e elucidações teóricas foram absorvidos por autores como: Paul Veyne, Giorgio Agamben, Judith Butler. Aqui no Brasil,

⁹ Na sua fase **arqueológica**, Foucault desenvolve uma teoria de análise da edificação dos saberes, reconhecendo a heterogeneidade existente nas diferentes vozes emitidas nos discursos, procurando elaborar uma crítica sobre esses saberes existentes e sobre a limitada visão de linearidade histórica. Para ele, a história é essencialmente descontínua. Foi por meio desta noção de descontinuidade que Foucault modificou a maneira de produzir história. Por outro lado, com sua fundamentada metodologia de arqueólogo dos saberes, coloca em questão toda episteme ou razão ocidental, tratando o saber científico, como uma relação de “jogos de verdade” estabelecida sobre um domínio entre saberes e poderes, vice versa. As práticas discursivas, neste caminho teórico, é o espaço em que o sujeito pode tomar posição, para falar dos objetos de que se ocupam seus discursos.

¹⁰ Para a **genealogia** de Foucault, o sujeito nasce no interior das instituições e de suas práticas. Esta visão deu novas elucidações no campo da pesquisa histórica e da relação com as fontes documentais, que nos posiciona em um lugar de adequação em relação à escolha do autor e do método para o desenvolvimento do presente trabalho. Define-se ele próprio, como um genealogista, utilizando de seu domínio de complexidade metodológica, para exercer uma dura crítica ao sentido da razão platônica, no uso da verdade histórica e científica, ridicularizando a pesquisa das origens, das máscaras de verdades, discordando duramente com a perspectiva de continuidade-linearidade histórica. Ele conceituará a verdade como uma construção produzida pelo discurso, e pelas regras ligadas ao poder, acontecendo, modificando-se em descontinuidade. Segundo Foucault (1979, p. 190), “A verdade e seu reino originário tiveram sua história na história”.

por Antônio Machado, Alfredo Veiga Neto, dentre outros, multiplicado por inúmeras produções de âmbitos acadêmico, artísticas, principalmente a partir dos anos 90 do séc. XX.

1.1 CONSTRUINDO O CAMINHO METODOLÓGICO

Fizeram-se necessárias escolhas metodológicas para construir um caminho fluido para desdobrar, refratar e compreender o objeto de estudo aqui proposto. Trata-se, portanto, pela abordagem do problema, de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Para tanto, utilizamos o método genealógico para operar com as fontes e documentos. Nós nos encontramos inseridos no lugar da pesquisa histórica, na tentativa de compreender certas perspectivas de corpo/corporeidade do sujeito, multiplicadas pelas práticas discursivas e disciplinares, ecoadas pelos documentos normatizadores.

Nada nos foi mais adequado, que fazer uso do método genealógico, sendo um conceito tomado do pensamento do filósofo alemão, Friedrich Nietzsche (1844–1900), da sua obra “Genealogia da Moral”, publicada em 1877, sendo um método trabalhado e apropriado por Michel Foucault. De forma subversiva, Foucault se posiciona como um filósofo e pensador que se opõe ao pensamento racionalista platônico, fazendo uma dura crítica ao pensamento moderno, colocando em cheque a ideia iluminista de “verdade” e da “razão científica”.

O método genealógico nos oferece um procedimento explicativo, uma perspectiva processual da teia do discurso, sem procurar métodos universalistas para fazer história, mas, sim, para desfrutar de um pensamento relacional. A genealogia pretende desfigurar as máscaras das verdades universais, dadas pelas relações de poder dentro das instituições, uma metodologia de combate e despego ao absoluto, e missão de trazer à tona os saberes assujeitados, desqualificados, silenciados. Para isso, precisa infiltrar-se na virtualidade histórica. Como expõe Antônio Machado na introdução da *Microfísica do Poder*, “A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (MACHADO, 1979, p. 22).

A perspectiva de corpo/corporeidade, produzida a partir da visão genealógica de Foucault, sendo o corpo uma multidimensionalidade fruto das diferentes relações traçadas na trama do poder, resulta no conceito de **anatomia política**¹¹. Ele vai entender o corpo como

¹¹ **Anatomia política:** “A invenção dessa anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localização esparsas,

produtor e produto dos discursos enunciados e inseridos na episteme moderna, provenientes das diferentes modelações das leis, documentos, normas, regulamentos geridos pelas instituições normatizadoras, estabelecendo certas relações de poder dentro de uma microfísica. Toda essa visão é própria da ótica genealógica, e opera-se com uma série de conceitos que dá uma visão particular do corpo e de sua subjetividade.

Quando nos posicionamos a fazer a análise dos Regulamentos do Atheneu Sergipense e das falas do jornal *O Nectydalus*, alinhamo-nos ao entendimento de corpo agenciado através do olhar da **genealogia foucaultiana**, ante os discursos dos Regulamentos e do citado jornal estudantil. A relação destes com as tradições, que lhes antecede no tempo, aponta a produção do corpo gerado através de relações de poder, no seio das normas da instituição e de suas técnicas e dispositivos disciplinares.

Foucault considera que o genealogista, em vez de aferrar-se às condições metafísicas e cartesianas, deve, sobretudo, escutar a história em sua própria descontinuidade, ao uso de sua materialidade. Segundo Foucault (1979, p. 23), “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um assentido, mas o jogo casual de dominações”. Foucault sustenta a necessidade do conceito de **emergência** levantado pelo olhar do método, de estar muito atento a como fazer costuras irem e virem no tempo.

Assim, estudar a emergência de um objeto — conceito, prática, ideia ou valor — é proceder à análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos que instituíram e “alojam tal objeto”. Não se trata de onde ele veio, mas como/de que maneira e em que ponto ele surge. O conceito de emergência refere-se ao presente não como resultado final de uma evolução histórica, mas como uma etapa no processo bélico de confrontação entre forças opostas em busca do controle e da dominação (VEIGA-NETO, 2011, p. 61).

A emergência seria o salto instantâneo das forças, o grande jogo da história na qual cada personagem emerge e se estabelece, seja na dominação ou na reação dos fracos ou qualquer emergência de diversos sistemas de submissão ou domínio. Seria esse surgimento emergencial em que uma força se coloca a agir, e a emergência seria a entrada em ação dessas forças e seus deslocamentos.

que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos uma fachada de um método geral. [...] Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder, e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem cobrir o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos, dramatizará nossos instintos, multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade (MACHADO, 1979, p. 28).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos inicialmente uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, acerca do campo desenvolvido sobre o estudo do corpo na educação e no Atheneu Sergipense; trabalhos especificamente voltados para a perspectiva normatizadora e disciplinar da produção do corpo na escola. Uma vez localizados, após as leituras e fichamentos, foi feita a seleção de alguns trabalhos que faziam referência ao tema procurado. Assim, destacamos trabalhos de teses e dissertações do banco da Capes, que nos auxiliaram a situar nosso objeto de estudo no que se refere a Corpo, Educação e Atheneu Sergipense.

Dos trabalhos encontrados em circulação na área, sobre a instituição, destacamos tese de Eva Maria Siqueira Alves, que empreendeu sua pesquisa de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2005, intitulada “*O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*”. A autora buscou conhecer a história do Atheneu Sergipense no período compreendido entre as três últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX. A estudiosa, ao analisar os Planos de Estudo do Atheneu Sergipense, mostrou suas finalidades, levantou dados sobre as cadeiras lecionadas e as cargas horárias das disciplinas e os exames, revelou o cotidiano pelas atas da congregação e pautada numa documentação vasta, que permitiu despontar as práticas pedagógicas da instituição.

Ligados a esse mesmo grupo de estudos, foi-nos de grande utilidade a dissertação da mestra em história pela Universidade Federal de Sergipe, professora Valdevania Freitas dos Santos Vidal, defendida em 2009. Sua dissertação “*O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*” nos possibilitou contrastar informações e recompilar dados de interesse a reforçar em nossa pesquisa.

Paralelamente ao referencial de dissertações e teses, foi realizado um levantamento de fontes no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)¹², onde foram localizados documentos que dizem respeito ao objeto de estudo, a saber: atas da congregação

¹² Centro de educação e Memória do Atheneu Sergipense, coordenado pela professora Eva Maria Siqueira Alves (UFS), com apoio de agências de fomento à pesquisa como FAPITEC/SE CNPq e CAPES.

do Atheneu Sergipense, correspondências administrativas, publicações na imprensa, relatórios administrativos. Pudemos também nos apropriar de documentos que foram arquivados no CEMAS, no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGE), na Hemeroteca da Gráfica do Estado de Sergipe SEGRASE, no Arquivo Público Estadual de Sergipe, do Arquivo Público Municipal de Aracaju, na Hemeroteca e acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória e no Instituto Tobias Barreto. Nesses espaços de pesquisa foram localizadas as reformas educacionais, leis e decretos, imagens fotográficas e jornais do período histórico estudado. Também acessamos os órgãos responsáveis por tombamento e habilitação de obras públicas do estado CEHOP¹³, na tentativa de conhecer a primeira planta arquitetônica interior do colégio Atheneu Sergipense, dentre as primeiras décadas do séc. XX.

Assim, esta dissertação tomou corpo pela pesquisa empreendida. Foram muitas idas e vindas nos espaços citados, e o corpo do pesquisador sentiu, exauriu-se, mas não desistiu. A chama acesa do corpo e da mente que quis conhecer deixa aqui o resultado, o corpo do texto escrito. De forma estrutural, o trabalho está dividido em três seções. Nesta primeira seção, *Corpos de Passagem*, são abordados os aspectos presentes para o objetivo do trabalho, o trajeto de motivação pessoal de onde parte a vontade de pesquisa, os trajetos acadêmicos e teóricos escolhidos. A apresentação de leituras e autores que influenciaram sobre o tema e os pertinentes envolvimento para os meios de encontro à pesquisa. Ao fim, apresentamos a natureza metodológica, a justificativa e a pesquisa que esta dissertação exigiu. Os referenciais bibliográficos e teóricos foram abraçados, como a exemplo dos caminhos traçados pela genealogia foucaultiana e seus recursos.

A segunda seção, intitulada *A Vontade de Poder: Instituição e Regulamento*, consiste na apresentação do Colégio Atheneu Sergipense e de um breve histórico, situando como essa instituição foi forjada, sua arquitetura física e histórica, tornando-se, ao fim, colégio modelo de ensino secundário no Estado Sergipe, nos séculos XIX e XX. Como estratégia narrativa de entendimento, para dimensionar a natureza dos elementos trabalhados, envolvemos as teias e ramificações da vontade de poder sobre a constituição da instituição como primeiro corpo forjado. Apresentamos e analisamos a índole dos Regulamentos do Atheneu Sergipense, como documentos ligados ao campo legislativo, como diálogo de aproximação e conhecimento das fontes trabalhadas.

Na terceira e última seção, intitulada: *O Jornal Necydalus: o corpo das falas e fissuras*, operamos a construção da análise das fontes, transformando-as em documentos, sendo estas: o

¹³ CEHOP — Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas em Sergipe.

Jornal estudantil do Atheneu Sergipense, *O Nectydalus*, de 1909 a 1911, produzido pelos alunos do Atheneu Sergipense, como lugar de representação das vivências do (cotidiano) do corpo; e os Regulamentos Interno do Atheneu, recompilados dos mesmos anos equivalentes do mencionado Jornal, o de 1909 e o Regulamento de 1911. Estes foram trabalhados em contraponto e em apoio a outras fontes escolhidas, para sua interpretação e fissuras exprimidas, conhecendo os ecos dessas vozes, e seu fazer, enquanto corpo.

Para esta operação e organização de trabalho, fizemos o recorte de olhar quatro categorias, ou naturezas latentes, dentro dos discursos nas fontes estudadas. Essas categorias foram analisadas nos documentos: Castigos; Ausências e Presenças; Comportamento, trabalhadas para evidenciar, dentre os documentos, as naturezas discursivas e disciplinares, para detectar a perspectiva de corpo emergenciada neles. Conhecer os sujeitos. Ver o corpo.

Ao fim desse caminho, trabalhados os discursos das fontes, suas tensões, as práticas de resistências e a presença da perspectiva do corpo/corporeidade, emitidas e construídas pelos discursos produzidos por ambos, trazemos as considerações últimas, parte reflexiva do trabalho gestado, pelo qual evidenciamos o corpo, encerrando a sutil tríade aqui desenhada. Portanto, o *habitus* investigativo favorece a possibilidade de respostas, como também a elaboração de novos limiares interpretativos (novas perguntas), às perspectivas e produção do corpo/corporeidade, produzidas e replicadas através da escola.

2. A VONTADE DE PODER: INSTITUIÇÃO E REGULAMENTO

O Regulamento orgânico da Instrução Pública da província de Sergipe, correspondente a 24 de outubro de 1870, deu lugar e surgimento à instituição¹⁴ de ensino público e secundário Atheneu Sergipense¹⁵. Em sua Ata de Congregação de ensino, tinha como finalidade e compromisso ministrar concomitantemente os cursos de Humanidades e o curso Normal, dirigidos à mocidade sergipana. Cobrindo as demandas de ensino existentes, a instituição tinha como objetivo, em seu período inicial, garantir a capacitação dos jovens herdeiros ao efetivo ingresso aos cursos superiores ofertados na República. O objetivo seguinte era propiciar a capacitação profissional do magistério, para livre docência dentro dos cursos primários nas escolas do estado.

O Atheneu Sergipense, em seu processo de constituição, teve como um de seus mais influentes idealizadores o jurista, deputado e jornalista Manuel Luiz Azevedo d'Araujo. Natural de Laranjeiras-SE, segundo Nunes (1984), foi diretor geral da Instrução pública de 1870 a 1975, tendo como um dos maiores objetivos organizar o novo Regulamento do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense. “A instalação, inauguração e abertura do Atheneu Sergipense ocorreu em 3 de Fevereiro de 1871, contando com uma Congregação da instituição, com a guarda de honra composta dos menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros [...]” (ALVES, 2005, p. 52). Teve instalações provisórias para o curso das aulas durante o ano de 1871.

Sob o período da Presidência do tenente coronel Francisco Cardoso Júnior, Manuel Luiz, a diretos de diretor da Instrução Pública, exprime no *Jornal do Aracaju* de 1872, em seu relatório dirigido ao Presidente da Província, a necessidade de ocupar a nova sede da instituição¹⁶, localizado na Praça Manoel Barroso, atual Praça Olímpio Campos:

Atheneu precisa com urgência de um outro edifício, em que melhormente possa funcionar, o em que actualmente se acha, e que fora oferecido pela câmara municipal, sobre não ter sido construído com as acomodações

¹⁴ A origem etimológica da palavra “Instituição” vem do latim *Institutio*, instituído, colocar de pé.

¹⁵ Segundo Alves (2005, p. 81), o Atheneu Sergipense recebeu várias denominações ao longo dos anos: “Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio estadual Atheneu Sergipense (1970), e atualmente Colégio Estadual Atheneu Sergipense – Centro de Excelência (desde 2003)”. Ao longo do trabalho será empregado o nome Atheneu Sergipense, salvo alguma especificação de análise.

¹⁶ “As instituições não são fontes ou essências, e não possuem essência ou interioridade. São práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, porque pressupõem as suas relações e se limitam a ‘fixá-las’, segundo uma função reprodutora e não reprodutora. [...] De modo que, para cada formação histórica, será necessário procurar saber o que pertence a cada instituição existente nesse estranho, ou seja, quais as relações de poder que ela integra, que relações mantêm com as outras instituições e como é que essas repartições mudam, de um estrato para outro” (DELEUZE, 2005, p. 104).

necessárias aos seus trabalhos esta arruinado, informando-me os professores, que a sua construção não vale a pena à província, que tão adiantado leva a obra do novo edifício. [...] Peça pois a V. Exe. que faça acelerar o andamento da nova obra, para que, brevemente ali instaladas as aulas, possam estas funcionar com os cômodos e sem receios que inspiram um edifício que se arruína (JORNAL DO ARACAJU, 1872).

A transcrição foi retirada do Jornal do Aracaju de 1872, da seção intitulada **Relatório da instrução pública feita ao presidente da Província**. Constam nessa matéria do jornal a preocupação política e a relevância social pelos meios e efetivação do edifício institucional do Atheneu Sergipense para a sociedade sergipana.

Nesse sentido, expõe Nunes (1984) em seu trabalho, sobre o reformista Manuel Luiz Azevedo d’Araujo, como um dos políticos mobilizadores dos novos paradigmas da instrução pública de Sergipe no período, na qual teve um envolvimento direto no projeto da idealização do Atheneu.

[...] o relatório do Presidente Dr. Joaquim Bento, que insistia por melhoramento do espaço. A sociedade sergipana participou do empenho do Presidente quando este solicitou contribuições financeiras, recorrendo à generosidade dos cidadãos, para construção de um prédio para instalar aquela instituição. Com algumas contribuições dos “cidadãos mais favorecidos de fortuna”, novo prédio foi erguido, com “elegância e solidez, na Praça da Conceição (hoje praça Olímpio Campos), sendo inaugurado em 3 de dezembro de 1872, (cf. Nunes) (ALVES, 2005, p. 60).

Fica evidente, nessas declarações, a articulação para a formação do colégio que envolveu interesses políticos, sociais, provenientes das classes abastadas, conjuntamente com o poder administrativo, aliados para promover e construir juntos uma educação modelo, talvez símbolo de perpetuação de certas lógicas ou formas de produção do sujeito e de valores modernos. Dentro dessa nova dinâmica capitalista e urbana, deveriam ao fim corresponder, na materialidade de seu próprio prédio, aos valores que se prezavam. A educação se estabelecia entre os edifícios dos poderes, ícone de uma força institucional erguida e obstinada. O interesse de realizar a construção de uma sede fixa implicou, ao presidente e ao diretor da instrução, levantar a sociedade para esta empreitada, que conecta a uma rede de benefícios discursos e interesses implícitos neste movimento entusiasta. “Assim, Manuel Luís tinha da educação uma concepção global e dinâmica, como a entendiam os pedagogos mais esclarecidos, e a via sendo chave de todos os problemas que conduziriam o homem à felicidade” (NUNES, 1984, p. 51). Exaltava, em sua consciência liberal e avançada, o poder da educação verdadeiramente nivelada, de acesso a todos, e de intuito prático formativo, como deixa transparecer no texto:

A formação humanística que o marcou fez que entendesse a educação numa tríplice finalidade: "Sendo tríplice o fim da educação — permita-se-me recorrer a uma frase mais expressiva de M. Temples — os corpos mais sãos e mais belos, os espíritos mais lúcidos e os sentimentos mais puros, ela será incompleta desde que qualquer um destes fins não for objeto de seus cuidados; será incompleta, senão impossível, mesmo sob o ponto de vista moral e intelectual, se sob o ponto de vista físico ele for nenhum."[...] Explica-se, assim, seu grande entusiasmo pela educação física, indo buscar exemplos nas nações mais adiantadas, que a mantinham nos currículos escolares — Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Dinamarca, Suécia, França — “onde as organizações fortes vão encontrar a sua conservação e desenvolvimento, e as fracas a sua modificação e melhoramento”. Apoiava-se nos ensinamentos de Pestalozzi, Basedow, Ling, entre outros pedagogos que enumerava, para defender a importância da cultura física e a necessidade de ser incluída nas escolas sergipanas (NUNES, 1984, p. 52-53).

No primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, “governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior (2 de dezembro de 1869 a 11 de maio de 1871), que, movido por pensamentos reformistas, e seus aliados, inovou o sistema da instrução pública” (ALVES 2005, p. 54). Nos primeiros nove anos de funcionamento do Atheneu, este foi regido pela mentalidade pedagógica do método simultâneo, dada pela Reforma Couto Ferraz, que entrou em vigor a partir do Decreto n.1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, sendo interrompida pela Reforma Educacional Leôncio de Carvalho, com o Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, estabelecendo os preceitos do método intuitivo¹⁷, também chamado “lições das coisas”.

Dentro da perspectiva de interesses políticos e sociais do período e de seu surgimento, o Atheneu Sergipense representou uma das instituições mais almeçadas da sociedade sergipense do fim do séc. XIX e da República do séc. XX. Tornou-se, ao longo de sua trajetória, uma instituição de instrução secundária e pública, que atravessou inúmeros cenários históricos no estado de Sergipe e no Brasil, sejam estes marcados por reformas políticas, urbanísticas ou educacionais. Eis aqui a instituição de ensino secundário Atheneu Sergipense e seu corpo não discursivo, o edifício de ensino (Figura 3):

¹⁷ “Os processos intuitivos, que estariam em constante aperfeiçoamento na Alemanha, na Suíça e nos Estados Unidos, eram a base do ensino moderno. Seu mérito, ‘a cultura intensiva do espírito, o aproveitamento de todos os detalhes cada coisa em cada hora, o alimento intelectual o mais completo, dado na proporção da receptividade psicológica (Discurso aos professorandos)’” (CARVALHO, 2003, p. 25, grifo nosso).



Figura 3 - Fachada frontal do colégio Atheneu Sergipense, 1873–1875. Praça Olímpio Campos¹⁸
 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2015.

O edifício¹⁹ ocupado no fim do ano 1872, como sede do colégio Atheneu Sergipense, desde sua materialização como lugar de instrução secundária oficial, ficou neste mesmo edifício até 1926. Este cobriu, então, uma demanda do ideário educativo para os jovens da capital sergipana, que antes se viam obrigados a se transladar a outros centros urbanos para prosseguir seus estudos secundários. Essa mobilização passou a ser uma demanda real no período. “Fornecer tal ensino inteiro, completo de base científica, condição efetiva da cidadania plena, é o que se entendia como tarefa republicana” (CARVALHO, 2003, p. 29).

Ante a dificuldade de recursos financeiros do governo provincial para a construção de um prédio adequado, Manuel Luis sugeriu ao Presidente Francisco José Cardoso Júnior que recorresse aos "cidadãos mais favorecidos da fortuna", pedindo donativos para o levantamento do edifício. Entre as contribuições levantadas, figura a dele próprio. Orçada a construção do prédio em 26:0005000, a inauguração só aconteceria em setembro de 1872, quando já era presidente o Bacharel Joaquim Bento de Oliveira. Na época, foi considerado o prédio "melhor da capital pela sua elegância e solides" e um dos mais belos. Apresentava influência do neoclassicismo, que largamente dominou na Corte, influência de Grandjean de Montgny, o arquiteto que

¹⁸ “O prédio inaugurado em 3 set. 1872 foi considerado ‘o melhor da Capital pela sua elegância e solides’. Nele funcionaram as aulas do Atheneu até começo do século XX, sofrendo, posteriormente, grandes modificações” (NUNES, 1984, p. 45).

¹⁹ Segundo dados do CEHOP. As suas características: Arquitetura civil urbana de caráter institucional, segunda metade do século XIX, propriedade do Município de Aracaju. Tombamento: Decreto n. 12.039, de 22/01/1991; inscrição no Livro de Tombo n. 1 – Geral – fl. 16. Localização: Praça Olímpio Campos, 74 – Centro – Aracaju/SE.

integrou a Missão Francesa Le Breton, chegada ao Brasil em 1816 com o objetivo de fundar a Academia de Belas Artes, efetivamente inaugurada só em 1826. (NUNES, 1984, p. 47).

Foi um projeto planejado ao detalhe, sobre a tutela dos dirigentes atuantes no seio político e educacional, conjuntamente com o apoio da elite sergipana. Os interesses circundantes então, estavam forjados em certas expectativas de produção, de um indivíduo inteiramente habilitado, dentro das redes de atuação, entre o poder e o cotidiano da cidade. Garantiam, assim, a camada de jovens herdeiros, um modelo adequado de instrução pública, adaptada com relação às outras províncias do Brasil, que corresponderiam a um modelo de urbanidade, desejado por diferentes cidades do nosso território, como apresentadas em outros distantes centros urbanos em Europa e Estados Unidos.

Realizamos encontrar, dentro das fontes jornalísticas, uma declaração de Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, então responsável pelo projeto de materialização de um instituto de ensino secundário, neste caso o Atheneu Sergipense. Apreciamos suas declarações nas marcas do *Jornal do Aracaju* (Figura 4):

Journal do Aracaju

Propriedade do bacharel Manoel Luiz A. d'Araujo

SUMMARIO

PARTE OFFICIAL

SERGIPE

Assembleia Provincial

NOTICIARIO COMUNICADO

Summario

LITTERATURA

Publicações, Editas e annuncios.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA

Expediente do governo do dia 3 de Abril de 1872.

1.ª seção.—Portaria, exonerando o cidadão Francisco José de Góes do lugar de administrador da cadeia d'esta capital e nomeando para substituí-lo Antonio Manoel de Salles.—Comunicou-se á thesouraria provincial, ao dr. chefe de policia e ao nomeado.

2.ª seção.—Thesouraria provincial, mandando pagar ao agente da empresa fluvial, José de Barros Pimenta lillo, a subvencão relativa ao mez de Março p. findo.

3.ª seção.—Thesouraria provincial, mandando pagar ao porteiro da secretaria do governo João Rufino Esteves, a quantia de que trata na conta que lhe envia, importancia de objectos fornecidos á mesma repartição no mez de Março p. findo.

4.ª seção.—Thesouraria provincial, mandando pagar ao porteiro da secretaria do governo João Rufino Esteves, a quantia de que trata na conta que lhe envia, importancia de objectos fornecidos á mesma repartição no mez de Março p. findo.

5.ª seção.—Thesouraria provincial, mandando pagar ao porteiro da secretaria do governo João Rufino Esteves, a quantia de que trata na conta que lhe envia, importancia de objectos fornecidos á mesma repartição no mez de Março p. findo.

6.ª seção.—Thesouraria provincial, mandando pagar ao porteiro da secretaria do governo João Rufino Esteves, a quantia de que trata na conta que lhe envia, importancia de objectos fornecidos á mesma repartição no mez de Março p. findo.

7.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

8.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

9.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

10.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

11.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

12.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

13.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

14.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

15.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

16.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

17.ª seção.—Portaria, concedendo a exoneração no exercício pleno d'essa vara, por haver o juiz municipal effectivo assumido as funções da dita direção da comarca, desde 20 do actual mez.—Comunicou-se á thesouraria de fazenda.

SERGIPE

RELATORIO

Apresentado em um ser. presidente da instrução publica, dr. Manoel Luiz Azevedo d'Araujo.

Instrução secundaria

A instrução secundaria na provincia e dada oficialmente no Atheneu Sergipense, instalado nesta Capital, no dia 3 de fevereiro ultimo, no curso nocturno creado no mesmo, por acto de 10 de junho e em aulas avulsas nas cidades de Estancia e Larangeiras; e parcialmente em aulas e collegios que funcionam em diferentes localidades.

ATHENEU SERGIPENSE

Esta estabelecimento de instrucão secundaria começou a funcionar com as seguintes aulas: latim, francez, geographia e historia, arithmetica algebra e geometria, rhetorica e poetica, philosophia racional e moral, pedagogia, inglez e grammeira nacional e crederam-se completamente insufficientes pelos alumnos matriculados a criterio de rhetorica e poetica, foi ella suspensa por acto de 1.ª de março do expirante.

As demais cadeiras funcionam regularmente.

Matricularam-se no prazo legal, e depois por concessão do governo da provincia, nas diversas aulas d'esse estabelecimento, 143 alumnos.

Retiraram-se, e perderam o anno por haverem dado as 40 faltas judiciais, de que falia o respectivo estatuto 31.

Por a que se segue a frequencia das differenças aulas:	
A de Latim, por . . .	23 alumnos
A de Francez, por . . .	17 "
A de Inglez, por . . .	2 "
A de Geographia e hist.	2 "
A de Rhetorica e poetica, por . . .	5 "
A de Philosophia, por . . .	2 "
A de Grammatica nacional, por . . .	4 "
A de Pedagogia, por . . .	13 "
A de Arithmetica, algebra e Geometria, por . . .	16 "
Somma 112	

Deste liceram exames e foram approvados, 36, sciencias e 4 alumnos.

De Geographia . . .	4 alumnos
De Pedagogia . . .	2 "
De Grammatica nacional . . .	2 "
De Francez . . .	22 "
De Latim . . .	4 "
De Arithmetica . . .	2 "
Somma 36	

O Atheneu Sergipense é mercedor de todo zelo e solidão da administração, por que sendo o unico estabelecimento

de instrucção secundaria que contados na provincia, e a unica fonte de luz, onde se irão illuminar as classes menos abastadas que, não podendo, pela falta de recursos, comprar os livros das sciencias na Bahia, Pernambuco, S. Paulo ou Rio de Janeiro, recebem em seu acco esses preciosos instrumentos, que lhes trouxeram o passo ao melhor servico á sua terra natal; e, por isso, o primeiro de seus estudos para aqueles que aspiram sciencias superiores, e que em poucos dias de fôrça cruel e arrisado abaloi para muito longe das suas familias.

Com um esqulão feito sobre o organisação da instrucção secundaria em diferentes estabelecimentos provenientes do Imperio, assim como sobre a sua vicia e desorganisação, foi se meinto a descer do Atheneu Sergipense, e um logo começou, vicia corrigido, e o curso de estudos e mais populares, que meo demandam a vanguarda do progresso.

Em todos esses estabelecimentos de instrucção secundaria das provincias, e com pozor, porém, o digno, se desce um candidato feito, se não o esomunarios, devendo, sem dúvida, ao monopollio da instrucção superior, e a que em camara os monopolios das exames preparatorios, em varios qumdo lhos as Faculdades do Imperio.

4.º Por isso que todos se vem a estudar nas aulas secundarias nas cidades, onde não fundadas as academias, que os collegios officiaes da paratidos nos meoem simulo ao lado d'estes, que merem os estimulos e estimulas se os melhos esforços, longe d'ellas.

Auxiliasse apenas o estado as occupações de sciencias, sem assenhorar d'ellas e assegurar favoras especies aos paratidos, em nos cursos superiores do Imperio, a viciada dos exames preparatorios feitos nos lycées publicos das provincias, e a vicia e o progresso remissos e negligentes, e as instituições que se strophiam a esterilidade, em que as colica o monopollio offical.

Essas condições, se não ellas sempre existencias acanhadas, offensas, e impotentes para se produzirem um desenvolvimento progressivo e apenas a escola secundaria, a porta do melhor provencio, epti deslaram não o portem ir mais longe.

Entretanto, qua fôrça ante a negação completa de todo e ensino secundario na provincia e a davia de vermos as aulas do Atheneu, e organizando de alumnos como os collegios annexos as Faculdades do Imperio, o collegio da Pedro II, e outros favorecidos do poder central?

A V. Exe. que pelo alto cargo que exerce, deve de ser o cultor primeiro e dedicado d'essa planta fixada em terreno desfavoravel, por muitas vez, acompanhando as meza patrioticas, e devesse-lhe o meu pedido de proleção, em seu favor, emquanto em começo, as suas forças liceram quasi na superioridade de não podem oferecer a res s'menta precosa as rajadas dos ventos impotentes que nos hão inutilisado eguantes esforços.

EDIFICIO DO ATHENEU

O Atheneu precisa com urgencia de um outro edificio, em que melhormente possa funcionar; e em que actualmente se acha, e que lhe fôrça offerecido pela camara municipal, sobre não ter sido construido com as accomodações necessarias nos seus trabalhos, e a esse arruinado, informando-me os profissionais, que a sua reconstrução não vale a pena á provincia, que não ahaustada liza, e obra do novo edificio.

Ao certo tempo foi constante em pedir e reatar os meus publicos para se o requisar, cessando de animi fôrça, de

Figura 4 - Jornal do Aracaju, 11 de abril de 1872. Relatório do Presidente da Instrução Pública Dr. Manoel Luiz, referente à edificação do Atheneu Sergipense

Fonte: JORNAL do Aracaju, 1872.

Transcrição da fonte acima, seção: Relatório da instrução Pública feita ao presidente da Província, pelo diretor da Instrução Publica Manoel Luiz Azevedo d'Araujo:

Atheneu precisa com urgência de um outro edifício, em que melhormente possa funcionar, o em que actualmente se acha, e que fora oferecido pela câmara municipal, sobre não ter sido construído com as acomodações necessárias aos seus trabalhos esta arruinado, informando-me os professores, que a sua construção não vale a pena à província, que tão adiantado leva a obra do novo edifício.[...] Peça pois a v. Exe. que faça acelerar o andamento da nova obra, para que, brevemente ali instaladas as aulas, possam estas funcionar com os cômodos e sem receios que inspirem um edifício que se arruína (JORNAL DO ARACAJU, 1872).

Para além destes pontos explícitos, segundo Alves (2005), tinha-se, contudo, a intenção de capacitar e formar os jovens cidadãos aracajuanos para o desempenho das diferentes demandas administrativas e públicas que surgiam a partir das funções emergentes. Essas funções foram criadas dentro do contexto de formação do projeto político, econômico e administrativo da cidade de Aracaju, inserido no seu miolo urbano, nos finais do século XIX e começos do XX, que reunia uma grande quantidade de funcionários públicos, comerciantes, residindo nas intermediações da Praça Matriz da Catedral.

A preocupação das autoridades de Sergipe, como as das outras províncias, voltou-se desde cedo para criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames de Preparatórios para o ingresso nas Academias do Império, de modo que seus filhos não precisassem sair dos limites do seu “torrão natal” — nas palavras de um relatório do período, para estudar em outros locais (ALVES, 2005, p. 20-21).

O surgimento das instituições de educação secundária associava-se à capacitação formativa e produtiva da população brasileira, como via de constituição do novo ideário político do Estado. Muitos dos modelos político-econômicos implantados no Brasil foram extraídos de outras nações desenvolvidas, na Europa e Estados Unidos, percebendo-se que o investimento em educação de crianças e de jovens modificaria em parte as diferenças e desajustes sociais, em favor da configuração de outro cenário, voltado para uma economia urbana-industrial, centrando-se em elevação dos padrões e expectativas de vida nas cidades. Estavam vivenciando um período pré-industrial, que, em comparação com outros centros, era tardio.

Recordamos que o contexto de fundação do Atheneu Sergipense foi o ano de 1870, ainda no período imperial brasileiro. Inaugurou-se com as primeiras matrículas para o público discente, a partir do dia 3 de fevereiro de 1871 (ALVES, 2003), com ininterrupto funcionamento até os dias de hoje.

No retrato da educação no Império, a falta de recursos “*trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre*”. Dessas escolas não se poderia obter nem educação cívica, nem “*preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais, que o regime representativo exige*”, nem “*preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam inculcar nos anos superiores*”. Por isso, resolvido o problema econômico, o social e o político, o governo republicano ter-se-ia voltado para a instrução. O edifício que então inaugurava era a resposta dos governos republicanos a uma sociedade inteira, que cansada de enviar os filhos ao estrangeiro “*para mendigar saber que aqui não se podia obter*”, e entristecia em ver os cárceres repletos, teria bradado Goethe: “*Luz! Luz! Mais Luz!*” (CARVALHO, 2003, p. 24, grifo do autor).

Esta casa de ensino surge como uma instituição necessária para fazer valerem os sonhos e as expectativas da instrução modelo da época, em uma cidade recém-projetada e com uma geografia ainda inóspita, inundada de água por falta de um efetivo sistema de saneamento básico, ainda sem a presença da luz elétrica ou de tratamento de água potável. Assim se manifestava o corpo do Atheneu Sergipense, na pequena Aracaju, com seu cenário físico a princípios do séc. XX.

A hesitação do ensino secundário inserido no projeto civilizatório²⁰ capacitaria administradores e dirigentes, as futuras gerações, para exercer os diferentes cargos de lideranças político-administrativas, dentro do contexto de uma cidade recém-criada. Recordamos que a nova Aracaju tornou-se capital do Estado de Sergipe em 17 de março de 1855, apenas 15 anos antes da fundação do colégio na mesma capital.

Persistiu nesses momentos uma necessidade de desenvolvimento e de organização das bases sociais, inseridas no contexto maior de Nação, em uma recente República, tomada, então, pela caótica cena de desigualdade social e epidemias, instauradas nas intermediações de nosso centro urbano. Conhecíamos nesse período uma sociedade bastante heterogênea, com uma falta de coesão social, marcada pela pobreza das primeiras gerações de negros não escravos, deslocados em guetos urbanos em estado de mendicidade local. Em termos gerais, compunha-se assim o retrato dos complexos desafios a superar desde a primeira República. Questionavam-se tais problemas dentro da nova lógica do emergente capitalismo liberal, comparando-se aos modelos europeus e americanos, aqui, a escassa mão de obra capacitada, para assumir a recente

²⁰ “O ensino no Atheneu, uma casa de educação literária, deveria ‘manter-se na altura do princípio que representa’, tendo por fim ‘proporcionar à mocidade a instrução necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho das funções dos cidadãos sergipanos na vida social’ (Art. 103, Decreto n. 231, de 9 de julho de 1897)” (ALVES, 2005, p. 83).

chegada indústria no Brasil e a necessidade de mão de obra especializada. No fim do séc. XIX em diante aceleraram-se as fricções sociais e a transição do modelo urbano, e os desejos impostos do próprio séc. XX.

O que implicava o povo ser “*instruído largamente, proficientemente, como quem precisa governar-se a si, e poder governar outros povos, se a ocasião o exigir*” (Memória apresentada ao Governador). A disseminação desse ensino de base científica, entretanto, demandava o estabelecimento prévio de novas escolas-modelo, de 2º e 3º graus, anexas à Escola Normal, em que pudessem ser vistos os novos processos de ensino. Antes de criar escolas secundárias adequadas a esses graus superiores, era preciso preparar professores, familiarizando-os com “*os processos que os naturalistas empregam para a obtenção da verdade científica*”. Havia “*muito que fazer na criação de bons moldes, muito livro a escrever, muita noção a adquirir*”. A cidadania efetiva dos brasileiros ficava postergada para o futuro, na tessitura dos moldes pedagógicos com que a República se anunciava (CARVALHO, 2003, p. 30, grifos do autor).

Proliferou, neste contexto de mudanças, uma expectativa social em poder educar, formar, alfabetizar o cidadão livre. Reinventar a prática do trabalho, afastado da lógica da mão de obra escrava para outra operária. Recriar a sociedade e a noção de cidadania para coexistir numa lógica liberal de trabalho, aquisição e poder de consumo. A educação era concebida como uma potente maquinaria produtora desse inspirado corpo social. Motor capaz de reproduzir ideologias e adaptação às novas práticas, modelos e regulações para um rápido processo do sentido de individualidade e de Nação. Dentro desses novos paradigmas, procurava-se deixar para trás a secularização e o mundo agrário-comercial, para um contexto urbano-industrial, colocando ênfase no processo de educação.

O Atheneu também surgia em plenas portas da industrialização em Sergipe, com as chamadas usinas açucareiras e fábricas têxtis presentes no estado. Tentava-se erguer, entre o fim do séc. XIX e início do séc. XX, uma expansão geral de atividades que giravam em torno do núcleo urbano. Ao mesmo tempo, enfrentavam-se e combatiam-se os múltiplos problemas de saneamento básico, epidemias, pragas, problemas de higiene, que golpeavam a cidade e seus cidadãos naquele período.

A partir do Decreto-Lei n. 30, de 15 de março de 1890, efetivado pelo governador do Estado Felisbello Firmo de Oliveira Freire, e no art. 3 do mesmo decreto, regulou-se o ensino secundário. Este ficou diretamente centralizado na capital do Estado, permanecendo extintas, assim, as cadeiras disponíveis em Laranjeiras e Estancia, sendo uma prática executada somente pelo Atheneu Sergipense ou pela escola Normal. Concentraram-se as diretrizes de formação neste modelo oficial. Determinou-se que Sergipe deveria seguir o método “intuitivo e prático,

marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do definido para o indefinido” (SERGIPE, Decreto n. 30, 1890).

O Atheneu Sergipense foi considerado, por seus estudiosos, um grande produtor e formador de personalidades ilustres da vida pública, política, intelectual e mesmo artística de Sergipe, tais como: Felisbello Firmo de Oliveira²¹, Gentil Tavares Motta²², Gilberto Amado²³, Graccho Cardoso²⁴, José Calazans²⁵, dentre outros (ALVES, 2005). A passagem de personalidades contribuiu posteriormente com a vida pública e os interesses administrativos para perpetuação do poder, como também as teias de resistência que se dava em contraposição a essas forças.

2.1 INSTITUIÇÃO: CORPO E PAISAGEM (1909–1911): DISCURSO ARQUITETURA E DISCURSO SÓCIO URBANO

Tomada como um corpo (cidade), Aracaju, no começo do séc. XX, começava a contornar os traços da sua atual fisionomia, encarnados em seu sentido de paisagem urbana o centro e suas representações físicas, ligadas ao coração e ao motor funcional dos ritmos e paradigmas da cidade moderna. “O filósofo João de Salisbury talvez tenha formulado a definição mais simples e literal desse conceito, ao declarar, em 1159, que ‘o Estado (*res publica*) é um corpo” (SENNETT, 2014, p. 22). Nesta subseção, debruçamo-nos a observar essas relações de coerências ligadas entre a criação e idealização de um modelo ou desejo de educação, que perpassa também por um discurso e por um entorno físico e arquitetônico, atrelados à produção do sujeito-aluno dentro da instituição.

²¹ Felisbello Firmo de Oliveira (1853–1916): nascido em Itaporanga, foi médico, jornalista e político. Exerceu cargo de ministro das Relações Exteriores e foi o primeiro governador do Estado de Sergipe na República, entre 1889 a 1890.

²² Gentil Tavares Motta (1892–): cursou Humanidades no Colégio Atheneu Sergipense e se converteu posteriormente em professor titular da mesma instituição. Dirigiu a Imprensa Oficial do Estado de Sergipe, dentre outros jornais da capital. Exerceu função política como deputado estadual. Além disso, fundou e dirigiu o jornal estudantil do Atheneu Sergipense, *O Necdalus*.

²³ Gilberto Amado (1887–1969): natural de Estância, foi destacado jurista, diplomata, escritor, jornalista e político sergipano. Foi eleito, em 1963, membro da Academia Brasileira de Letras.

²⁴ Graccho Cardoso (1874–1950): natural de Estância, jurista e um dos mais conhecidos políticos de Sergipe, atuou como senador, deputado e presidente do Estado de Sergipe (1927–1929 e 1930–1933). Em sua administração, construiu os prédios da prefeitura de Aracaju, o Mercado Modelo, grupos escolares e o próprio prédio do Atheneuzinho, de 1926.

²⁵ José Calazans (1915–2001): natural de Aracaju, destacou-se como historiador e folclorista, foi presidente do IHGSE no período 1945–1947. Pesquisador de Antônio Conselheiro e da história de Canudos. Ocupou diferentes cargos na Universidade federal da Bahia.

Ao longo da história do ocidente, imagens dominantes do corpo estilhaçaram-se no processo de sua transferência para a cidade. A imagem idealizada encerra um convite à multiplicação de valores, dadas as idiossincrasias físicas de cada um, que além disso possui desejo opostos. As contradições e ambivalências despertadas por ela expressam-se, nas cidades ocidentais, por meio de alterações que macularam e subverteram a forma e o espaço urbanos onde, todavia, foi a própria natureza do corpo humano — necessariamente incoerente e fragmentada — que contribuiu para gerar direitos e dignificar as diferenças (SENNETT, 2014, p. 23).

Por detrás dos projetos e discursos sobre os ideais de civilidade e urbanismo, que circulavam ainda na primeira década do séc. XX, Aracaju encontrava-se recheada de abismos de civilidade, da falta de desempenho de uma estética efetivamente moderna aderida ao seu cotidiano. A educação passou a ser um meio de veiculação de modelos de higiene, civilidade, referências gestuais, comportamentais, que se tornaram, neste contexto, a oportunidade de formalizar e de criar condutas legítimas, procedente de discursos que perpassaram a modulação física. Conceitos de disciplina e retidão moral, sendo um diálogo coerente também entre o edifício, o entorno cotidiano e a forma de estar do corpo do aluno, dentre estas relações, são efetivados pelos dispositivos práticos e discursivos, postos dentro das normativas criadas no interior da instituição educativa, também compostas por suas fissuras e resistências.

Para essa compreensão mínima de arquitetura e produção de discursos que permeiam a produção dos corpos, partimos para olhar, inevitavelmente, para o edifício do Atheneu inserido dentro do entorno geográfico urbano. Utilizamos visualmente imagens apresentadas, desde a perspectiva fotográfica, desde a ordem da perspectiva ampla da paisagem urbana, para a ordem do mais específico, da configuração do edifício. Olhamos a partir de algumas fontes fotográficas pertencentes ao período trabalhado nesta pesquisa, como também imagens posteriores da mesma instituição.

Apresentamos as diferentes sedes do colégio e procuramos observar as motivações de suas mudanças e sua morfologia como discurso a inferir no corpo, e a ter-se em medida como um primeiro corpo material, a emitir discursos e modelos diretos para o corpo do aluno, em consequência e vice-versa. A cidade de Aracaju, antes de corresponder aos preceitos de urbanidade, estava submersa num mar de necessidades como saneamento básico, hospitais, energia elétrica, calçamento etc.

[...] a partir de meados da primeira década, esse quadro começa a modificar. A situação econômica melhora com o aumento de indústrias e desenvolvimento do comércio, levando ao governo, estadual a se preocupar em investir na cidade. Então surge o jardim Olympio Campos (1907), construído segundo os modelos vigentes maiores. Dá-se o primeiro

embelezamento do espaço público, usando artifícios como arborização e ajardinamento, pois “no início do século era suma importância o emprego da vegetação na composição urbana da cidade” (NAIDE, 1992, p. 43).

Na busca da imagem, da condição da paisagem local desse período, lemos a formação e criação desse primeiro corpo institucional, tomado em seus primeiros intuitos como um edifício educativo modelo, associado fisicamente à conjuntura do posicionamento político-urbano.



Figura 5 - Perspectiva do corpo-cidade: centro histórico da cidade de Aracaju na década de 1920
Fonte: CHAVES, 2004²⁶.

Essa fotografia do plano da cidade de Aracaju (Figura 5), localizando o Colégio Atheneu, pertence a alguns anos depois do marco temporal delimitado por esta pesquisa, situada entre os anos de 1909–1911. Porém, é possível reconstruir, do mesmo modo, a ordem e disposição dos principais edifícios institucionais. O Atheneu existia, em princípio, em relação com os demais edifícios público-administrativos, dos seus começos, na chamada Praça dos Três

²⁶ Situamos, por meio da fotografia, aérea antiga encontrada pelo trabalho em acervo. Tivemos a intenção de apresentar uma visualização geral do centro urbano, disposto pelo ordenamento do Plano de Pirro, da antiga Aracaju e do Atheneu em relação à disposição dos outros prédios públicos. Vemos a direita da foto o Palácio do Governo, a sua esquerda a Assembleia Legislativa, na mesma direção ao extremo superior esquerdo, o prédio da primeira sede oficial do colégio Atheneu Sergipense, construído em 1872, incluindo nessa foto a visão do segundo pavimento superior, albergando o acervo da Biblioteca Pública, construído a partir do ano de 1914.

Poderes. Hoje, está situado na atual Praça Olímpio Campos. Na foto, estão localizadas a Procuradoria Geral da Justiça, a Secretaria de Justiça e Ação Social, a Vice-Governadoria do Estado e a OAB — Secção de Sergipe (NUNES, 1984, p. 45).

Assim, pudemos perceber a proliferação do conjunto de prédios no centro urbanístico, símbolos da administração, sendo estes edifícios: a Antiga Alfândega de Aracaju; Memorial Judiciário; Catedral Metropolitana; Antigo Tribunal de Justiça; Câmara Municipal da Aracaju; Ministério da Fazenda; e Palácio Olímpio Campos. Eles encontram-se centralizados dentro do miolo urbano da capital, dispostos principalmente em dois grandes quadriláteros: a conhecida Praça Olímpio Campos e a Praça Fausto Cardoso. Assim, foram crescendo outros espaços públicos e privados, entre as intermediações desse pequeno centro (Figura 6).



Figura 6 - Centro Urbano da antiga Aracaju, na década de 1920

Fonte: <http://www.slideboom.com/presentations/474613/Aracaju-antiga---Parte-1>

A visibilidade e a disposição dos prédios públicos, relacionados ao *status* geográfico, são também dadas ao Colégio Atheneu, de modo estratégico no seu propósito discursivo, localizado no vórtice do corpo administrativo da cidade. Delatam-se as visíveis articulação e influência dessa instituição educativa, que se quisera refletir então entre as outras instituições ali presentes. De fato há uma relação próxima entre a instituição de ensino e a perpetuação do

sentido e caráter político na formação do corpo de seu alunado, sendo inseridos no coração do centro administrativo da cidade e preparados para ele.

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes — tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a república instaurava. Aquilo que num imaginário fortemente impregnado pelo positivismo era tido como dogma da constituição dos povos modernos — *conhecer para vencer* — era o desafio lançado à República (CARVALHO, 2003, p. 24).

No processo de ocupação de suas diferentes sedes físicas, representando extensões dos diferentes corpos institucionais que se estavam formando na cidade, o Colégio Atheneu se estabeleceu, até hoje, em três prédios públicos desde seu segundo ano de funcionamento. Obteve o primeiro lugar de funcionamento de modo improvisado, não oficial, para exercer suas funções até 1872, em uma casa cedida pela Câmara Municipal, a qual permaneceu em péssimas condições de acomodamento durante um ano, até a entrega do edifício oficial. Foi possível encontrar declarações destes momentos de ocupação e trânsito, relatadas então pelo próprio diretor da Instrução Pública, Manuel Luiz, conforme encontrado em uma coluna do *Jornal do Aracaju* de 1872 (Figura 3).

Com a construção deste primeiro prédio do Atheneu Sergipense em 1872 (identificado com seta amarela na fotografia Figura 5), aprecia-se a disposição geográfica do traçado de Pirro²⁷. O traçado foi planejado pelo engenheiro e militar Sebastião José Basílio Pirro, encarregado pelo então presidente de Província Inácio Barbosa, para trazer o espírito progressista no traçado e estilo urbano da nova Aracaju. Na disposição retilínea dos quadriláteros contínuos da foto, tinha-se intenção de uma ordenação espacial muito definida de todo um conjunto urbanístico e da formação organizada de um corpo-cidade.

Aracaju nasceu “não de forma espontânea mas de uma vontade política”, e competia “ao Governo Provincial criar condições para sua existência” (BARBOSA, 1992, p. 34). A capital foi estabelecida por possuir um centro urbano e administrativo, próximo à beira mar, um porto amplo para comércio, de rio perfeitamente navegável. Visou-se a seu desenvolvimento

²⁷ “O desenho urbano elaborado por uma comissão de engenheiros sob a responsabilidade de Sebastião José Basílio Pirro, que aqui se encontrava por volta de 1848, teve como ponto central a Praça do Palácio, com as demais ruas arrumadas geometricamente como um tabuleiro de xadrez, desembocando no rio Sergipe. Aí localizavam-se, no ‘quadrado de Pirro’, o centro político e os principais recantos da sociabilidade da capital, cinema, livrarias, biblioteca, igreja, praças, Assembléia Legislativa e o Atheneu Sergipense” (ALVES, 2005, p. 32).

na exportação e comércio de produtos produzidos em nosso estado, perseguindo um ideário urbano e moderno típicos do capitalismo liberal de finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, tomados pelo afã de produtividade progressiva e o livre comércio. “[...] No século XX, o ponto de vista dos ‘modernos’ manifesta-se acima de tudo no campo da ideologia econômica, na construção da modernização, isto é, do desenvolvimento e da aculturação, por imitação da civilização europeia” (LE GOFF, 1994, p. 173).

Naquele contexto de formação da experiência nacional e mudanças políticas, vivenciados no advento da Primeira República, faz-se-ia imprescindível em Aracaju a presença física de uma instituição de educação secundária, que reforçara os discursos dos ideais civilizatórios, urbanos, em torno do projeto de cidade, que circundavam os interesses da burguesia local. Reforçavam-se, assim, os preceitos da noção de cidadania, produtividade, higiene, disciplina que afloravam com os discursos da proclamação da República positivista brasileira (Figura 7).

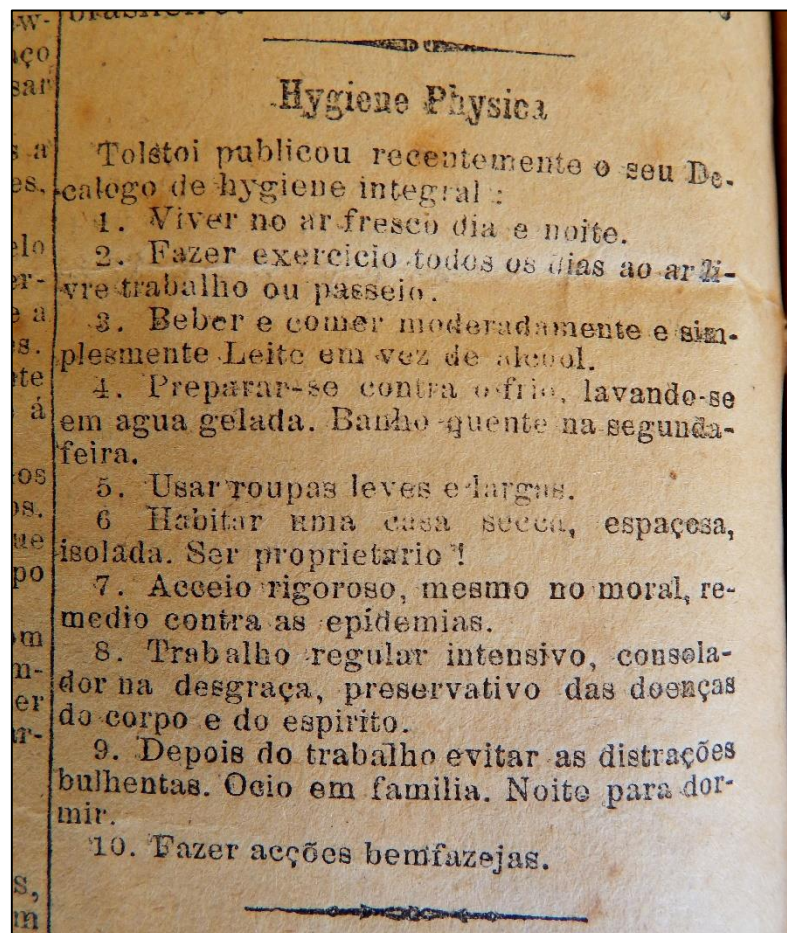


Figura 7 - Coluna do Jornal *Folha de Sergipe*, quinta-feira de 1909, abordando as desejosas práticas de higiene física disseminadas pela circular.²⁸

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória. Melhor copiar!

Ainda na busca da noção da paisagem urbanística, onde esteve localizado geograficamente o prédio do Atheneu Sergipense no centro urbano, este esteve espacialmente inserido no projeto das mesmas intermediações, da Praça dos Três Poderes da cidade. Estava situado em frente à Catedral Metropolitana e ao lado dos demais edifícios administrativos. Revelava-se, naquele momento, o símbolo de alianças entre poderes e discursos de perpetuação desses, em que a educação, em congruência com os sentidos administrativos e de Estado, garantiria a perpetuação administrativa futura. Este cenário deu em uma conjuntura alienada de interesses diretamente implicados à vida administrativa da cidade de Aracaju. Não à toa o colégio foi o berço formador de inúmeros intelectuais, médicos e políticos de destaque público em Sergipe.

Cabia na cidade de Aracaju a promessa de modernidade e estruturação da Nação. Os paradigmas modernos voltados para a assepsia mental e física eram igualmente absorvidos pelas vozes dos documentos produzidos. A cidade construiu-se reforçando os símbolos e emblemas de nação e urbanidade. Assim foi tecendo sua malha de representações em torno do centro urbano da cidade. Vê-se então representada em sua paisagem o gosto pelas caprichadas construções e prédios públicos de estilo neoclássico no período, símbolo do poder organizado e constituído na cidade, com suas especializadas funções, inscritas na criação dos diferentes cargos públicos, materializadas pela própria representação física de seus inaugurados edifícios, de estilo eclético e neoclássico, erguidos desde a segunda metade do séc. XX.

Como outras instituições do período, tinha a missão de propagar e estabelecer os valores de uma elite burguesa e oligárquica local, voltada para os ideais de fortalecimento cívico, progresso urbano e do sentido de Estado-Nação, emergentes nos discursos do Brasil República. Segundo Carvalho (2003), foram influenciados pelos modelos de cidade e cidadania vindos de Europa e EUA, afinados ao discurso positivista.

²⁸ A coluna do Jornal *Folha de Sergipe*, deixa escoar em suas poucas linhas, uma das visões mais recorrentes, para à construção do aspecto de urbanidade e salubridade na cidade. Desta vontade de civilidade incarnada pela prática preponderante da higiene corporal, realmente enfatizadas em Sergipe, principalmente a partir da primeira República, no começo do séc. XX. Sendo uma prática de controle de epidemias, que acompanha os criados conceitos de intervenção social, traçando o controle estatal da qualidade dos ambientes públicos e de seus indivíduos. Que vai ter como caminho de implementação física através do espaço das escolas, onde se estabeleceu como uma nova demanda e perfil do aspecto corporal coletivo.

Sua primeira sede oficial, localizada no miolo institucional, como podemos observar na Figura 3, encontrava-se situada aos fundos dos prédios da Assembleia Legislativa (Poder Legislativo) e do Palácio do Governo (Poder Executivo). Logo após, à sua direita foi construída a sede do Palácio de Justiça (Poder Judiciário), na antiga Praça Almirante Barroso, em frente à Praça Olímpio Campos e ao lado do Colégio Atheneu Sergipense. A perspectiva da fotografia a seguir (Figura 8) apresenta a entrada da instituição, situada à direita da foto. Tinha-se como vista principal a frente do colégio, o poder religioso, materializado pela Catedral Metropolitana de Aracaju, na Praça Matriz. Podemos dizer que estava presente, então, o quarto poder (a educação) neste aglomerado de funções.



Figura 8 - Vista do colégio Atheneu Sergipense, desde a perspectiva da torre da Catedral Metropolitana de Aracaju, imagem do começo da primeira década do séc. XX²⁹

Nas intermediações do prédio, onde se articulava o cotidiano público, comercial e administrativo da cidade, nos seus diferentes edifícios projetados, acreditamos que não de modo aleatório, o colégio estava posicionado em frente à Catedral (Figura 9). Remetemo-nos a um jogo de relações associadas desde as remotas épocas. Nessas disposições simbólicas e formativas, os estudantes, tidos como modelos das práticas cívicas (o porvir), teriam presentes

²⁹ Fotografia do banco de imagens do IHGSE, cedido em 2 de janeiro de 2017. Situamos o período, sabendo que, a partir de 1914, o edifício do Atheneu sofre uma grande reforma arquitetônica, albergando o acervo da Biblioteca Pública do Estado no pavimento superior do colégio.

as práticas religiosas, dentro da órbita das cargas de valores morais, presentes no corpo embrionário deste cenário em construção.



Figura 9 - Vista frontal do edifício do colégio Atheneu Sergipense desde a Praça da Catedral, sentido beira mar. Segundo Naide (1992), a foto data de 1923–1926. Atual Praça Olímpio Campos
Fonte: Banco de imagens do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Outras construções e rupturas se davam ao mesmo tempo, incluindo as modificações dos cenários socioeconômicos de Sergipe, gerados pela modificação de um sistema de economia rural-agrária, remanescente de uma lógica de mão de obra escrava, para o novo investimento na produção industrial no setor têxtil, com aparição da nova classe operária, marcando novos ritmos e necessidades na mentalidade da ideia de urbe. Aracaju é o produto da ideia de cidades que deveriam erguer-se à beira-mar, situadas a margens de rios navegáveis, propiciando o grande comércio e crescimento urbano-econômico. “Ela vai se desenvolver ao longo de um terreno muito baixo e inundável, cheio de lagoas, mangues, pântanos e dunas, que vão desde a delegacia [fiscal até a Alfândega (hoje prédio da Receita Federal) avançando pouco mais de 100 metros a oeste” (BARBOZA, 1991, p. 33).

Para dar ainda mais voz ao olhar indiscreto da cidade, compilamos um trecho de uma coluna do jornal estudantil *O Nectydaus*, do ano de 1910, editado pelos mesmos alunos do Atheneu Sergipense, no qual um aluno da mesma instituição relatava as perspectivas pessoais descritivas sobre da sua cidade de Aracaju:

Novembro... Remoinha já, nas brancas areias da nossa poética Aracaju, o impiedoso e forte vento nordeste, fazendo de nossas ruas um Saharasinho em esboço. Sahara, e com razão podem ser chamadas nossas ruas, quando há noite, turvos lampeões dando às ruas o aspecto de câmara mortuária onde vacilantes lâmpadas bruxolêam compassadamente, imprimem às velas desertas e escuras a feição de valhacoutos de bichos de sete saias, e de vultos sinistros e malfeitores. A iluminação desta terra merece rigoroso cuidado. Quando se caminhas pelas ruas vizinhas à praça de Palacio nella se desemboca, aborrece e incomoda o olhar-se para a brancura da luz do acetylene, oposta ao vermelho da luz imperfeita do kerosene. [...] Lampeões alternadamente acesos, luzes turvas avermelhadas; eis a iluminação dessa terra. Si a mór parte da cidade fosse iluminada por carboreto de cálcio, que encantador não seria o espetáculo de nossas alinhadas ruas? O Aspecto tosco das casas, as sinuosidades dos tectos e as frontarias sem luxo indicam já uma cidade sem gosto, um povo sem esthetica e em conhecimento de architettura. E ainda mais, os tristes lampeões sunccumbindo, à falta de querosene. (O NECYDALUS, 1910d).

Dita coluna foi assinada Gil Pardal, pelo provável aluno colaborador do jornal, exercendo uso do lugar de fala expressou os seus insatisfeitos argumentos sobre as condições remotas, e ainda precárias do ambiente urbano, em que se vivia então. Percebemos através desta narrativa espontânea, os contornos do corpo da cidade, ainda embrionária, repleta de carências, porém já com um ideário forte na discrição e suas alinhadas ruas de ímpeto moderno. Igualmente se atestam, por meio das Mensagens Presidenciais, ainda no ano 1910, algumas declarações do então presidente Dr. José Rodrigues Dória³⁰ sobre as condições de inundações e de falta de saneamento que circundavam o edifício do colégio.

O aterro da praça será brevemente executado ficando muito melhorada essa parte da cidade. A extensa lagoa, ocupando o centro da praça, formada pelas ruas de Itabaianinha, Santo Amaro, Laranjeiras e Praça Mendes de Moraes, e cuja parte mais funda se encontra entre os alicerces do projetado edifício do Atheneu e o talho público, está aterrado, restando completar o nivelamento. Não era possível que permanecesse junto ao talho e a um projetado edifício de ensino, tão perigoso foco de infecção, para cujo desaparecimento, tem sido empregados alguns milhares de metros cúbicos de areia (DÓRIA, 1910).

Em relação às características físicas do edifício, relacionadas ao marco temporal fixado na primeira fase do corpo arquitetônico da instituição, e até mesmo suas mesmas características entre os anos de 1909-1911, Barboza (1991) descreve, a partir de seus documentos, as características físicas que apresentava o Atheneu até a reforma para adesão de um pavimento

³⁰ No período, a cidade era administrada pelo governo da Presidência de José Rodrigues Dória, exercendo entre 1908 a 1911, no seu mandato atuou em reformas no colégio Atheneu e na Escola Normal.

superior para albergar a Biblioteca Pública do estado, já no ano de 1914. Vejamos suas peculiaridades arquitetônicas, fazendo uso da leitura visual da primeira sede do Colégio Atheneu (Figura 3):

O prédio original reporta-se de 1870, edificado para nele funcionar o Atheneu Sergipense. Tratava-se de um prédio térreo sobre o porão alto, com características neoclássicas, colunas de capitel coríntio e platibanda com frontão triangular. É feita uma pequena modificação na fachada principal, com a retirada das colunas e alteração da varanda. O prédio sofre uma grande remodelação no governo de Siqueira de Menezes, 1913, transformando-se num prédio de dois pavimentos para acomodar a biblioteca pública [...] (BARBOZA, 1991, p. 56).

O Atheneu permaneceu ocupando durante anos o mesmo edifício, desde sua aquisição em 1872, localizado na mesma Praça Almirante Barroso, em frente à Catedral Metropolitana. Em diferentes administrações sofreu algumas adaptações. Segundo o acesso dos documentos declarados na CEHOP (Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas), em 1913/1914 ocorreram uma grande reforma e uma ampliação, com o acréscimo de um pavimento superior, passando a agregar a sede da Biblioteca Pública do Estado visível (Figura 10). Ocorreu outra reforma na década de 1930, mas o colégio já não funcionava no local; foi alterada significativamente a fachada do edifício, algo salientado também por Barboza (1991). A partir de então, abrigou a Diretoria do Tesouro do Estado, dentre outras funções administrativas, e atualmente, abriga a Câmara Municipal.



Figura 10 - Edifício do Atheneu Sergipense: vista aproximada da fachada do colégio, após a primeira grande reforma em 1914³¹
 Fonte: Imagem do Arquivo Municipal de Sergipe, *zoom* da foto original.

A partir de 1926, o colégio Atheneu Sergipense translada-se para sua segunda sede, onde recebe um ampliado e ainda mais modernizado espaço físico, para desempenhar as suas funções de ensino e missão formativa, de acordo com os parâmetros e normas do ensino secundário oficial referente a todo Brasil, de acordo com a Reforma João Luiz Alves (conhecida por Lei Rocha Vaz), Decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925. O edifício oficial foi projetado pelo construtor Sr. Firmo Barretto e pelo engenheiro e professor do próprio Atheneu, Leandro Diniz. Essa sede localiza-se na Avenida Ivo do Prado, em Aracaju, não muito distante do antigo centro histórico e da sua anterior localização (Figura 11).

³¹ O edifício, a partir de 1914, adquiriu um pavimento superior, para albergar o acervo da Biblioteca Pública do Estado partícipe da mesma sede do colégio.



Figura 11 - Perspectiva externa da segunda sede do Colégio Atheneu Sergipense a partir do ano 1926. Localizado entrada pela Avenida Ivo do Prado, com a lateral da visível Rua Tenente Martinho Garcez
Fonte: Acervo fotográfico do CEMAS/SE.

Este penúltimo edifício foi um projeto concretizado pelo governo de Maurício Graccho Cardoso³², que administrou Sergipe entre os anos de 1922-1926. Constatamos, por meio das fontes de mensagens de governador, do ano de 1925, os motivos e discursos que geraram as necessárias mudanças para um novo edifício institucional. Graccho Cardoso referia-se às péssimas instalações do anterior prédio, preocupado em cumprir seu projeto de atualização física dos recintos institucionais da cidade, mantendo, no caso do Atheneu Sergipense (que passou a denominar-se Atheneu D. Pedro II)³³, o nível desejado de equiparação da infraestrutura física e pedagógica dos cursos preparatórios de outros ginásios brasileiros. Tomou-se como referência o renomado Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro, e outras instituições do ensino

³² Em Mensagem: “Esse prédio esta sendo levantado no antigo quartel da força publica do Estado, pelo construtor Sr. Firmo Barreto, sob a provecta e desinteressada fiscalização do ilustre professor desse estabelecimento, engenheiro Leandro Diniz” (GRACCHO, 1925).

³³ As diretrizes educacionais, parâmetros pedagógicos, e disciplinares, do então visado Colégio D. Pedro II, marcaram fortemente o ideal de educação para todo Brasil, sendo posteriormente reproduzidas por outros estados e por nosso Atheneu, que no ano de 1926 passou a chamar-se Atheneu D. Pedro II, seguindo o modelo pedagógico e disciplinar do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, segundo o Decreto n. 940, de 2 de julho de 1926, retornando à nomenclatura de Atheneu Sergipense apenas em 1938.

paulista como modelos de educação. Graccho Cardoso, em menção presidencial à Assembleia Legislativa em 1925, disse:

O Ensino secundário, com caráter oficial, é distribuído pelo Atheneu Sergipense. Em relatórios anteriores a decidida vocação que atualmente dirige chamou incessantemente a atenção do governo para sua pessima instalação pedagógica, a que tudo falecia: casa e material thecnico de ensino. Felizmente, tão precário estado de cousas não durará se não poucos mezes, dada circunstancias do governo ter, de acordo com as indicações fornecidas pelo distinto educador, ordenado a construção de um edifício que, por suas proporções e pelo seu completo aparelhamento, possa honrar as tradições da instrução lyceal em Sergipe (GRACCHO, 1925).

O governador desenvolveu promotoras mudanças nos âmbitos político e social na cidade de Aracaju. Seu propósito de representar o desenvolvimento administrativo público, por meio de remodelação e da construção de novos prédios públicos, como forma de coesão de uma estética política, tinha como prática utilizar um símbolo iconográfico da sua administração política em Sergipe. Em cada fachada de prédio construído em seu governo se prostrava, no centro e no topo da construção, uma águia, símbolo do corpo ideológico incorporado nos edifícios de sua administração. Graccho Cardoso tinha como lema a modernização por meio de reformas e criação de novas instituições de caráter administrativo, científico e de caráter social, dentre outros.

Este tipo de espaço de formação intelectual, e também do corpo, mantinha como tradição a disposição espacial de uma arquitetura institucional de caráter tutelar, procurando, em sua lógica, compor um espaço de controle e vigilância contínuo sobre o corpo do sujeito, desprendidos sobre os discursos normativos, dispostos dentro do seu Regulamento interno, como um dos documentos que materializam as normas disciplinares do corpo e do cotidiano da escola, que nos interessam e nos quais adentraremos na seguinte seção. São importantes documentos para o entendimento da perspectiva de corpo neste nosso trabalho.

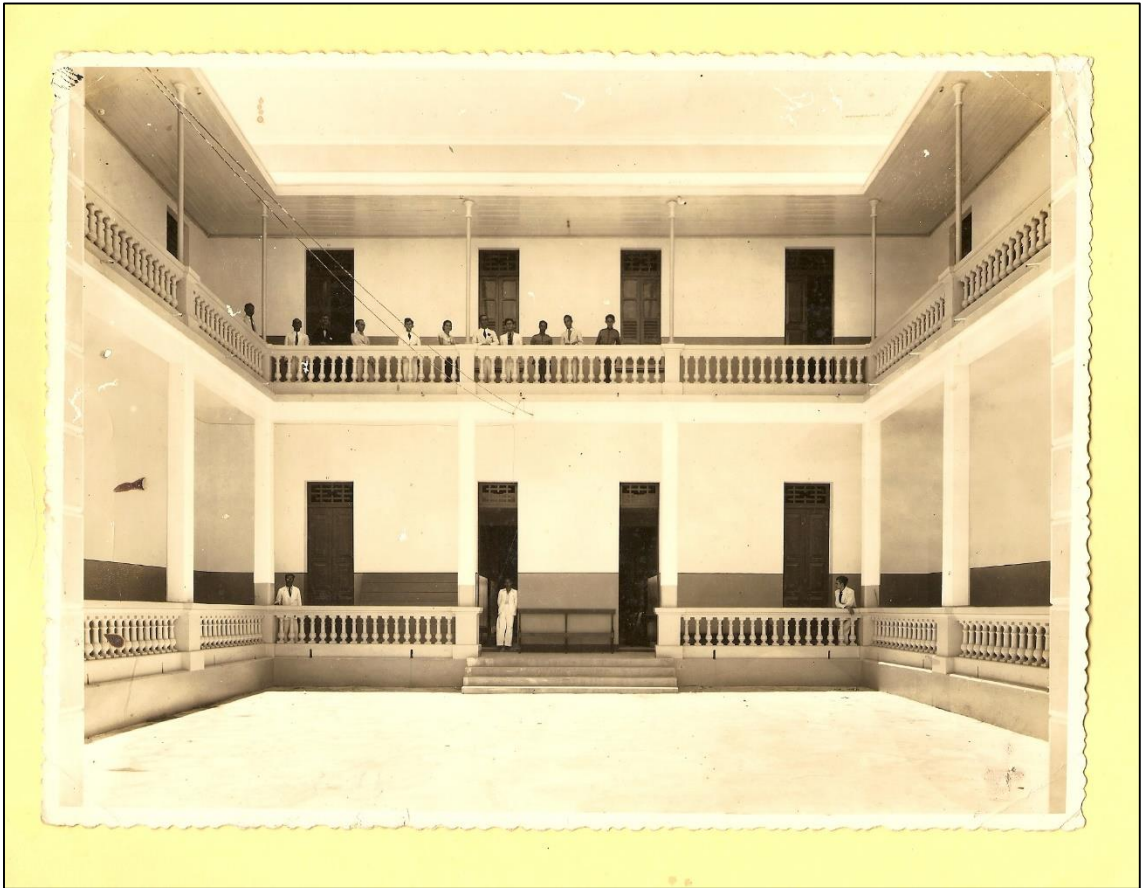


Figura 12 - Pátio interior central do Colégio Atheneu, na Av. Ivo do Prado 38, no fim da década de 1920

Fonte: Acervo fotográfico do CEMAS/SE.

A visível divisão de salas e a abertura de um pátio interior para circulação do ar viciado, para obter luz e recintos mais ventilados, correspondem aos preceitos higienistas que se desenvolveram então como leis em determinados recintos públicos, comércios ou grupos de ensino (Figura 12). Neste momento, tinha-se adquirido um maior rigor sob as noções de higiene pública e coletiva, colocadas em prática e também em insistente inspeção, como atesta o trabalho de Crislane B. Azevedo sobre as práticas higienistas no Sergipe republicano:

A medicina social no Brasil, como na Europa, foi disseminada no processo de construção do Estado no século 19. Na primeira República, no entanto, ela passava a ser aplicada sistematicamente. Em Sergipe, já em 1862, o farmacêutico Josino Menezes, então presidente do Estado, organizou o serviço sanitário, criando a inspetoria de Higiene (AZEVEDO, 2011, p. 55).

Nesta sede do colégio Atheneu de 1926, pudemos compilar, no trabalho em acervo, algumas imagens da ideia de espaço interior escolar, correspondentes a cerca de uma década após o recorte temporal de interesse maior deste trabalho. Percebemos a similitude exterior

entre os dois edifícios cúbicos de dois pavimentos, sendo que a primeira sede não possuía pátio no interior. No que se sabe, por uma consulta feita a uma planta posterior, da década de 60, vistas por nós no acervo do Conselho de Cultura do Estado, o primeiro edifício possuía longo corredores com salas de aulas contíguas.

Apesar de nosso desejo de conhecer e compor diálogos, evidências sob a noção de referências do interior do Atheneu em seu primeiro período, com relação à disposição do seu espaço interno, dentre as inúmeras buscas a diferentes acervos públicos e particulares, não foi possível a obtenção de fotografias interiores ou dos alunos da primeira sede, de 1872 até 1911.

Não obstante, podemos visualizar, a partir dos documentos iconográficos mais recentes da segunda sede de 1926, identificar os desejos da arquitetura escolar desde seu interior, representadas então por este emblemático edifício denominado “Atheneuzinho”, e sua função disciplinar dispostas nos espaços para produção do corpo/corporeidade na instituição. Foucault (2013b) dialoga sobre a perspectiva histórica da influência da construção arquitetônica institucional e tutelar, vista como espaço para o controle e produção das forças que desprende o corpo.

O mesmo autor abordou o protótipo do *Panóptico* de Bentham³⁴, como um modelo de dispositivo espacial econômico, absorvido por nossa sociedade ocidental-capitalista do séc. XIX em diante. Segundo Foucault (2013b), o panóptico efetiva fórmulas generalizadas. “Ele programa, no nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares” (FOUCAULT, 2013b, p. 198). Essa coprodução contínua existente, inferente ao espaço e ao corpo e vice-versa, vem reinventando todo tempo, suas práticas e domínios em prol dos interesses vigentes.

O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; organiza-se o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tomar mais fortes as forças sociais —aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da

³⁴ “O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado” (FOUCAULT, 2023, p. 190).

“O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De moço que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco a calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas: basta que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas.” (FOUCAULT, 2013, p. 192).

moral pública fazer crescer e multiplicar.[...] O panoptismo é o princípio de uma anatomia política cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina (FOUCAULT, 2013b, p. 197).



Figura 13 - Pátio interior do edifício do Atheneu, localizado na Avenida Ivo do Prado, entre as décadas de 1920 e 1930

Fonte: Acervo do IHGSE.



Figura 14 - Apresentação da disposição corporal e uniforme dos Alunos do Atheneu da sede localizada na Av. Ivo do Prado, entre as décadas de 1920 e 1930
 Fonte: Acervo do IHGSE.

Temos a possibilidade de observar, nessa fotografia, a uniformização dos corpos, o cuidado com o aspecto físico severamente alinhado, com poucas mostras de desordem. A higiene física e o cuidado no aspecto uniformizado mostravam valores adquiridos de civilidade e instrução. Os corpos dispostos no espaço institucional, especificamente construído para remeter a ares de ordem, aspecia e disciplina. A importância da visibilidade e a homogeneização do corpo eram ideais perseguidos, dentro dos preceitos de educação da época.

Posteriormente à sede da Rua Ivo do Prado, sua última mudança de edifício foi efetivada em 1950. Dito colégio toma o seu terceiro espaço oficial, em frente à Praça Graccho Cardoso, no central bairro São José. Apreciamos, a seguir, a vista fotográfica da última sede, permanecendo em funcionamento e função de colégio. A arquitetura é modernista, com planta em forma de “U” (Figura 15, 16 e 17).



Figura 15 - Planta em perspectiva militar da última sede construída para albergar os estudantes do Colégio Atheneu Sergipense na década de 1950
 Fonte: Acervo do IHGSE.



Figura 16 - Vista lateral da entrada principal do colégio Atheneu Sergipense, recém-inaugurado, na década de 1950
 Fonte: Acervo do IHGSE.



Figura 17 - Pátio interior do colégio Atheneu Sergipense, recém-inaugurado, na década de 1950
Fonte: Acervo do IHGSE.

Absorvemos uma mecanização e uma modelização progressivas da cidade e do corpo no início do séc. XX, mediante o avanço industrial e outras manifestações relacionadas ao progresso, acesso ao bem material e aos bens subjetivos, alinhados pelas mediações e interesses políticos e administrativos. As instituições de ensino forjadas neste período perseguem modelo mecanicista e reducionista da perspectiva de corpo e, conseqüentemente, da cidade, dos prédios institucionais e suas disposições, criando normas, produzindo corpo, um transitando e recriando o outro, sucessivamente.



Figura 18 - Disposição espacial da sala de aula, do mesmo edifício do Atheneu Sergipense. Década de 1950
Fonte: Acervo do IHGSE.

Um autor lido e dialogado aqui nos sensibiliza, o qual analisa em sua obra esse jogo “Carne e Pedra”, ou, melhor dizendo, de associações entre sujeito e cidade no sentido dos espaços transitados pelo corpo. O autor e professor Richard Sennett, docente da Universidade de Nova York, pesquisa há anos a relação entre o corpo humano e o espaço urbano, desde a Grécia Antiga até a contemporaneidade. Ele produziu alguns trabalhos dialogando com Foucault. Em um trecho de sua obra intitulada *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, de 1994, suscita a compreensão destas duas interações entre a lógica da disposição do corpo humano e o corpo da cidade, recriando-os em seu funcionamento, analisando questões sociais e estéticas.

[...] Carne e Pedra demonstra a influência que exerceram sobre o espaço urbano os novos conhecimentos científico-anatômicos, que rompem a compreensão que os antigos tinham do corpo[...] O triunfo da liberdade individual de movimento, de maneira simultânea ao surgimento das metrópoles do século XIX, levou a um dilema específico e que ainda persiste: cada corpo move-se à vontade, sem perceber a presença dos demais [...] O conceito de corpo político, tanto na concepção medieval como na moderna, organiza a nação impondo regras à imagem do corpo humano (SENNETT, 2014, p. 21-22).

No prosseguir do nosso estudo, incorporados por uma trama de entendimento dados pela estética genealógica, é inevitável olhar a formação dos regulamentos aqui estudados e não

desejar compreender o contexto das normas disciplinares e discursos formados, com relação ao corpo e à cidade, construídos dentro do colégio e influenciados pelas representações e forças atuantes no marco histórico e geográfico de seu próprio entorno.

Não podemos deixar de associar outros aspectos embutidos na voz e no corpo dos textos dos regulamentos internos do Atheneu Sergipense, para além das heranças longínquas e silenciosas do pensamento corpo-máquina e o dualismo cartesiano, a serem percebidos em sua análise. Somaremos todos os interesses contemporâneos da sua fase de constituição, visíveis e invisíveis, dos cenários político, econômico, moral e ideológico, também implícitos na formação dos documentos normatizadores. São estes documentos os Regulamentos do Atheneu Sergipense, gerados sobre a fusão de interesses políticos do Estado, junto com a elite intelectual formativa da mesma instituição, os dois aliados para seus fins.

A partir da disposição estratégica destes inúmeros espaços institucionais, desprende-se a morfologia representativa do poder dentro do meio urbano. Sabemos que desde a *polis* grega, a partir da cristalização de modelo de cidade ocidental, determinam-se as funções e articulações do poder. Pois o corpo é a cidade. Em seu conjunto, esta é denominada por arquitetura institucional, símbolos do poder administrativo, voltados para o governo da cidade de Aracaju. Era necessário que se capacitassem nossos jovens para assumir os diferentes cargos de servidores públicos e de possíveis pensadores ou políticos, pois desde o fim do séc. XIX e do começo do séc. XX, de forma geral, o poder político progressivamente toma atitudes em relação ao projeto da instrução pública, como um meio de alcance efetivo do progresso nacional, perseguindo o modelo civilizatório de grandes nações da Europa e Estados Unidos. Acreditava-se, no mesmo período, que por meio de uma educação atrelada ao poder do Estado, seria possível então transformar efetivamente e controlar a heterogeneidade da massa, “reformando os cidadãos brasileiros”, reconduzindo e fortalecendo o que eles designavam de sua enfraquecida experiência de cidadania.

Destarte nenhum dos Estados onde a escola é uma realidade séria deixou, nem pode deixar, à mercê da ignorância, ao arbítrio dos interesses a disposição das casas de ensino popular. Desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que “nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo”, desde a exposição da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a coloração das janelas; desde a qualidade do material até às dimensões das portas, as condições de isolamento das escadas a forma curvilínea ou angular dos cantos; desde o ginásio, que, nos países onde a educação comum está racionalmente organizada, como a Suíça e a Holanda, existe em todas as escolas rurais e urbanas, e de todas as escolas constituem parte essencial, desde o pátio de recreio com 5 ou 6 metros superficiais para cada aluno, e o avarandamento

coberto para os dias de intempérie, com 1 metro pelo menos por criança, até à extensão, à situação e à inclinação da pedra no recinto da classe; desde a distribuição do tempo e a duração dos recreios até à classificação dos alunos; desde a luz e o ar até à temperatura; tudo no regímen da higiene escolar, está subordinado a leis científicas, cuja infração vitima as gerações novas, e fere o país no primeiro dos seus interesses: a vitalidade da raça que o povoa (BARBOSA, 1883, tomo IV).

E na disposição do espaço urbano e especificamente em sua função se discursa e se instituem a norma, as formas, as regras que delimitam os elaborados paradigmas e desejos, de finalmente confluir um corpo regulado a essas paisagens, sejam elas urbanas, arquitetônicas ou institucionais. Abrimos passo à compreensão dos Regulamentos que marcam ritmos a essas instituições.

2.2 PODER REGULAMENTAR

Neste primeiro momento de trabalho, aproximamo-nos dos documentos regulamentares do Atheneu, como reflexo desta primeira imagem ou camada vista sobre o olhar normativo institucional. Por esses, abre-nos a primeira camada de visão de *governamento*³⁵ dos indivíduos, voltados aos moldes e interesses de direcionamentos do corpo na escola, vinculado às estratégias de leis e do projeto de Estado. Também por meio de outros documentos da mesma instituição, a serem trabalhados para a última seção, poder-se-á contrapor como se dava esse campo de resistência, escoamentos ou fissuras dentro deste mapa de ordenação e leis regulamentares, que se regia então. Perceber as estratégias dadas pela física dos corpos operantes: “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (FOUCAULT, 2013b, p. 29).

O Atheneu Sergipense, como uma instituição inserida em uma série de representações não discursivas, situou-se em um período histórico de mudanças bastante representativas no

³⁵ Nesse caso, toma-se *governamento* numa acepção ampla e anterior à captura que a Ciência Política fez da palavra *governo*, a partir dos séculos XVII e XVIII; isto é, *governamento* é tomado no sentido de “dirigir condutas” de indivíduos ou pequenos grupos humanos: governar as crianças, as mulheres, a família etc. Com isso, Foucault pôde demonstrar que esse significado mais remoto e amplo de *governo* e *governamento* foi sendo apropriado pelo Estado, produzindo-se um deslocamento e uma restrição de seu sentido em torna das instituições do Estado: “poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas” (VEIGA-NETO, 2011, p. 123).

seio da cidade de Aracaju e no território nacional, onde especificamente a educação passava por um processo de redimensionamento organizativo no que diz respeito a seu aparato administrativo escolar e pedagógico. Aos poucos se estabelece uma maior relação/dimensão entre educação e base política. Esta relação foi sendo reconhecida como um meio de redirecionamento do Estado.

Em contraponto, o Estado fortalecido, com a materialização de suas leis, poderia efetivamente atuar dentro da administração de suas instituições, como uma própria extensão da sua lógica e de seus interesses. Os regulamentos foram banhados pelo sentido de vigilância, pela hierarquia, controle do tempo, voltados para a visada produtividade, ligados às relações exercidas nos grandes centros urbanos industriais, com mão de obra livre capacitada, ou seja, operária. Concebe-se a relação vivencial do homem-máquina dentro das fábricas.

O implícito projeto de “civildade”, a popularização da educação secundária, o Atheneu veio, em Sergipe, representar esta relação que se estreita entre Estado e Educação, com a subsequente produção de suas regulações, leis, reformas educacionais, normas, regulamentos, sejam elas de ordem moral, subjetivas, intelectuais ou mesmo corporal, físicas, para produção de um ideário de sujeito.

Tratamos de familiarizar-nos com algumas questões que clarificarão o interesse e a escolha de estudar a perspectiva de corpo/corporeidade produzida a partir das práticas discursivas e disciplinares desprendidas dos Regulamentos internos do colégio Atheneu Sergipense. Precisamos, em primeiro momento, conhecer sua origem de documento como tal. Em base seria entender: **o que são e o que representam os Regulamentos? A que natureza (tipologia) de documento eles pertencem? Que força (de regulação) eles exercem sobre os (sujeitos) neles envolvidos?**

O termo “regulamento” designa o ato administrativo normativo em si. Como tentativa de delineamento conceitual destinado a facilitar a compreensão do tema ora analisado, é bastante recomendável registrar os ensinamentos do professor Clève (2000, p. 277): ‘No direito brasileiro, o regulamento, em sentido lato, pode ser definido como qualquer ato normativo (geral e abstrato) emanado dos órgãos da Administração Pública. Em sentido estrito (que importa para o direito constitucional), regulamento será o ato normativo editado, privativamente, pelo Chefe do Poder Executivo (BARBOSA, 2014, p. 224).

Em outras palavras, o poder regulamentar ou normativo vincula-se, em primeira instância, ao Poder Legislativo, que dá ao poder administrativo autônomo atributos para conduzir sua administração única. São documentos que se materializam de forma oficial, ou

por espécie de mandamento legal, sujeitos a uma contínua mobilidade e adaptação às mudanças cotidianas vigentes nos seus espaços aplicados, porém, sem nunca se sobrepor à lei constitucional, ou outra superior a ela. Os Regulamentos, por sua autonomia, estão relacionados às necessidades das práticas sociais de um determinado cotidiano, pertencentes a um determinado coletivo.

No caso do Atheneu Sergipense, foi a Congregação do Atheneu que, em seu exercício, deu o primeiro passo para configurar a reforma do seu Regulamento interno, equiparando suas determinações às leis do ensino secundário, dadas anteriormente pelas reformas educacionais ou por outra modificação regulamentar dirigida ao cotidiano do colégio. Conforme Alves (2005), a congregação do Atheneu estava composta pelo diretor da Instrução Pública de Sergipe, pelo diretor do Atheneu e pelo agregado de professores.

Os Regulamentos se estabelecem no interior das instituições, como força de mobilidade de certas engrenagens do poder, afinadas às suas práticas e condutas. A tradição da existência deste ato regulamentar administrativo, ligados ao poder legislativo de administração de certos órgãos, remete-se a nossa primeira constituição, criada no Império, em 1824.

A Carta do Império, à sua vez, não dispunha de modo diverso; ao tratar das atribuições do Imperador, como chefe do poder executivo, que exercitava "pelos seus Ministros de Estado" (art. 102), previa dentre "suas principais atribuições"; "12- Expedir os decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis". A simples leitura dos textos constitucionais referentes à matéria permite verificar ser da nossa mais arraigada tradição a inteira submissão do poder regulamentar a lei. É que — como muito bem salienta PONTES DE MIRANDA — o Estado legalitário é a mais avançada e perfeita forma de estado de direito. [...] O confronto dos textos pertinentes ao assunto, desde a instauração do primeiro regime constitucional, até hoje, permite verificar um aperfeiçoamento do instituto e a deliberada concordância sobre seu preciso significado. A retidão, rigidez e segurança da linha traçada, à sua vez, evidenciam a robustez do princípio, cujo exato alcance começou a ser fixado pela doutrina e pela jurisprudência, desde o Império (ATILABA, 1969, p. 21-22).

Para melhor entendimento da tipologia desses documentos, ou normas regulamentares, o seu valor como documento, no caso, dos Regulamentos do Atheneu Sergipense, foi considerado autônomo. Nasceram em forma de decretos-leis, aprovados pelo Poder Legislativo Estadual. Logo ao serem aprovadas pela Câmara e seus membros, obrigatoriamente se faziam públicas aos cidadãos e instituições interessadas, através do Diário Oficial do Estado.

Por meio desta ordenação burocrática, logramos em pesquisa de acervo encontrar alguns dos Regulamentos do Atheneu Sergipense, impressos no Diário Oficial do período estudado.

Esses documentos guardam ou estabelecem uma total coerência entre as leis jurídicas, constitucionais, vinculadas também ao poder regulador maior do Estado. Estas regulações são validadas por meio do Poder Executivo Estadual, em conjuntamente com o Poder Legislativo Estatal. “O seu objetivo é tão somente, facilitar, pela especificação do processo executório e pelo desdobramento minucioso do conteúdo sintético da lei, a execução da vontade do Estado expressa em ato legislativo” (ATILABA, 1969, p. 26). O Regulamento se torna uma extensão das leis maiores ou constitucionais, feitas à medida das instituições.

Por meio dessas esferas de governabilidade, forjam-se, sob uma relação de legitimidade, para seu adequado funcionamento, essas séries de leis e regulações, geradas para o ato de governar. Segundo Fortes (1961), as normas regulamentares pretendem, em seu âmago, cumprir um desdobramento detalhado das mesmas leis, antes preestabelecidas, para ele. Por sua vez a lei não dá conta de prevê situações minuciosa.

O regulamento (sempre veiculado por decreto) só existe quando haja lei prévia, exigente de regulamentação. Se determinada matéria, não objeto de lei, exigir ordenação ou qualquer tipo de disciplina, ao Presidente incumbe submeter projeto de lei ao Congresso. No nosso sistema não lhe é dado discipliná-la imediatamente (ATILABA, 1969, p. 24).

Estas normas mantiveram certa coerência de diálogo e discurso, sentido uníssono, ou similar, com os demais órgãos administrativos, e outras normas de instituições estabelecidas dentro da gestão da cidade, pois entre elas atua uma lógica homogênea. “Entre suas principais atribuições está aquela de conduzir a máquina administrativa, fazê-la funcionar e animá-la. O princípio hierárquico informa visceralmente a estrutura da Administração e permite o perfeito funcionamento da máquina” (ATILABA, 1969, p. 30).

Os Regulamentos são documentos requeridos e criados para estabelecer vínculo direto com a lei, certas dimensões minúsculas em práticas mais específicas, o exercício do poder e da ordem, sempre contidas no miolo das relações administrativas, tidas como necessárias para regular controlar ritmos, práticas, e direitos dos sujeitos em determinada função e espaço.

[...] Como sendo um ato administrativo, contendo regras ou preceitos gerais, abstratos e obrigatórios, emanado de uma autoridade pública (Presidente da República, no Brasil), em virtude de uma atribuição constitucional. Visa à execução de uma lei (regulamento de execução) ou para o fim de governar ou administrar, pois, nos casos em que inexisterem leis ordinárias, cabe ao Executivo à faculdade de dar aplicação à Constituição. [...] Bielsa, apesar de considerar o regulamento como ato de autoridade administrativa, somente os entende como leis materiais se contiverem normas genéricas, impessoais, objetivas e obrigatórias e que vinculem os administrados como os

administradores e possam ser interpretados pelo Judiciário. Não têm os regulamentos propriamente ditos eficácia e forma de lei. Apesar de, às vezes, possuírem conteúdo de lei, formalmente são atos administrativos. Sobre o conteúdo de lei formal que o regulamento possa ter, levanta-se uma séria questão para se saber o que é matéria de princípio e de detalhe. É raro, mas não impossível, conter um regulamento, princípio e lei formal, detalhe. O poder regulamentar que se exerce pelo regulamento autônomo tem, quase sempre, conteúdo de lei formal. São regulamentos sem lei, expedidos quando há interesse relevante cuja tutela, [...] cabe ao Executivo prover, por exemplo, a defesa da ordem. É, por isso, temerária a discriminação rígida de competência privativa do Legislativo e do Executivo. Visa o regulamento desdobrar, ampliar, detalhadamente, o conteúdo da Lei. Com este propósito pode o regulamento dispor sobre o que a lei não cogitou, sem, no entanto, contrariar o seu espírito, pois a lei não pode prever todas as situações e minúcias (FORTES, 1961, p. 28-29).

Percebemos que, ao compreender os Regulamentos inseridos no campo da legalidade, estes, são documentos elaborados dentro de uma lógica análoga a outros documentos de índole jurídico-penal. Em seu sentido comum, estes desejam multiplicar “o peso da lei” sob a ação do sujeito, dentro e fora dos espaços tutelares, instituições, administrações entre outros, que por meios regulares serão obrigadas a absorver seu conjunto. O sujeito converte a norma, finalmente, em conduta integrada, ou seja, na totalidade de sua corporeidade.

Foucault (2013a), em sua obra *A ordem do discurso*, a partir de suas análises, na respectiva fase arqueológica, sobre as práticas discursivas, nos fará identificar a natureza dos Regulamentos e de outras índoles de documentos de regulação do sujeito e de produção de verdades. No caso dos Regulamentos ou Regimentos, designados por ele de “acontecimentos discursivos”, Foucault diz:

Se os discursos devem ser tratados, antes, como acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é a ordem dos corpos. Entretanto ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material [...]. Por outro lado os acontecimentos discursivos devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação com às outras, que estatuto convém dar a esse contínuo? Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis (FOUCAULT, 2013a, p. 54-55).

Reconhecendo a natureza da estrutura discursiva e também descontínua dos Regulamentos na prática, procura-se em sua função delimitar as próprias práticas dos sujeitos. Os Regulamentos são dispositivos³⁶ legítimos ativos dentro do espaço da escolar, onde desde seu sentido heterogêneo, polifônico se projetam múltiplas forças ou vozes, com seus determinados discursos, e como discurso deseja produzir verdades.

“O Regulamento, no Brasil, é mero instrumento de adaptação e ordenação do aparelho administrativo, tendo em mira a criação de condições para a fiel execução da lei” (ATALIBA, 1969). Nas palavras de Fortes (1961), existe classificação geral dos Regulamentos, que abrange todos os seus tipos: a) **Regulamento interno** ou administrativo, isto é, os Regulamentos de organização, que só valem internamente, não vinculando terceiros; b) **Regulamentos externos** ou normativos vinculam também terceiros.

O objeto do Poder Regulamentar

[...] será exercido dentro da discricionariedade administrativa. Deverá ser delegada ao administrador público no texto legal, alguma esfera de liberdade de atuação, e, por óbvio, onde a lei dispuser a única forma de atuação para atender aquele caso em particular, não terá cabimento à expedição de regulamentos administrativos. Bandeira de Mello ressalta ainda que a competência regulamentar é uma importante garantia de um tratamento isonômico aos administrados, como forma de limitação da discricionariedade administrativa, pois particulariza a posterior regulamentação requerida em lei e estabelece padrões de conduta, que devem ser observados pelos agentes administrativos ao aplicar a lei aos casos particulares. Ressalta que, “Sem estes padrões impostos na via administrativa. Os órgãos e agentes administrativos guiar-se-iam por critérios díspares ao aplicarem a lei. Do que resultariam tratamentos desuniformes aos administrados” (BRODBEKIER, 2015, p. 146).

Trabalhamos para compreender a perspectiva de corpo/corporeidade, através da perspectiva descontínua do acontecimento histórico, por meio das fissuras desprendidas nos trajetos dos Regulamentos internos do Atheneu Sergipense. Nesse caso, o Regulamento interno, devido a seu caráter oficial, consiste em documentos e publicações aprovadas pela Assembleia Legislativa, por seus devidos representantes. Com respeito a cada publicação, os Regulamentos se oficializam em forma de decretos-leis, identificados por seu respectivo número de decreto e com data e ano de aprovação. Como qualquer outra ordenação, expedida na Assembleia

³⁶ “Disse que o dispositivo era de natureza estratégica, o que supõe que trata-se de relações de força, seja para desenvolvê-las em determinadas direções, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, para utilizá-las, etc... O dispositivo portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente condicionam” (FOUCAULT, 1999, p. 246).

Legislativa, são publicados no Diário oficial do Estado, promovendo seu caráter público e oficial.

Na fala do interior dos Regulamentos está presente uma série de diretrizes comportamentais minuciosas, também de ordem ideológicas, políticas, morais, implicadas nas práticas exercidas a formatação de um “*dado corpo*”, que a escola se presta a reproduzir, neste caso sob o espelhamento e tutela do Regulamento. Tais descrições normatizadoras, aparentemente exercidas ou idealizadas, designamos aqui como **contornos do corpo regulamentar**.

Foucault, em sua obra *Vigiar e punir*, aponta que partir do séc. XVIII o poder vem aperfeiçoando-se, adaptando-se e refinando-se na elaboração de tecnologias punitivas, ou de controle da vigilância. Fazendo uso de técnicas mais silenciosas e diluídas ante os discursos de direitos, escolhem certas tecnologias de controle e disciplina, que geram economia de gestão para o Estado, muitas delas dirigidas aos corpos da coletividade, afetando o funcionamento da máquina social. Sendo estas capilaridades estratégicas, foram conceituadas por Foucault de “*biopoder*”, ou poder sobre a mesma organicidade da vida. Vivemos, então, a partir dos séculos XVIII-XIX em diante, formas sofisticadas de exercer o poder, determinadas pelo mesmo autor como uma relação de forças em movimentação.

Em sua natureza, os regimentos representam códigos, segmentos a serem reproduzidos, cumpridos, executados com base em sua natureza legal e institucional. Segundo Foucault (1979), não é possível um regime administrativo sem produção de verdades, doravante, estas verdades são suas próprias normas e leis, conveniadas para o funcionamento do regime da nossa sociedade. Justamente a partir e através destas regulações, vamos tentando conduzir e também driblar nossas práticas, na forma de ser e estar do corpo.

No sentido aparente e funcional, o Regulamento implica disciplina, no sentido vertical, de imposição e subordinação, forjando diretamente em direção ao caráter do sujeito e sua corporeidade, que pouco a pouco se encontra identificada com a prática. “Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior dos poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2013b, p. 132).

Os Regulamentos dentro dos espaços institucionais materializam um funcionamento, de um modelo econômico autossustentável para a governabilidade e administração de massas. Neste caso, por meio dos estudos das fontes (dos Regulamentos), detectamos no interior dos documentos certos padrões, que vamos identificar por **engrenagens claves**, as quais são dirigidas suas forças e funções, que deram mobilidade e sentido ao Regulamento em si. Foram

estas: **o corpo dos alunos, o corpo docente e o corpo administrativo**. Veremos mais adiante como se constituíram essas engrenagens de forças nos ritmos dos sucessivos anos dos Regulamentos.

As escolas e outras instituições tutelares adotaram os Regulamentos como meios formais de representação do poder-jurídico e de sua noção de disciplina, méritos, deveres, penalidades, regulação de tempo das atividades. Passou a representar, naquele pequeno território, uma analogia da força em representação do Estado. Impôs uma hierarquização das relações, dos direitos e das obrigações, que foram geradas a partir da voz regulamentar, as movimentações das forças (engrenagens) aconteceram.

Porém, não devemos esquecer que por trás de todo discurso existe uma vontade de produção de “de verdade”, comentada na obra *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2013a), que também se escoa e é evadida pelos seguimentos e fissuras descontínuas das instituições que a exerceram. Estas “verdades” se modificaram à medida que o discurso foi direcionado.

Pode-se compreender que o corpo é um dos principais alvos, comum a essas normatizações, que preserva e mantém certas garantias para seu hábil funcionamento. Moldando o corpo e certas singularidades indesejadas, comum a cada sujeito e da sua particular corporeidade, vamos evitar novas disposições, procurando sempre manter relações de tensão e de atividade contínua nos mesmos, sem fazer uso do terror, da imposição violenta ou uso de armas.

Os mecanismos disciplinares, minuciosamente calculados, organizados e tecnicamente aplicados pelo poder, a partir dos séculos XVIII e XIX vêm se aperfeiçoando em seus domínios e na gestão dos homens. Como uma espécie de microforça atuante, integrada ao movimento orgânico do corpo, sempre em função da sua produtividade e obediência, as práticas disciplinares tornam-se cada vez mais silenciosas e eficazes nas formas, atuando em mobilidade e tensão nas teias de relações. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro, não se sabe ao certo que o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Esta é a constante que foi reconhecida por Foucault como a dinâmica da “microfísica do poder”. Uma força móvel e autossustentável por si mesma, e por quem dela participa, tendo uma peculiaridade, uma constante repetitiva e que irá prevalecer e que nos interessa objetivamente compreender, particularmente, neste trabalho. Foucault a designou como “tecnologia política do corpo”.

Depois de compreender que esse poder exerceu mais de que possuiu, elimina-se a antiga ideia de suplício físico. Com os Regulamentos e punições, o exercício do poder passou a ser técnicas de posições totalmente hierárquicas e estratégicas, somadas ao sentido de vigilância e punição constantes, dirigidas ao corpo, as quais foram conceituadas por Foucault como “tecnologia política do corpo”. Para compreender:

Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulado em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processo sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso, seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição. [...] Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de alguma modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos sua materialidade e suas forças (FOUCAULT, 2013b, p. 29).

Estes Regulamentos mantiveram em vigor, no interior de sua própria estrutura e no seu campo de ação, divisões hierárquicas e estipuladas funções estratégicas, criando algumas figuras imprescindíveis para sua engrenagem, como também para uso de certos signos, toques, sinais e disposições espaciais, onde habita o segredo para manter seu funcionamento. Esta ideia de produzir certos papéis, como personalidades com suas especialidades, perfeitamente articulados entre eles para sua mecânica, a movimentação de um automaticamente engatilha a movimentação dos outros, formando um sistema de engrenagem, para fazer valerem a lei e a regra conveniada. Os Regulamentos foram vistos por esta ótica, como estruturas de forças movimentadoras e reprodutoras, de corpos/corporeidade.

2.3 MATERIALIDADES REGULAMENTARES

Agora já compreendido o que seria um Regulamento, em sua função primordial e elementar, reunimos e apresentamos, no presente trabalho, dois Regulamentos internos do colégio Atheneu Sergipense. Estas publicações são correspondentes ao **Decreto n. 7.192, de 26 de novembro de 1909** e ao **Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911**. Tais anos escolhidos foram determinados pelo marco temporal do jornal estudantil dos alunos do Atheneu, *O Nocydalus*, tendo como período de existência os anos de 1909 a 1911.

Estes Regulamentos internos foram encontrados nos acervos sob três formatos documentais nos: **Diários Oficiais do Estado de Sergipe, livros de Coleções de Decretos e Leis do Estado Sergipe**, e por último pelos **Livretos de Decreto (espécie de circulares)**, que

compreendiam exclusivamente todos os capítulos dos Regulamentos do Atheneu Sergipense, no mencionado ano correspondente. Apresentava-se em forma de manual, como publicação simultânea aos meios oficiais, em obviedade para melhor circulação e acesso entre alunos professores e responsáveis pelos alunos.

A primeira elucidação que tivemos ao entrar em contato com o conjunto dos documentos, recolhidos nos diferentes acervos, foi tratar de justificar/entender a existência, os motivos e as diferenciações de cada ano de publicação, ligadas talvez a algum tipo de acontecimento sociopolítico que havia provocado a publicação do novo decreto em forma de Regulamento. Esse era um primeiro aspecto a detectar.

Percebemos, pelas leituras de Alves (2005, 2011) e também nas fontes documentais estudadas (Diários Oficiais do Estado), que as consecutivas publicações de certos anos davam por uma estreita relação político-legislativa, influenciadas pelas Reformas Educacionais de âmbito nacional ou local, que afetavam diretamente a remodelação de seu conteúdo. A criação de decretos-leis, especificamente dirigidos ao ensino público secundário, como também de outros tipos de modificação dos Regulamentos, procedentes da mesma administração do colégio, tinha certa autonomia para modificar seus artigos, logo era aliada à aprovação da modificação superiores provenientes do Estado, adaptadas ao Regulamento.

Justamente se deu de forma intensa, nas primeiras décadas do século passado, as diferentes Reformas Educacionais. Esta preocupação pela educação nacional tornou-se um discurso de alinhamento social, constituía-se como um projeto de recondução da natureza cívica para a configuração do cidadão inserido no ambiente urbano e produtivo. A educação foi tomada como um motor para a organização dos desajustes herdados por uma sociedade recentemente escravocrata, composta então por uma grande heterogeneidade social, frente ao novo desafio de ideal liberal, industrial, às portas do séc. XX.

A cada período político-administrativo do Brasil ou de Sergipe, há a necessidade de modificar as instâncias do Regulamento, sejam modificações de ordem curricular, pedagógico, moral ou outras, voltadas para o ajuste da gestão cotidiana na escola e outras instâncias sociais.

É importante situar o acontecimento da formalização da educação e da instituição escolar no séc. XX como um dos meios e lugares para implantar-se a visão de um projeto civilizatório. Irá, então, afetar e reconstruir o corpo de vários estamentos sociais, dentre eles a remodelação urbanística das cidades, dos ritmos de trabalho, da solidificação do aparelho legislativo e penal, da política, e do direcionamento moral e ideológico, a somar outros aspectos. Todo um conjunto de estratégias e acontecimentos, que vem compor a formação do indivíduo e, sobretudo, da visão do disciplinamento ou contorno do corpo dentro destas ações.

2.4 “A PELE” OU REVESTIMENTO DOS REGULAMENTOS

Todos os Regulamentos do Atheneu Sergipense estudados e compilados nesta pesquisa documental encontraram-se publicados em três formatos específicos: **A) Diário Oficial do Estado; B) Livro Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe; C) Livreto do Regulamento do Atheneu Sergipense**. Vemos a seguir as imagens dos três formatos da documentação, com suas características materiais.

O primeiro formato, tipo A, representado na Figura 19, corresponde ao Regulamento do Atheneu Sergipense, encontrado impresso nos Diários Oficiais do Estado, em sua maioria reunidos no acervo da SEGRASE e na Biblioteca Epifânio Dória. Para descrever a imagem, segundo os elementos estruturais reconhecidos pela arquivística (MILEVSKI, 2001), os documentos manuseados no formato A apresentam entre 23,5 e 24 cm de largura por 34 cm de altura, e na dimensão da lombada lateral, dependendo da encadernação do diário, entre 4 cm e 5 cm de espessura.

Diario Official
DO ESTADO DE SERGIPE

ANNO II — 333 da Republica — N. 413 — Aracaju, Sexta-feira, 1 de Abril de 1921

SUMARIO

PODER EXECUTIVO:
Decreto n. 721, que dá novo regulamento ao Athenaeu Sergipense.
Requerimentos despachados.
SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Officias recebidos; requerimentos despachados.
PODER JUDICIARIO:
Accordão n. 12.
CHEFATURA DE POLICIA:
Expediente do dia 31 de Março.
DIRECTORIA DE FINANÇAS:
Sessão do Monte-Pio Estadual.
DIRECTORIA DA INSTRUCCÃO:
Expediente do dia 30 de Março.
DIRECTORIA DE HYGIENE:
Expediente do dia 31 de Março.
DIRECTORIA DE OBRAS:
Expediente do dia 30 de Março.
Expediente da Inspectoria de Aguas.
GOVERNO MUNICIPAL:
Expediente do dia 31 de Março.
NOTICIARIO:
Noticias referidas ao Governo, outras noticias.
Noticias—Declarações—Aduancia. — :

Poder Executivo

DECRETO N. 721
De 31 de Março de 1921

Dá novo regulamento ao Athenaeu Sergipense

O Presidente do Estado, usando de attribuição constitucional e de accordo com a auctorização constante do art. 4º, letra e, da lei n. 808, de 16 de Novembro de 1920, tendo por fim reorganizar o plano de ensino do Athenaeu Sergipense nos moldes do regulamento interno do Collegio Pedro II,

DECRETA:

Athenaeu Sergipense

CAPITULO I

FINS DO INSTITUTO E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Athenaeu Sergipense é o Instituto que tem por fim ministrar aos estudantes, em um curso gymnasial de cinco annos, de caracter literario e scientifico, solida instrução fundamental que os habilite a prestar, em qualquer academia, o exame vestibular de que trata a letra e do art. 77 do decreto n. 11.530, de 18 de Março de 1915.

Art. 2º A distribuição das materias que constituem o curso gymnasial será feita do seguinte modo:
1º anno—Português, Francês, Geographia, Arithmetica e Desenho (15 horas).
2º anno—Português, Francês, Latim, Arithmetica e Algebra, Geographia e Chronographia e Desenho (18 horas).
3º anno—Português, Francês, Latim, Inglês ou Allemão, Algebra, Geometria, Historia Universal e Desenho (21 horas).
4º anno—Inglês ou Allemão, Latim, Geometria e Trigonometria, Historia Universal, Physica e Chimica, Historia Natural e Desenho (21 horas).
5º anno—Inglês ou Allemão, Historia do Brasil, Physica e Chimica, Historia Natural e Cosmographia (15 horas).
§ 1º. Haverá lições de gymnastica nos quatro primeiros annos, bem como exercicios militares nos dias designados para este fim.
§ 2º. Haverá um curso facultativo de Psychologia, Logica e Historia da Philosophia, no quinto anno do curso.
§ 3º. Os alumnos que se destinarem aos cursos de Pharmacia, Odontologia, Obstetricia e escolas militares de mar e terra, só serão obrigados ao estudo de Português, Francês, Geographia, Arithmetica, Physica e Chimica e Historia Natural, observada a respectiva seriação, e neste sentido farão as suas petições ao director, por occasião da matricula no segundo anno.

Art. 3º. Os alumnos que não declararem nos seus pedidos de matricula do segundo anno que se destinam aos cursos e escolas mencionadas no § 3º do art. precedente são obrigados ao estudo de todas as disciplinas enumeradas no mesmo art., a excepção de Psychologia, Logica e Historia da Philosophia.

Art. 4º. O alumno terá a liberdade de optar entre o estudo de Inglês e o do Allemão; o horario, porém, será organizado de modo que, se elle quizer, possa aprender as duas linguas, embora só preste exame da que preferir.

CAPITULO II

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS E DA MATRICULA NOS DIVERSOS ANNOS DO CURSO

Art. 5º. Os pais, tutores ou encarregados dos matriculando, deverão apresentar ao director do Athenaeu Sergipense, de 10 a 20 de Fevereiro de cada anno, os requerimentos solicitando inscripção para o exame de admissão.

Art. 6º. As inscripções serão annunciadas pelo jornal official 10 dias antes da epocha em que se devem realizar e o seu registro é feito em livro especial.

Art. 7º. Os candidatos a exame de admissão serão distribuidos por tantas turmas quantas forem necessarias.

Art. 8º. O exame de admissão, que se destina a provar que o candidato está habilitado a emprender com vantagem o estudo das materias do curso,

Figura 19 - Formato tipo A do Regulamento Athenaeu Sergipense. Interior do Diário do Estado/SE, 1921

Fonte: Acervo da Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

Os Diários Oficiais deste período eram usualmente encadernados pelos lugares de acervo em capa dura, como na presente imagem, muitos deles bastante deteriorados pelo uso, apresentando as lombadas do livro em muitos casos totalmente descoladas, de difícil manuseio. Pode-se observar, na informação de capa dos diários na Biblioteca Epifânio Dória, que estes possuíam um papel branco colado na frente, com as ditas referências percebidas na imagem formato A, acima, com: o ano, número de identificação do arquivo/chamada e os meses dos diários correspondentes.



Figura 20 - Formato tipo A do Regulamento Atheneu Sergipense. Lombada dos diários oficiais do Estado/SE

Fonte: Acervo Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

Na Figura 20 se percebe a tipografia textual impressa na lombada executada em tinta dourada; igualmente identificamos na imagem a impressão na lombada, identificando os meses e o ano dos diários. Também podemos apreciar o tipo de encadernação, capa dura, encontrada na totalidade destes.



Figura 21 - Formato tipo B do Regulamento Atheneu Sergipense. Contracapa do livro; Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe
 Fonte: Acervo da Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

Encontramos no acervo da biblioteca Epifânio Dória uma segunda modalidade de impressão dos Regulamentos, podendo ser apreciada na Figura 21, no formato tipo B. Os livros intitulados *Compilação das Leis e Decretos do Estado de Sergipe*. Tanto o Diário Oficial do Estado como o livro de compilação de leis eram impressos na gráfica oficial do Estado de Sergipe. Pode-se apreciar a comprovação deste dado na última descrição central e abaixo, da folha de rosto do livro de leis (ver Figura 21, no formato tipo B).

Estes livros foram impressos em forma de volumes, nos quais se reunia exclusivamente uma quantidade de leis e decretos produzidos em nosso estado, compilados a cada dois anos destas leis, Regulamentos e decretos, no interior de cada volume impresso. Dentro deles, podemos encontrar, no extenso índice, o número do decreto-lei e a página onde se encontra disposto. Muitos desses livros se encontram em um aspecto bem mais deteriorado, em comparação aos mesmos Diários Oficiais, em sua maioria com as lombadas e capas descoladas do corpo de páginas. Sobre seu formato material, os livros eram encadernados aleatoriamente, alguns em capa dura ou outros em uma espécie de papel colorido de maior gramatura da folha de seu interior. Medem 15 cm de largura por 22 cm de altura, entre 4 cm e 5 cm de espessura, muito mais prático e acessível ao manuseio, em relação ao tamanho de jornal dos diários (Figura 22).



Figura 22 - Formato tipo B. Coleção de Leis e Decretos Estado/SE
Fonte: Acervo da Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

Prosseguimos no intuito de apresentar o ultimo formato das fontes encontradas e que nos evidenciaram sobre os Regulamentos, os quais designamos formato tipo C, guardados em padrão de livreto, ou uma espécie de circular, facilmente identificável e manuseável. Quanto a seu conteúdo, trata especificamente do número do decreto-lei correspondente, que dá título ao

Regulamento do Atheneu Sergipense. É possível que este formato, que trata de forma específica de o documento regulamentar da instituição de ensino, sendo menor e manuseável, fosse voltado para a circulação entre os docentes, administrativos e alunos do colégio.

Pensamos que esta tipologia documental dos Regulamentos foi usada de modo prático e acessível para a identificação das normas, deveres e direitos do Atheneu Sergipense. A sua formatação possui entre 14 e 15 cm de largura, na base, e 20 a 22 cm de altura, com poucos milímetros de espessura, contendo, no caso do regulamento do ano de 1909, 30 páginas, e no de 1911, 38. São os dois regulamentos utilizados na construção da seção seguinte deste trabalho. A impressão e edição destes, observando na parte central e inferior da capa, eram produzidas pela Gráfica ou Imprensa Oficial do Estado Sergipe. Eis aqui as imagens dos dois regulamentos utilizados por nós, catalogados em seu formato, tipo C (Figura 23).

O primeiro Regulamento do Atheneu Sergipense, correspondente ao **Decreto n. 7129, de 26 de novembro de 1908** (Figura 23), impresso em 1909, apresenta 13 capítulos, com suas disposições regulamentares, tendo títulos os capítulos:

- I- Atheneu Sergipense**
- II- Dos programas de ensino**
- III- Inscrição a matricula**
- IV- Tempo letivo escolar**
- V- Da disciplina escolar**
- VI- Da frequência**
- VII- Das recompensas**
- VIII- Dos exames**
- IX- Dos lentes, professores e preparador**
- X- Congregação**
- XI- Dos concursos**
- XII- Do pessoal administrativo**
- XIII- Disposições gerais**

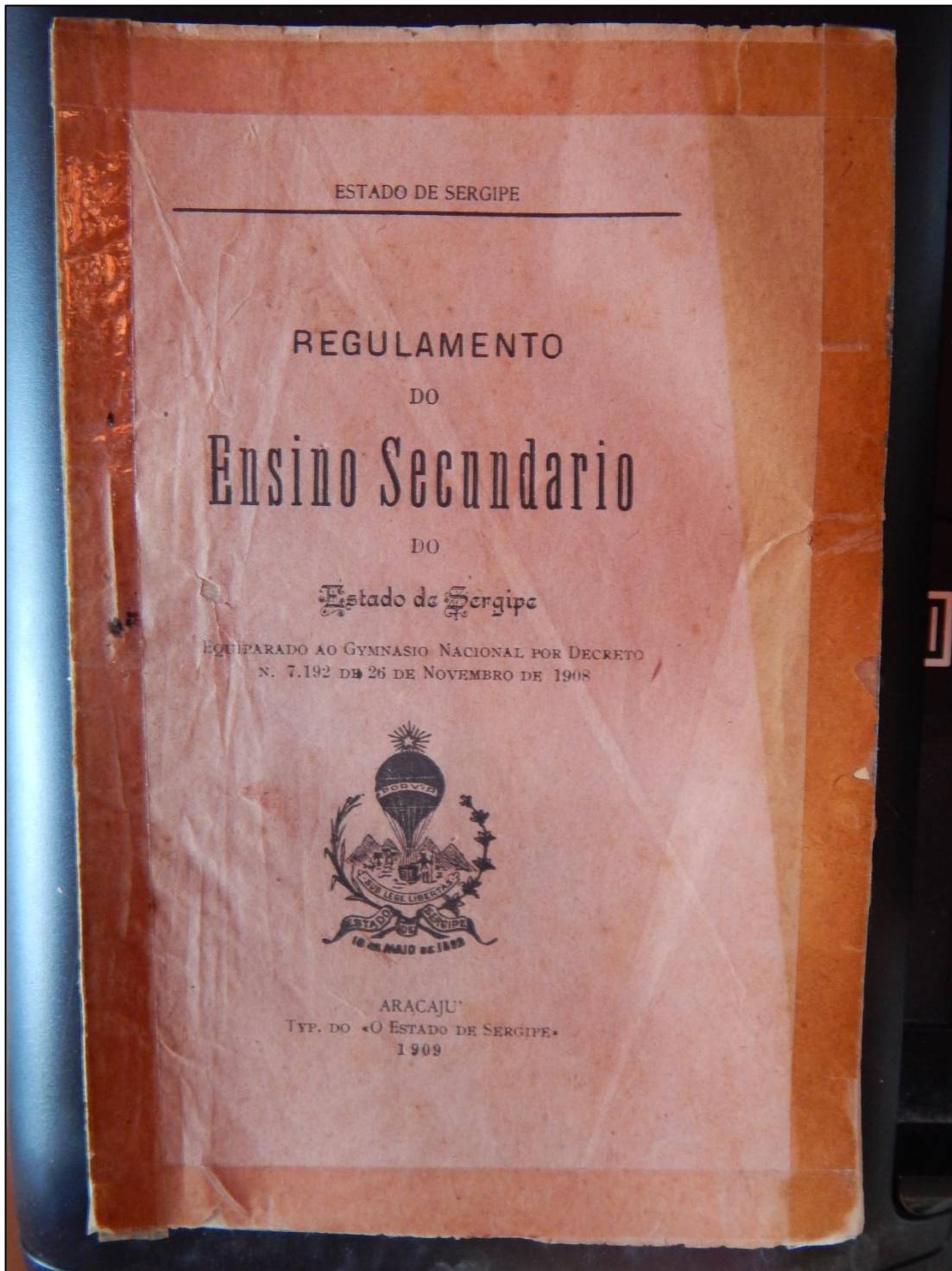


Figura 23 - Formato tipo C do Regulamento Atheneu Sergipense. Livreto ou Circular do Regulamento do Atheneu de 1909.

Fonte: Acervo da Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

O segundo Regulamento do Atheneu Sergipense correspondente ao **Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911** (Figura 24). Possui 16 capítulos, com suas disposições regulamentares, tendo títulos os capítulos:

- I- Regulamento do Atheneu**
 - II- Da matrícula**
 - III- Dos exames de admissão**
 - IV- Dos programas de ensino**
 - V- Das aulas e seu regimen**
 - VI- Dos meios disciplinares**
 - VII- Das recompensas**
 - VIII- Dos exames**
 - IX- Dos lentes e professores contratados**
 - X- Das licenças e faltas**
 - XI- Das aposentadorias**
 - XII- Da congregação**
 - XIII- Do provimento das cadeiras do Atheneu**
 - XIV- Do julgamento**
 - XV- Do pessoal administrativo**
 - XVI- Do preparador de Physica e Chimica e Historia Natural**
- Disposições Gerais**



Figura 24 - Formato tipo C do Regulamento Atheneu Sergipense. Livreto ou Circular do Regulamento do Atheneu de 1911
 Fonte: acervo da Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

As fontes documentais apresentadas nos aproximam e nos contam a respeito do aspecto e natureza do documento, a dimensão política e mesmo jurídica que estão ligadas a essa tipologia de documentos. Também foi importante tomar intimidade com as fontes e de perto dimensionar o quanto elas estão na base sedimentar da instituição, que geraram os pilares normativos do cotidiano da escola, como também reconhecer como tais documentos estão alinhados a um discurso de legitimidade, vindo das leis e decretos, que sustentam a ligação do sentido de vontade de poder, que emana do próprio documento normatizador. Por assim dizer, na subseção seguinte adentramos nos ecos e emanações, provindos das vozes implícitas no interior de seus artigos e enunciados dos Regulamentos, na vontade de construir um corpo regulamentar.

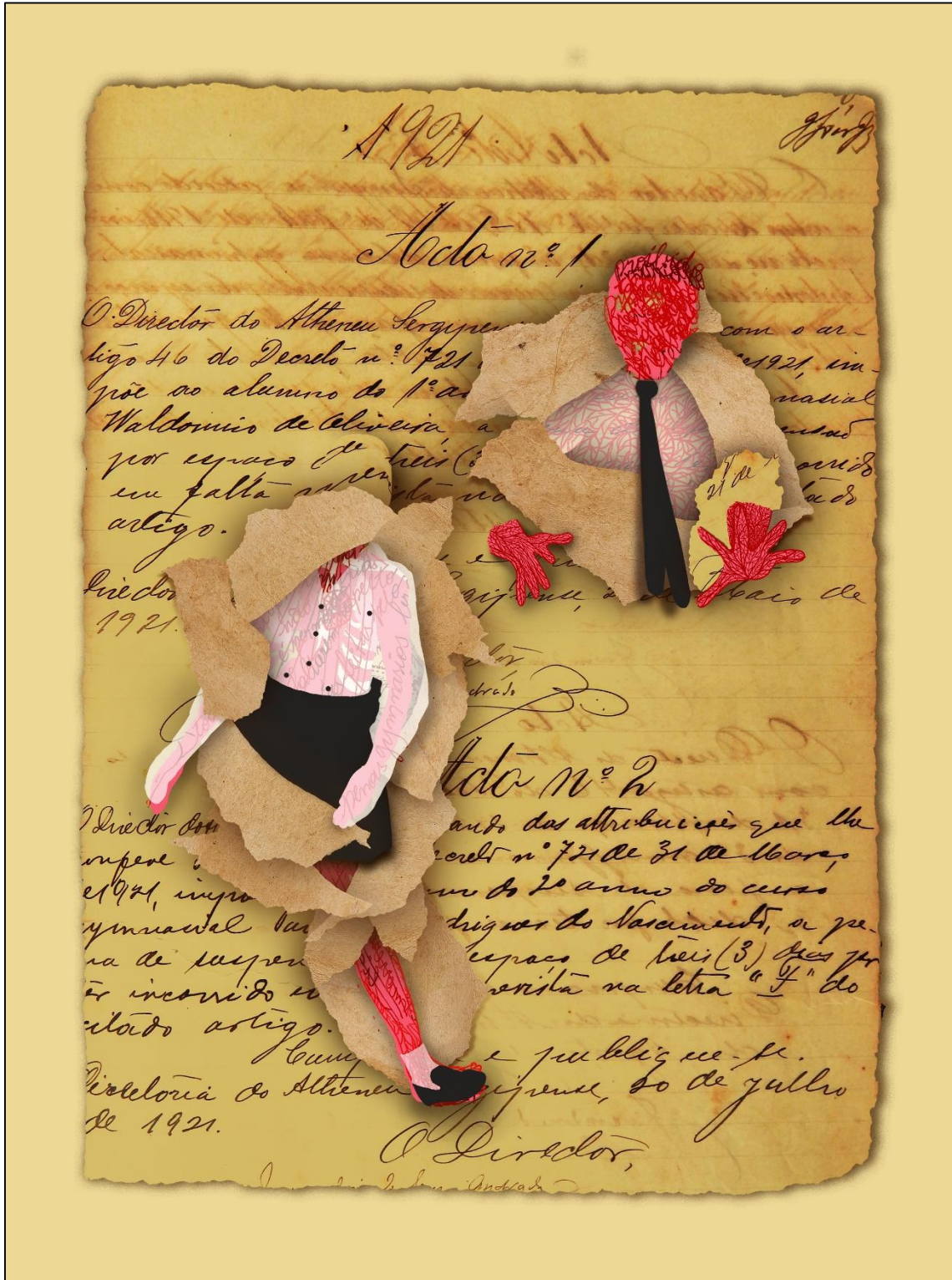


Figura 25 - Capa de Seção encomendada para esta dissertação
 Imagem: Artista gráfica Gabi Etinger, 2016 (direitos reservados).

3. O JORNAL *O NECYDALUS*: CORPO DAS FALAS E FISSURAS (O COTIDIANO)

Tem-se aqui a visão de um jornal estudantil produzido pelos mesmos alunos do Atheneu Sergipense, sendo, para motivos desta pesquisa, um lugar da escuta de outras vozes em resistência, ou contraposição de força à vontade de poder das práticas disciplinares do Regulamento interno da instituição quanto à produção de corpo estudado. O impresso estudantil nos abre para uma perspectiva de cotidiano na qual interferiam os alunos em sua mundividência. Disponibilizamos ao leitor os registros dos desejos, das práticas e possibilidades de fissuras em relação às vozes emitidas dentro e fora da instituição, através das práticas discursivas e disciplinares, voltadas à produção e idealização do corpo do sujeito, em contraponto ao Regulamento.

No jornal estudantil *O Necydalus*³⁷, produzido no que abrange o próprio corpo do alunado do Atheneu, encontramos como um lugar de fissura, de possíveis resistências a serem ditas e como são ditas ou silenciadas³⁸. Tal documento nos desvela ou aproxima um pouco mais do cotidiano não revelado, para além da vontade de poder do Regulamento e a perspectiva de corpo produzido por estes meios e filtros em diálogo.

*O Necydalus*³⁹, autodenominado em seu cabeçalho como um jornal humorístico e literário, era de tirada semanal, circulado aos domingos na capital e no interior do Estado. Segundo Vidal (2009), nasce do seio dos interesses prático-literários das disciplinas do colégio Atheneu Sergipense, na primeira década do século XX. Também foi um dispositivo ideológico, entre estudantes e professores, em relação ao entorno político e social da instituição. Revelou-se uma empreitada motivada especialmente pelo professor Bricio Cardoso⁴⁰, que foi convidado a escrever um artigo, na primeira impressão de *O Necydalus*; ao longo das edições, ele recebeu elogios e mostras de admiração pelos alunos e redatores.

³⁷ Sua etimologia: do grego *nekýdalos*, crisália do bicho da seda, pelo latim *necyda*. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/necidalozinhos>>. Acesso em: 8 jan. 2017. Dá o sentido metafórico à passagem do casulo para o passo vistoso de ser borboleta. Fala desse passo do tempo e do momento de florescimento, o qual os alunos se estão preparando para exercitar, seus primeiros voos, para o passo da maturação ou do aparecimento social, podíamos dizer nesses termos.

³⁸ Para refletir sobre as falas, Foucault nos atenta: “não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2014, p. 30-31).

³⁹ É importante mencionar que *O Necydalus* não foi o único jornal a ser produzido no Atheneu Sergipense. Há indícios de outros números que também foram criados nesta instituição. Dentre tais jornais, foi possível a localização de mais dois tabloides, *O Porvir* (1874) e *O Atheneu* (1906) (VIDAL, 2009).

⁴⁰ Bricio Cardoso era visto, por seus alunos, como um mestre e um amigo, por fazer com que eles acreditassem na possibilidade de que conseguiriam, por meio de seus escritos, progredir intelectualmente a fim de se tornarem homens ilustres da sociedade sergipana e moços que “se atiram audazes e esperançosos à luta das letras” (VIDAL, 2009, p. 24).

O mesmo impresso estudantil esteve publicado entre os curtos anos de 1909 e 1911, dirigido por influentes e articulados alunos do curso de Humanas do Atheneu Sergipense. Dentre eles, destacaram os redatores-chefes, abrindo com Gentil Tavares⁴¹ e depois encabeçado por Clodomir Silva⁴². Enfatizavam o universo da escrita e da leitura, porém não se afastavam do senso crítico e atualizado de seu tempo. Estas duas personalidades, então redatores precoces em *O Necydalus*, converteram-se posteriormente em figuras destacadas dentro do universo político e também jornalístico sergipano, atuantes na primeira metade do séc. XX.

[...] *O Necydalus* era um mecanismo de auxílio às aulas práticas dos professores do Atheneu Sergipense, e em especial as de português e gramática além de ser considerado um instrumento de transmissão dos ideários de civilização para atingir o progresso do seu povo, por entender a instrução como um dos caminhos para a realização de tais mudanças (VIDAL, 2009, p. 9.)

Tinha-se, dentre outras intenções aparentes, como bem expressa a seguir um dos trechos recompilados do mesmo jornal, a missão de cumprir e levar adiante as “lutas intelectuais”, encarando a postura do aluno como uma espécie de soldado, com sua luta particular, os “batalhadores pelo Direito”, tendo em suas mãos a inofensiva pluma como arma.

O Estudante

(V. Maynard)

O estudante é soldado que instrui o seu talento para contar com este precioso meio nas lutas intelectuais.

Soldado porque é alistado no exercício dos batalhadores pelo Direito.

Para que cultive a sua inteligência, ele estuda prepara-se para reagir nas batalhas do porvir, com a luz trazida dos livros; enquanto o soldado age unicamente com a força física para alcançar a vitória pátria, do ninho que lhe sérvio de berço.

A arma do estudante é a pena: a do soldado a carabina.

A pena é uma arma inofensiva pela função pelo seu modo de agir; suprema arma de guerra para o homem culto.

(O NECYDALUS, 1909d, p. 1).

⁴¹ Gentil Tavares da Motta, segundo o artigo de Eva Maria Siqueira (2005), “Ações educacionais no governo de Rodrigues dória (1908-1911)”, estudou no Atheneu Sergipense, e fundou e redigiu *O Necydalus*. Recebeu o grau de engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia em janeiro de 1917. Lecionou as cadeiras de Geometria Descritiva e suas Aplicações, no Atheneu Sergipense. Em 1922, foi eleito para o mandato de Deputado Federal. A complementar Vidal (2010), Gentil Tavares já demonstrava desempenho para atuar no campo jornalístico, conseguindo anos depois redigir e dirigir vários jornais que circulavam na sociedade sergipana no período de 1918 a 1922; dentre eles é possível destacar: *O Estado de Sergipe* (órgão oficial do Governo do Estado), o *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju*.

⁴² Clodomir Silva, segundo Vidal (2010), depois do preparatório cursou Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito de Recife. Depois de formar-se, regressou a Aracaju, trabalhando como escritor, jornalista, orador e advogado. Foi nomeado redator de vários jornais literários e humorísticos de nosso estado, entre eles; *O Tagarela*; *A rua*; *O Espião*; *A Semana*; dentre outros. Ele projetou muitos intelectuais em Sergipe. A função de educador motivou sua vida, e chegou a exercer a cadeira de professor de Português no próprio Atheneu Sergipense, no ano 1918.

O ímpeto e a convicção de um coletivo de alunos, postos em fazer do espaço de visibilidade e de escuta do jornal do meio estudantil um lugar de representação de sua subjetividade, de poder e posição de seus interesses, lugar de mobilização e protesto, também exprimiam seus anseios e emoções, que regeram os fatos do seu cotidiano. *O Necdalus* concretizou sua primeira edição impressa em circulação no dia 5 de junho de 1909, tendo a última publicação com o n. 62 no ano de 1911, constatando nos exemplares consultados, tornando-se para nós o eixo do marco temporal do trabalho, por seu valor de contraponto, em relação às outras fontes com as quais dialogam.

O jornal tinha como princípios o gosto literário e a narrativa, pois no seio do Atheneu Sergipense se exaltava o sabor da escrita e das letras. Como era habitual no período, surgiam e desapareciam jornais de curta duração, a exemplo de *A Colmeia* e *O Espião*, jornais atribuídos como parceiros e amigos pelos mesmos redatores de *O Necdalus*.

Na descrição da sua estrutura material, o jornal *O Necdalus* era organizado em três ou quatro folhas avulsas, impressas em branco e negro, tendo medidas contínuas dos vários exemplares em 20 cm X 28,5 cm. Fez-se circular por toda sociedade aracajuana, como também no interior do estado, com suas variadas sessões de notícias, artigos, homenagens, poemas, concursos, nomeações e críticas. Costumava, em suas sessões, dialogar com escritos de outros tabloides do território nacional, trazendo no corpo do texto notícias provenientes de outros jornais estudantis, obtendo parceiros e colaboradores em alguns estados do Brasil. Tendo presente o trabalho de pesquisa específica feito do dito jornal, levada a cabo por Vidal (2009), esta confere que a faixa etária de seus produtores oscilava em torno de 15 a 17 anos.

Os discursos abordados nas oito variadas sessões do impresso tratavam de temas gerais, que enalteciam os valores da elite sergipana e prestigiavam as suas personalidades ilustres, com certo romanticismo. Continha textos sobre virtudes morais, sobre o amor, a ingenuidade, a esperança, sobre o divórcio, dentre outros temas como novenas, festas, férias.

Em totalidade, fica visível que o meio impresso do jornal, para os alunos que o compunham, não deixava de ser um veículo de comunicação entre forças e poderes em rede. Fizeram-se caber entre uma rede de visibilidade e relações, ocupando o exercício de mediação do grêmio estudantil, através do próprio jornal. Conhecendo e articulando seus direitos e deveres, defendiam, ainda que diplomaticamente, seus interesses e a noção de visibilidade futura. Não deixava de ser, em certo modo, um rito de passagem, como seu mesmo nome indica, a via de formação intelectual para a vida pública e de projeção da carreira dentro do estado.

Acreditamos que não foi uma ação inteiramente inocente, e sim uma estratégia inquieta de outras vozes, ante as mesmas estruturas, como no caso a instituição e a sociedade.

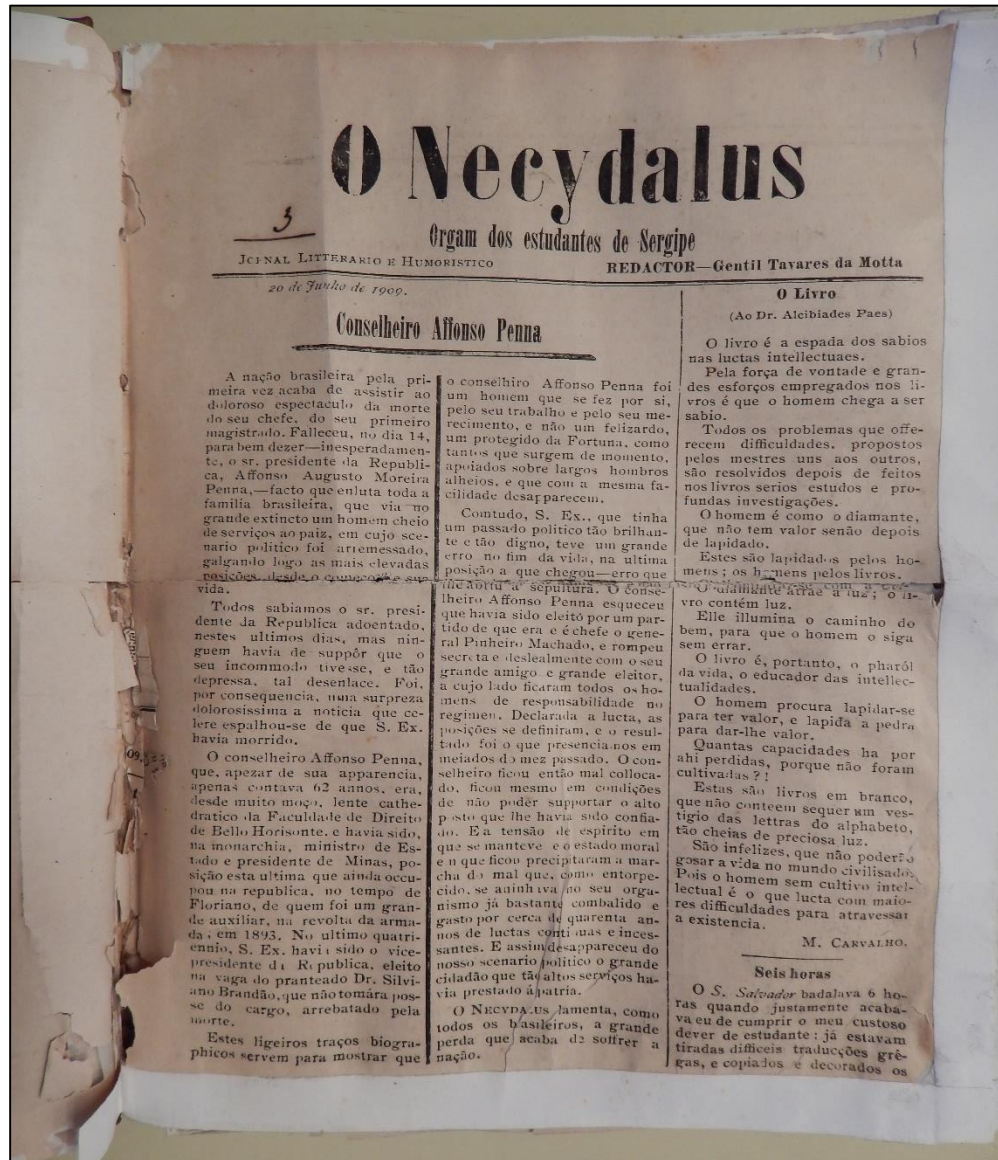


Figura 26 - Jornal estudantil *O Necydalus*, n. 3, de 20 de junho de 1909
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

O jornal tratava de diferentes temas, tanto internos quanto externos, a vida escolar, seja de reclamos das taxas escolares, fardamentos, críticas religiosas, condições urbanas e sanitárias da cidade, temas patrióticos, sobre amor, problemas com castigos escolares, protestos com relação a alguma injúria ou injustiça cometidas pelos diretores ou mestres aos alunos, temas políticos, sobre guerras e revoltas sociais, sobre preceitos morais como dever, obediência, vício etc. Colocavam-se, em algum momento ou outro, suas perspectivas contra ou a favor certas

normas do Regulamento interno do mesmo colégio, e outros assuntos educacionais, de seu interesse.

Nos assuntos que permeiam a vida escolar, expunham também notas e suas classificações nas diferentes disciplinas, seus gostos e preferências sobre determinado professor, exaltando seu comportamento e suas virtudes, enquanto outros depreciavam seu comportamento autoritário. Questionavam o sentido do sistema de aprovação/reprovação de exames, criavam concursos que submetiam a avaliação de seus mestres e suas técnicas pedagógicas etc. Exerciam, talvez, através do filtro narrativo e público do jornal, uma voz ativa ou exercício de poder, que não seria possível exercer sobre condições abaixo o teto da própria instituição, com sua noção hierárquica e regulamentar. Indubitavelmente, expurgavam certas rejeições, usando a via diplomática da escrita de um jornal, e a visibilidade reflexiva-coletiva. Que supunha, obviamente, um espaço favorável de defesa de interesses, como também um meio de provocar mudanças no que lhes pareciam obsoleto em sua geração.

Os seus diferentes colaboradores, todos rapazes, responsáveis pelas distintas colunas, aproveitavam alguns momentos para enaltecer a beleza e as virtudes femininas dignas da época, como a conquista de alguma garota com a prática de poemas, felicitação de aniversário e declarações de amor. A presença feminina no Colégio Atheneu se tornou permitido a partir do Decreto-Lei n. 30, de 15 de março de 1890 (Figura 27), elaborado pelo presidente Felisbello Firmo de Oliveira Freire. Sendo nos inícios uma tímida minoria, elas se tornaram mais presentes nos cursos Normalistas, que tiveram início regularmente em Aracaju em 1877.

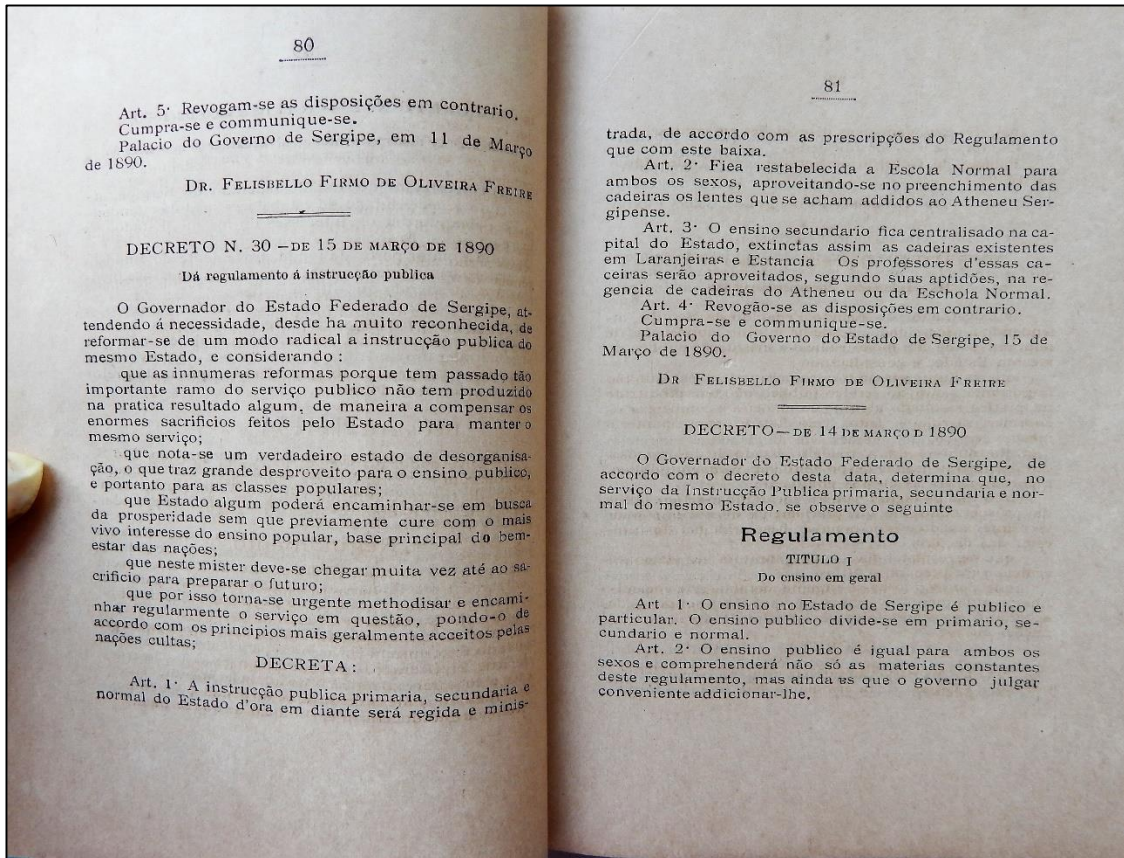


Figura 27 - Decreto que autoriza a inserção feminina no curso secundário, graças à diminuição de matrículas (Livro de Decreto e Leis do Estado de Sergipe de 1890)
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

As mulheres não estavam aparentemente presentes como redatoras do jornal, assinando as diferentes colunas em destaque, apenas em algum momento pontual se manifestavam no *O Necdalus*, como autoras de algum poema específico. Outro caso, alguma professora do Atheneu, tratando de um tema literário, também muito pontual, durante os três anos de duração do impresso. Atesta-se, por meio do mesmo jornal estudantil, a presença do gênero feminino no colégio Atheneu Sergipense através das listas de notas e avaliações das disciplinas, apresentadas no *O Necdalus* n. 60, de 1910, no qual se evidenciam as notas femininas (Figura 28).

2		O NECYDALUS	
EXPEDIENTE		Notas escolares	
ANNO II	N. 60	Nomes e series dos alumnos aprovados com distincção no exame de 1ª epocha no Athenen Sergipense de 2 a 17 de Dezembro de 1910. 1ª serie.	
Publica-se aos domingos		Francez.	
Assignaturas na Capital :		Alberto Azevedo e Luiz Gonzaga da Rocha Teixeira.	
Por mez.	\$500	Geographia.	
Fôra da capital (por trim.)	2\$000	D. Hilda Guimarães Aranha, Sebastião Machado Barretto, José Soares de Mello, Ulysses Soares de Mello, Cleobulo Amazonas Duarte, Luiz Gonzaga Teixeira, Alberto de Azevedo, e Adherbal de Figueiredo.	
Numero avulso	2\$00	2ª serie. Portuguez.	
Redacção—Rua de Maroim, n. 25		D. Esther G. Aranha, Jacintho Magalhães Martins e Anderson Dias Vieira.	
ARACAJU'		Francez.	
23 de Dezembro de 1910		D. Esther Guimarães Aranha, Anderson D. Vieira, e Edson Nobre de Lacerda.	
Mates e Remates		Geographia.	
Férias!		d. Esther G. Aranha, d. Hilda Eserina Costapinto, Moysés de Araujo Pinto e Octavio Telles d'Almeida.	
Sublime realisação dos nossos mais alegres sonhos.		Inglez.	
Após o bom exito dos exames, a amena epocha das férias, apresenta-se com todo o seu cortejo de folguedos e distrações.		Anderson D. Vieira.	
Depois dos exames o Natal, e depois o sequito das festas a compensar-nos dos dias de estudo e das horas de afflicção.		3ª serie. Chorographia.	
Companheiros debandão ; á semelhança das andorinhas que emigram, mal chega o inverno, elles, mal se passam os exames vão gosar a doce tranquillidade dos dias de festa no aconchego dos lares, no seio das familias que ansiosas os esperam.		Pedro Alves dos Santos.	
Cruel decepção quando chega ao lar paterno o filho reprovado. Um anno de despezas, de saudades e... um anno perdido.		4ª serie. Portuguez.	
Entretanto as compensações fazem-no esquecer o desastre, e alegria invade-o da mesma fórma que aos outros, e elle gosa tambem os encantos da familia e a epocha das festas.		José da Rocha Teixeira, Paulo da Rocha Teixeira, e Clarindo Diniz Gonçalves.	
GIL PARDAL.		Historia Universal.	
		José da Rocha Teixeira, Paulo da Rocha Teixeira, Clodomir Silva, Alfredo Guimarães Aranha e Clarindo D. Gonçalves.	
		Inglez.	
		Clarindo D. Gonçalves.	
		Grego.	
		José da Rocha Teixeira, e Paulo da Rocha Teixeira.	
		Francez.	
		Clarindo D. Gonçalves e Paulo da Rocha Teixeira.	
		5ª serie. Latim.	
		D. Sylvia Ribeiro.	
		Historia.	
		D. Sylvia Guimarães de Oliveira Ribeiro e Ulysses de Oliveira Sampaio.	
		Historia natural.	
		D. Sylvia Ribeiro.	
		Allemaõ Inglez e Litteratura.	
		D. Sylvia Ribeiro.	
		6ª serie. Historia, Physica e Chimica Historia, Natural Logica, e Allemaõ ; Gentil Tavares da Motta.	
		Encerrou-se o anno lectivo.	
		Abrir-se-á o Athenen, para as aulas, em Abril de 1911.	
		Por aviso do ministro do Interior foi prohibido que lentes de Gymnasios ensinem em estabelecimentos extranhos ao official.	
		Tambem por aviso do ministro foi determinado que os alumnos reprovados em duas ou mais materias não possão fazel-as na 2ª epocha.	
		Viajantes	
		Para S. Paulo, onde vae gosar as férias segui a 19 o bacharelado do Athenen Sergipense, Gentil Tavares da Motta.	
		Leva ao seio de sua familia, o distincto moço, as provas de um bellissimo curso e de magnificos exames.	
		A' familia do distincto amigo nossos parabens.	
		Do Rio	
		Chegaram, do Rio, no paquete «Iris», a 21 : a exmª srª d. Maria Guimarães Aranha mãe dos nossos collegas Alfredo, d. Hilda, e d. Esther Guimarães Aranha.	
		—O capitão de fragata Amynthas José Jorge e familia.	
		—O telegraphista Adolpho Xavier d'Oliveira.	
		—O coronel Rosendo Garcia Rosa.	
		—Godofredo Menezes estudante.	
		—Genulpho Freire da Fonseca e Domingos Santiago funcionarios federaes.	
		A todos boas-vindas e felicitações.	

Figura 28 - Lista de notas de alunos e alunas do Athenen Sergipense no ano 1910. Evidencia-se o curso misto
 Fonte: O NECYDALUS, 1910f, p. 2; Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

No início da República, os discursos vinculados à educação da mulher estavam especificamente preocupados com a necessidade de a formação cívica das futuras gerações. Da mulher na formação dos filhos, na adesão das práticas de higienização no lar e da família, a contribuição da produção de adequados cidadãos, em ressonância com um projeto de civilizatório. Podemos ler um trecho de declarações de idealização do gênero feminino, expressada pelos sujeitos na própria imprensa sergipana, como no caso de um trecho,

casualmente encontrado no jornal *Folha de Sergipe*, do mesmo período das fontes estudadas neste trabalho. Esse texto expressa certa perspectiva sobre o corpo da mulher em seu fazer no campo da sociedade, sobre o ideal de sua adequada educação. Pareceu-nos interessante conjugar este texto do periódico em relação à presença tênue de moças como estudantes no Atheneu Sergipense; vemos a seguir que também não era vetada ou inexistente. Logo, não eram participantes ou colaboradoras, pelo menos de modo evidente, do jornal *O Necdalus*. Vejamos declarações direcionadas à visão de educação e atuação feminina no jornal *Folha de Sergipe* de 1910:

A Educação da Mulher

Através da atmosfera claríssima das concepções científicas, o homem com facilidade percebe o seu desenvolvimento; tem completo conhecimento do seu Eu, (porque tudo lhe é acessível) compreende melhor os grandes acontecimentos que se dão nos campos áridos da vida, mais q' a mulher.

As mulheres este mysterioso emblema da pureza quanto mais ilustração busca, mais chimericas fantasias se aninham no seu espírito, arrastando-o para o seio vicioso da sociedade geral, aonde só a mentira e a hypocresia imperam.

Na conservação da espécie, e no amor e no campo do sagrado da inocência – que é o lar, está a sua educação e também o seu dever.

No lar ella se prepara o coração da humanidade por entre as ternas harmonias que a harpa do amor maternal disfere, traduzindo a expressão viva de todos os sentimentos.

Adimittir-se que a mulher represente, o mesmo papel que o homem é um erro absurdo, pois a harmonia vai despertar a visão celestial de seus sonhos que tranquilamente dormem no formoso ninho de todas as chimeras!... Fernando Aquino Piheiro (JORNAL FOLHA DE SERGIPE, 1910, p. 2).

Vejamos um trecho curto, extraído sobre o pensamento do mesmo gênero feminino dentro do impresso *O Necdalus*, que usualmente era conotado de um tom romântico, misterioso. Existem muitas declarações de amor e de encanto dedicadas às moças. A ideia de feminino, aparentemente ligada aos termos de paixões platônicas e enaltecimento da beleza delicada, surge muitas vezes tomada por frágil e virginal, nos pequenos textos do jornal.

Relembração

(Ao ic. Lins)

Relembro agora os tempos que passei scismando em densos mattagaos, com o coração envolvido em nostalgia, ouvindo o saudoso sussurro das florestas e o uivar pavoroso das feras brávas, orphan da luz benéfica de seu olhar facinador e também do perfume embriagador daqueles longos cabelo que cobriam as espaldas semi-núas daquele corpo virgem, que reluzia, cobrindo em extase, mendigando um olhar de amor, uma frase terna de consolção, a essa de quem meu pobre coração tornou-se escravo, vendo escapar-lhe dos lábios uma saudação expressiva.

Oh!... Como eu era feliz e não sabia...

Orlando Flores.
(O NECYDALUS, 1909d, p. 1).

3.1 CASTIGOS: VOZES NO PAPEL E REVELIA

Quanto à categoria de análise voltada para os castigos do colégio, sejam estes morais ou físicos, pudemos encontrar no impresso estudantil *O Necydalus*, em todos seus números, duas manifestações contundentes e diretas, em posição de desaprovação, revelando publicamente os castigos físicos no âmbito da educação escolar. Relataram, em voz ativa e aberta, os fatos de um colega sujeitado a duras correções físicas, sobre o uso da palmatória, referindo-se aos “Bolos”. Em disposição regulamentar, não se faz este direito presente no capítulo referente aos castigos disciplinares, discursivamente fazendo uso das expulsões, suspensões e vergonha/exposição pública dos atos cometidos. No uso, era recorrente a prática de castigos e submissões físicas, dirigidos ao corpo, como um meio adestrador e disciplinar. Vemos agora a voz dos estudantes, em visão do cotidiano escolar:

Sexta feira ultima, quando nos dirigimos para o estabelecimento onde nos aclarão o espírito lições de mestres competentes e abalisados, soubemos que um colega, 2º annista Virgílio Garcia Rosa estava com as mãos em deplorável estado.

Isto, que por qualquer outra cousa era muito natural, soubemos depois que havia sido consequência de um castigo que applicara ao menino o diretor do ‘Gremio Escolar’ castigo este que produzira sangrentas echymoses pela mão do pequeno.

Tratando de syndicar o facto, soubemos depois que ele se tinha dado devido uma queixa do censor do devido collegio ao respectivo diretor.

Hoje, que já se foi banido do ensino, que se acabou já o predomínio da palmatória, ainda nesta cidade, que é capital do Estado Federado de Sergipe, se dão fatos desta natureza!!!

Chamamos a atenção do illustre diretor da instrução, afim de que nunca mais se repitão acontecimentos iguaes a este. (O NECYDALUS, 1910c, p. 2).

Os estudantes manifestam, de modo irônico e direto, sua repugnância pelo abuso de autoridade por parte dos membros da instituição escolar. Esse relato questiona a continuidade da prática física disciplinar, que já havia sido oficialmente abolida. Sabendo ser isso um método atrasado e ultrapassado, os estudantes no texto contra-atacam com mostras de vergonha pelo deplorável fato e meios disciplinares. *O Necydalus* coloca-se no lugar de delator das forças assujeitadoras presentes então, que representam para eles um retrocesso à civilidade, como bem expressam no antepenúltimo parágrafo.

Em suma, a arte de punir no regime do poder disciplinar, não visa nem expiação, nem mesmo exatamente repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como bases mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor de capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos (FOUCAULT, 2013b, p. 175-176).

Conferimos em trabalho de pesquisa documental a existência do livro das penas impostas aos alunos da instituição do Atheneu, apenas encontrado a partir de 1916, conforme consta em um dos artigos sobre castigos da professora Eva Maria (UFS), um tomo dos anos anteriores, hoje inexistente no acervo. O documento encontrado pela pesquisa e desenvolvimento deste trabalho, sobre punições dos alunos, a partir de 1916, titulado *Actos de Portarias*, seguia de modo oficial as suspensões e infrações dos alunos ante o Regulamento em vigor. Neste livro, pertencente ao acervo documental do CEMAS, constatamos a prática de cumprir um registro burocrático das faltas disciplinares, cometidas pelos alunos do Atheneu. Trata-se de um documento de triagem, correspondente à vida disciplinar do aluno e de seu passo pela instituição. Vemos a capa e a contracapa do livro *Actos de Portarias* (Figura 29 e 30).

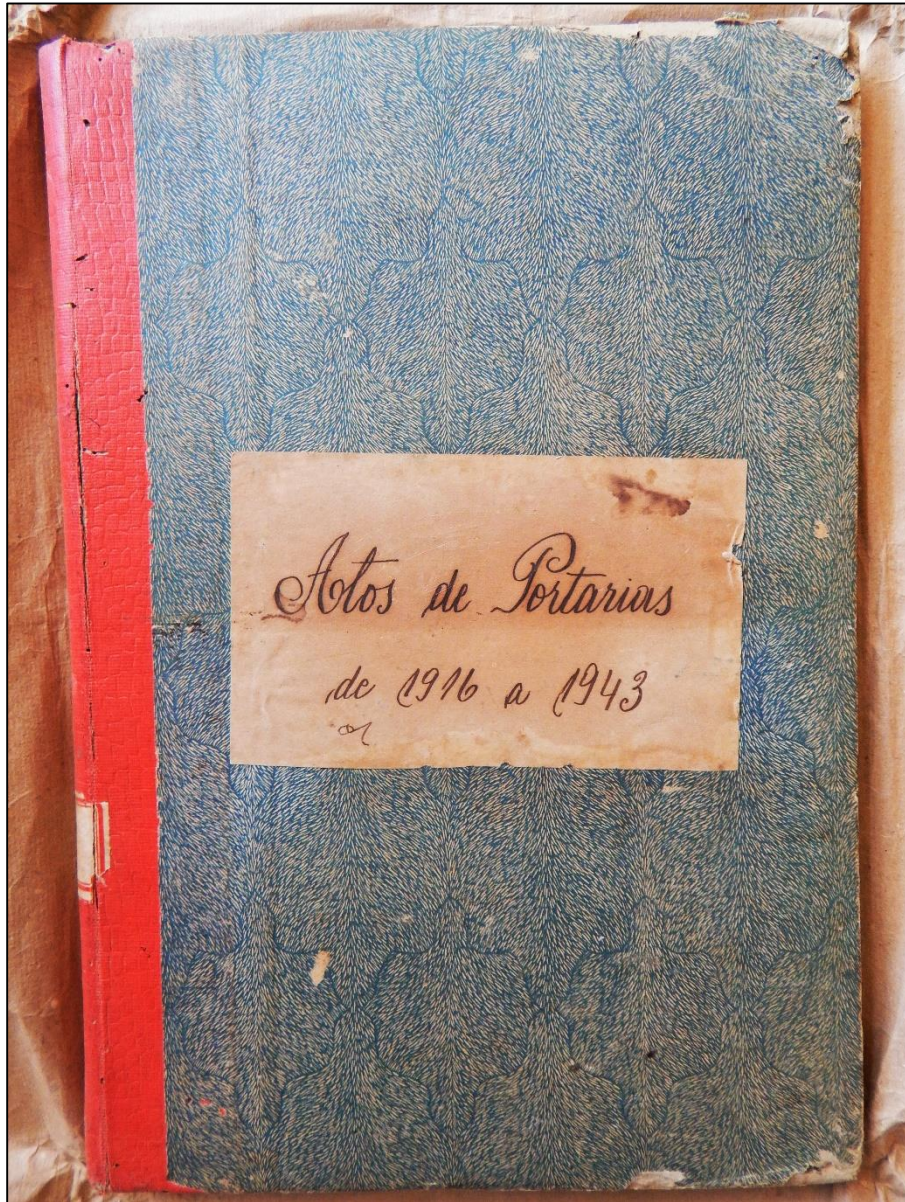


Figura 29 - Capa do livro de registros de infrações e penas aplicadas aos alunos do Atheneu Sergipense entre 1916 e 1943
Fonte: Acervo do CEMAS, 2016.

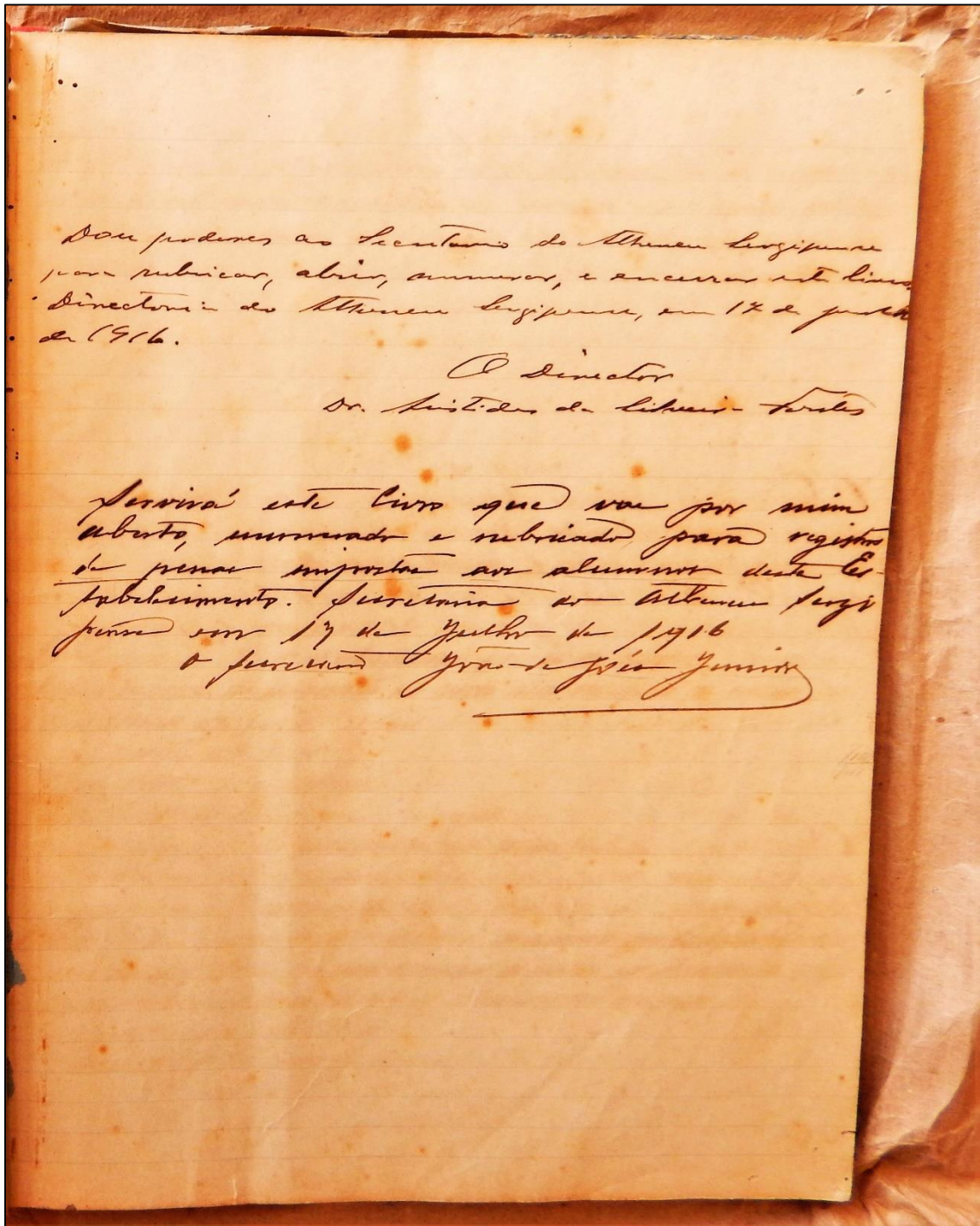


Figura 30 - Contracapa do livro *Actos de Portarias*, de registros das infrações e penas aplicadas aos alunos do Atheneu Sergipense entre 1916 e 1943
 Fonte: Acervo do CEMAS, 2016.

O livro de registro dos castigos aplicados e ocorridos na instituição abre, em sua primeira folha, com o seguinte discurso: “[...] Servirá este livro que dou por mim aberto, enumerado, e rubricado para registro das penas impostas aos alunos deste estabelecimento [...] Atheneu Sergipense em 13 de julho de 1916 [...]” (ACTOS DE PORTARIA, 1916-1943, p. 1).

O que antecede a existência de um livro de registro de penas é a existência anterior de um livro de regras ou de normas (o Regulamento), como vimos na seção anterior. O poder regulamentar se faz valer como verdade a ser seguida, a partir da construção de suas disposições, em analogia aos meios também burocráticos do aparelho jurídico-penal, que dialogam com os meios disciplinares, em diferentes instituições, para controle e porte dos indivíduos que neles se sustentam. “A punição em regime disciplinar comporta uma dupla referência jurídico-natural” (FOUCAULT, 2013b, p. 172).

O livro de pena por nós encontrado é composto por 99 páginas, nas quais se repete igualmente o ato burocrático de registro, de uma maneira pouco esmiuçada, sem muito detalhe do evento. Essa espécie de caderno vai registrar as faltas dos alunos, descrevendo em primeiro o número do *Acto* no cabeçalho acima; depois, o diretor declara o nome do aluno infrator, sinaliza a pena aplicada ao infrator, e a letra ou artigo do Regulamento em vigor que foi infringido pelo aluno, com assinatura da diretoria e data. A seguir, seu aspecto (Figura 31):

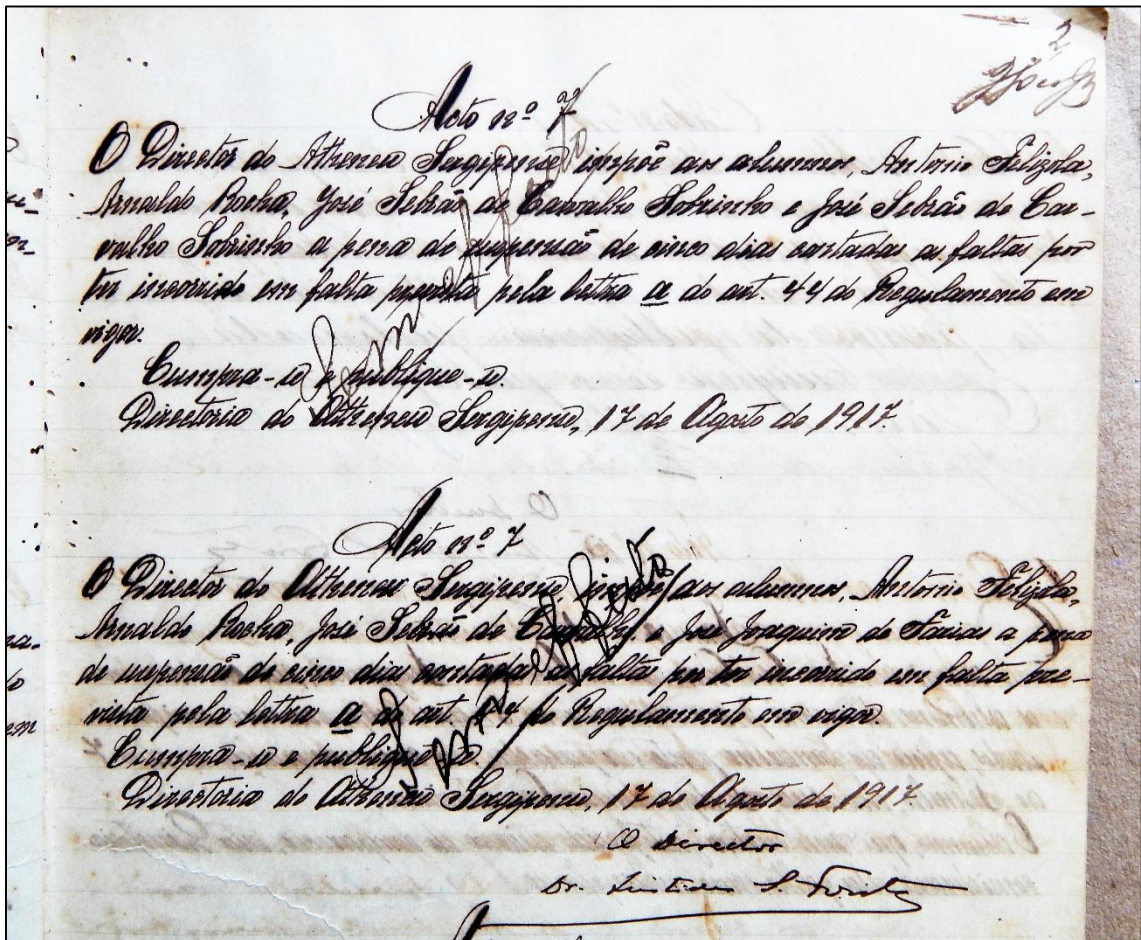


Figura 31 - Aspecto interior do livro de registro de penas dos alunos do Atheneu Sergipense 1916 a 1943

Fonte: Acervo CEMAS, 2016.

“Um poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa (FOUCAULT, 2013b, p. 181). Percebemos os meios escamoteados e burocratizados dos modos de operar e aplicar os castigos escolares, à medida que o estado, de certa forma, estabilizava-se e complexificava-se em torno da criação de suas leis e *modus* de administrar público. A execução do castigo e a ordem imposta ao corpo passavam a ser uma estética desejada pelo processo civilizatório, um ato que dança, sobre as restrições entre deveres e direitos perante o Estado. Foucault (2013b) fala sobre a sofisticação do suplício físico desde o séc. XVIII⁴³, manifestado principalmente através das leis do sistema jurídico-penal. A partir de então, o castigo não deveria legalmente interferir em um estado de violência ou suplício do corpo, pois se transformara em uma silenciosa e homogeneizadora ação dos corpos, porém não menos mutiladora.

O conhecimento dos direitos e leis permite ao aluno, em contrapartida, acusar a infração da instituição. Os poderes também dançam neste jogo de deveres. Todos deveriam reconhecer-se atuantes dos limites nebulosos da lei. O corpo desde logo é o quadro que vai aos poucos sendo pincelado pelas verdades-cores do seu tempo. “A disciplina implica registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber” (FOUCAULT, 1999, p. 106). A cada verdade posta como forma de lei, o corpo vai compondo seus fazeres, paisagens, criando seus contornos e trabalhando suas possibilidades de ruptura ou esquadrinhamento.

Percebemos que um dos modos de fazer justiça, ou melhor exercer contraponto a esta força coerciva dos castigos, expulsões, advertência etc., durante o período de 1909 a 1911, era expor o acontecimento no meio impresso do jornal, canal de acesso ao meio influente e letrado do período, também o meio de comunicação e politização em massas naqueles tempos.

Os fatos classificados pelos alunos como injustos por parte da instituição são tornados públicos, submetendo o caso à reflexão popular e embate de opiniões. Em outras palavras, eles abrem o jogo, que em primeiro lugar é de caráter interno do colégio e de sua hierarquia

⁴³ Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos se formar uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a reforma propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir (FOUCAULT, 2013, p. 79).

administrativa, para um outro meio de popularização e reflexão pública, do que se passava em seu cotidiano. Imaginamos que tal rigor moral e disciplinar, dentro do território do colégio, era mais difícil de combater em igualdade. Vemos outro trecho no qual um dos redatores do jornal *O Necydalos* do Atheneu chama a intenção da injusta suspensão de um aluno:

Acto injusto!

O Estado de Sergipe, na edição do dia 10 do corrente, publicou o ato, pelo qual o Sr. Diretor do Atheneu Sergipense suspendeu-me, como alumno do estabelecimento, por oito dias, com ponto duplo [texto ilegível].

[...] Senti não menos, porque nunca desrespeitei a ninguém, especialmente ao Sr. Diretor, que entre tanto já tem deixado passar impunes, ataques dirigido a sua pessoa.

Senti sobre tudo, porque não commetti erro que merecesse a pena, e quando o commettesse e era desproporcionada.

Há no Atheneu um empregado, que, não sei porque moléstia, frequentemente anda desequilibrado, e como a inteligência perturbada.

Sem que eu o procurasse de qualquer modo, veio-lhe ao bestunto injuriar a memoria de meu Pae. Repelhi-o com moderação, mas ele teve a consciência da sua falta e da minha falta de energia e procurou-me um castigo, dando queixa ao Sr. Diretor.

Este, apesar de todos os seus dotes de espirito tem a qualidade commun ás organizações inferiores: aceitando as primeiras informações e sem ouvir-me e sem syndicancia algumas, impoz-me a pena de suspensão por tres dias e como ao anunciar-me meu rosto se contrahisse diante da injustiça e do arbítrio, deixou-se vencer pela hora má e argumentou a suspensão para oito dias com ponto duplo. duplo [texto ilegível] (O NECYDALUS, 1909a, p. 3).

Nesse relato, o aluno do Atheneu reage com indignação às penas impostas pelo diretor, expondo a julgamento público os atos de seus castigadores. Ele usa da veiculação do meio impresso estudantil como uma contrapartida, em forma de defesa e posicionamento, igualmente público, de seus atos e castigos. Este caso revela um excelente exemplo de escoamento e de fissura em relação à resistência ao poder normativo por parte dos alunos, que exercem um lugar de poder e rebeldia no uso das falas insatisfeitas no jornal. Cria-se uma outra plataforma para gerar escoamento, contraposição, rebeldia, ante esta força atuante sobre os corpos do alunado, com intenção de docilização de seus atos resistentes.

A fala pública no jornal *O Necydalus*, seria como um ato reativo, uma força desencadeada desde o seio das relações de poder implícitas no estabelecimento. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro, não se sabe ao certo que o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Esta é uma tecnologia móvel e com o tempo mutável, qual foi reconhecida por Foucault como a dinâmica da “microfísica do poder”. Uma força móvel e autossustentável por si mesma,

e por quem dela participa, tendo uma peculiaridade: uma constante que irá prevalecer sobre as massas dos corpos coletivos, e que nos interessa objetivamente compreender, particularmente. Foucault (2013b) designou como “tecnologia política do corpo”⁴⁴ as técnicas ou normas que contornam e produzem corpo. Em relação às práticas discursivas, ditas no Regulamento do Atheneu Sergipense de 1909, no capítulo que atende às normas disciplinares dirigidas aos alunos do colégio, lê-se:

CAPITULO V

Da disciplina escolar

Art.20. Os meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas, serão os que seguem:

- a) Notas más nas listas de aulas;
- b) Reprehensão ou retirada momentânea da aula;
- c) Reprehensão em particular ou perante os alunos do anno ou de todo estabelecimento;
- d) Exclusão do Atheneu por três a oito dias com ponto duplo;
- e) Suspensão dos estudos por um a dois anos ou eliminação do estabelecimento nos casos de insubordinação, parede, ou pratica de atos imorais. (SERGIPE, Decreto n. 7.129, 1909, p. 9).

É de imaginar um período de muita imposição disciplinar corporal e subjetiva, de uma concepção de hierarquia de relações, e de forte moral social. O aluno era considerado um diamante bruto, e deveria ser polido e civilizado, com rígidos métodos disciplinares, mantendo assim um sentido de assujeitamento e de obediência, dentro da instituição tutelar e da própria concepção de Estado. “A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos e de obediência)” (FOUCAULT, 2013b, p. 133).

Como podemos perceber no texto do aluno participante do jornal, transcrito anteriormente, era comum, durante este período e também posteriormente, publicar as faltas cometidas por estes ou até mesmo pelos professores, nos respectivos jornais do Diário Oficial do Estado. O ato pode significar um meio de penalização e marca pública, uma correção a partir da institucionalização do corpo do indivíduo. “O homem, no Ocidente, tornou-se um animal

⁴⁴ “A invenção dessa anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localização esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos uma fachada de um método geral. [...] Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder, e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem cobrir o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 2013b, p. 134).

confidente” (FOUCAULT, 2014, p. 66). Um meio coercivo e vergonhoso para os implicados se delibera a juízo público, seja a um outro ou coletivo, expondo o comportamento moralmente duvidoso. No caso das publicações em Diário Oficial, vamos associar como uma prática vinculada a uma espécie sofisticada de método de confissão. Nesse, o penalizado se vê declarando seus feitos, mesmo longe de sua vontade, por meio de um porta-voz superior e tutelar.

A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já estão tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não “demanda” nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação. A confissão libera, o poder reduz a um silêncio; a verdade não pertence à ordem do poder, mas tem um parentesco originário com a liberdade [...] que nem a verdade é livre por natureza nem o erro é servo: que sua produção é inteiramente infiltrada pelas relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 67).

Foucault, na produção da sua obra *História da Sexualidade: a vontade de saber I*, de 1976, aproxima-nos para a análise do ato confessional, designando-lhe um ato de desempoderamento de si mesmo e do corpo, delegando o poder a um outro externo e adequando-se ao julgamento e pena de seus atos nefastos por uma lei exterior a si mesmo.

Na dita prática de publicar as penas aplicadas aos alunos no Diário Oficial do estado, encontramos um registro. No Diário Oficial do ano 1932, lê-se:

Atheneu Pedro II⁴⁵

Expediente do dia 6 de agosto de 1932

Petição despachada

Exmo. Sr. Diretor do Atheneu D. Pedro II – os sub-firmados, alunos desse estabelecimento de ensino, da quarta serie os dois primeiros e da quinta serie o ultimo, tendo sidos privados de frequentar os seus cursos durante o restante do ano letivo, em virtude da pena disciplinar que lhes foi aplicada por ato de v. excia., vêm requerer a v. excia. Se digne a reconsiderar o referido ato de suspensão, para que lhes não interrompa o andamento regular dos seus estudos.

O requerimento vêm suprindo a pena que lhes foi comandada com acatamento devido á autoridade que v.excia. representa; não interpuseram nenhum recurso, que viesse a incidir o ato de v.excia.; ou siquer lhes aliviar a premente situação em que se encontram; não praticaram nenhum ato, em suma, que traduzisse qualquer sentimento

⁴⁵ Antigo Prédio do Atheneu Sergipense, de 1926. A partir do ano 1925, o Colégio passa, por decreto, a denominar-se Atheneu D. Pedro II.

de revolta ou desobediência, no tocante ao cumprimento da pena disciplinar que lhes foi aplicada. [...] e requerem lhe seja reconsiderada a pena, para que possam os requerentes voltar a regularidade de seus cursos nesse estabelecimento. Nestes termos p. deferimento. Aracaju 5 de agosto de 1932. Felix Figueiredo, Carlos Garcia, Antônio Oliveira Brandão. Diante dos termos exarados na petição infra, deferido. Aracaju, 6 de agosto de 1932 – José Andrade Carvalho, diretor. (DIÁRIO OFICIAL SERGIPE, Aracaju, 7 de agosto de 1932).

A pena e falta são burocraticamente declaradas ou confessadas, pelo poder das autoridades, neste caso o diretor do estabelecimento abrindo em ato público e oficial, a confissão do dito comportamento ou faltas pessoais dos seus alunos, com suas respectivas punições como resposta. Talvez este tipo de castigo, que envolve a imagem e de certas intimidades de seus comportamentos físicos ou morais, fosse mesmo imperdoável para reputação dos pré-adolescentes do curso ginásial e suas famílias, com idades em média de 10 a 16 anos.

Vemos como sofisticados os dispositivos que desprendem. Talvez uma dor subjetiva imensurável, que enganosamente aparenta pouco física, porém cria e gerencia um tipo de corpo. Desde logo foram sendo criadas, na Modernidade, técnicas efetivas e burocráticas para punir e castigar, muito ligadas às formas do aparelho jurídico-penal, que se tornaram preocupantes para aqueles que desejavam trilhar boa reputação, sobre seus jovens nomes. Essas tecnologias políticas do corpo foram traçadas para manter o controle sobre ele, e são desencadeadas para melhor vigilância, economia de energia e evidência dos atos do sujeito, geridos pela força estatal.

Essa sofisticada forma de submeter o corpo a uma extrema exposição, ou evidenciamento de suas atividades, exerce uma função mecânica de correção, dar lugar ao bom e ao mal comportamento do corpo e, o mais importante de tudo, o ato de delegar seu poder a outros. “A ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem artificial, colocada, de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento” (FOUCAULT, 2013b, p. 172). Para o autor, a punição é parte de um sistema duplo, de gratificação-sanção, como de uma operação constante dirigida ao corpo, desejando ser aprovado ou desaprovado. Um modelo repetitivo de aprovação e desaprovção, de boas ou más notas, de boa ou má educação, de bom ou mau caráter. Percebemos que é um sistema maniqueísta e dualista, onde ao corpo parece que somente cabe esses dois lugares de intensidades.

3.2 O CORPO DAS AUSÊNCIAS E DAS PRESENCAS (BEDÉIS E VIGILÂNCIA)

Outra categoria que se faz presente nas distintas fontes e nos documentos reunidos é o gerenciamento das faltas e das presenças do corpo do aluno ou professores. A importância da presença destes para se fazer realidade o projeto idealizado de educação e de cidadão instruído. Durante séculos e décadas, esse projeto educacional foi enfraquecido pelos quadros de evasão assistencial, entre alunos e professores. Faz-se, logo na construção do regulamento, um ponto importante e insistente nos posteriores Regulamentos criados.

Obviamente não se pode adstrar construir um corpo, em ausência deste, sem onde aplicar-se a disciplina. Se não há um corpo presente, então não existem normas, direitos ou penas para aplicar e fazer produzir os desejos de verdades. O Regulamento do Atheneu Sergipense, desde suas primeiras redações regulamentares, dedica inúmeros artigos e até mesmo, no caso do regulamento de 1909, um capítulo explícito para a questão das presenças e assistência escolar. Como uma das bases fundamentais a salvaguardar do corpo disciplinar, por onde toda a roda começa a girar, a maquinaria começa a funcionar. É a partir da presença, de todas as suas peças ali presentes, prontas para receber seus adequamentos, prontos para executar seu projeto, de saber e de corpo.

No Regulamento correspondente do ano 1911, as recomendações de presenças e limites de faltas se encontram incluídas dentro do capítulo V, “Das aulas e seu regímen”:

Art. 33. A presença dos alumnos será verificada pela a chamada feita pelos bedéis, antes de cada aula, marcando na caderneta da aula a devida falta aos que não estiverem presentes.

§1º Estas notas deverão ser autenticadas pela assinatura do professor.

Art. 35. A Justificação das faltas commettidas pelos alumnos será feita pelo professor, no primeiro dia em que o alumno comparecer as aulas, depois de dadas as faltas mediante reclamação do responsável pelo alumno, que exhibirá os documentos que lhe foram exigidos. Estas faltas deverão ser notadas cuidadosamente para o cumprimento do disposto no artigo seguinte.

Art. 36ª frequência será obrigatória a todos os alumnos, e o que der 40 faltas durante o anno lectivo, ainda que sejam ellas justificadas,. Poderá, porém, matricular-se no anno seguinte, caso mereça pelo seu procedimento e aplicação. (SERGIPE, Decreto n. 563, p. 13).

Estas são algumas noções emitidas desde o regulamento de 1911 do Colégio Atheneu Sergipense, dirigindo e controlando a assiduidade da presença do corpo do alunado na instituição. Este dispositivo é uma das chaves fundamentais para ir incorporando, através da presença, todos os contornos desejados ao sujeito. Sem a presença física, o modelamento controlado e homogêneo não se faria efetivo como desejado.

Vemos, por meio do impresso estudantil *O Necdalus*, entre 1909 e 1911, as perspectivas e fatos cotidianos correspondentes a essas regras. Trata-se de um tema recorrente na vida dos alunos, e se exercia certa vigília ou certa pressão, voltadas para o dever da presença do corpo na instituição. Logo, a hora das chamadas era efetivada pela “polícia escolar”, termo utilizado para os responsáveis pelo policiamento da escola, ou seja, os bedéis. Toda a vigilância e o sentido de fazer valer a ordem determinada em regulamento eram executados por dois bedéis, para todo o estabelecimento. Claro, cumpriam uma função detestável e delatora para os alunos. Também eram motivos de burlas e ridicularização, por parte dos estudantes, pois deveriam conhecer bem seu Regulamento, para saber criar suas fissuras, driblar seus processos.

Para Foucault, “esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível” (FOUCAULT, 2013b, p. 202). Nas disposições do Regulamento de 1911 (igualmente às de 1909), incumbia-se aos bedéis do colégio a seguinte função estabelecida:

Art. 147. Aos bedéis compete:

- I. Abrir as portas dos salões das aulas nas ocasiões em que tiverem de funcionar;
 - II. Dar o signal de começo das aulas com o toque da sineta;
 - III. Fazer as chamadas aos estudantes pela caderneta tomando nota dos que faltarem;
 - IV. Velar pela policia do estabelecimento, dando parte dos abusos praticados pelos estudantes;
 - V. Cumprir as ordens dos lentes, nos serviços das aulas;
 - VI. Executar as ordens que lhe forem transmitidas pelo secretario.
- (SERGIPE, Decreto n. 563, 1911, p. 32).

Tais personagens, tidos como dispositivos de controle das ações do corpo dos alunos, e por sua vez dos professores, faziam saber a administração do colégio, as faltas e ausências cometidas. No *O Necdalus* de 1911, encontramos um polêmico artigo sobre esta categoria estudada, sobre presença e ausências. Um dos seus redatores se indignou com a persecução administrativa, por parte da burocrática publicação no Diário Oficial do Estado, das faltas dos alunos do estabelecimento.

Os bedéis, como figuras emblemáticas não muito carismáticas, poderiam ter sido, para os alunos, figuras tidas como usurpadoras “dos seus direitos e liberdades”, delatores e vigilantes incansáveis de seus corpos dentro do espaço escolar. Poderiam também ter sido motivo de deboche e provocação entre os alunos e suas burlas, efetivando resistências dirigidas a este dispositivo, ou seja, os bedéis. São considerados especialistas ou técnicos que tinham como missão fazerem os alunos e também professores cumprirem e valerem a norma regulamentar. Dentro do espaço disciplinar, “Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e

como encontrar indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, aprecia-lo, sanciona-lo, medir as qualidades ou méritos” (FOUCAULT, 2013b, p. 138).

Os bedéis seriam os operadores, considerados um tipo de dispositivo da vontade de poder do Regulamento, que efetivava o castigo e a pena regulamentar, o que Foucault (2013b) designou como agentes punitivos. A figura do bedel é iconográfica, já presente nos cenários das universidades da Europa do séc. XVI em diante. “A vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2013b, p. 169). Seria, para Foucault, um dispositivo vivo de vigilância⁴⁶, representando tecnologias de controle e punição, exercendo uma força direta de modelamento e de absorção das práticas normativas nos alunos. Muitas vezes são silenciosas técnicas de coerção.

[...] muitos outros problemas persistiam e foram debatidos nas reuniões da congregação: a indisciplina dos alunos, por exemplo, sob a alegação dos professores de que isso ocorria pelo fato de não haver no estabelecimento empregados, que em caráter de inspetor ou como “pedagogo de alumnos” mantivessem a ordem (Ata da congregação, 26 de fevereiro de 1885) (ALVES, 2005, p. 111).

Este trecho da Ata da Congregação revela o indício da criação dos cargos de vigilância dos alunos, como bedéis e inspetores. Surgem, como percebemos na citação, como contraponto de resistência do corpo docente, ao estado de forças emitidas por parte do corpo do alunado do colégio. Assim começa-se a dança, o jogo para elas (a dança de forças), contato e fricção necessários, geram-se os movimentos.

O texto em regulamento de 1909 e 1911, que possuímos, não expõe dita disposição ou direito administrativo, porém muitas das faltas cometidas por alunos e até mesmo professores eram expostas publicamente no diário. Já nas publicações de anos posteriores, encontradas neste trabalho, nos regulamentos já colocavam explicitamente este direito de publicação no Diário Oficial, de certas ações, eventos, como suspensão, expulsão, e casos maiores. Esta necessidade de marcar o sujeito e enfraquecer de “si”, gerando um ato de confissão pública ou específica a outros de seus atos, não deixa de ser um árduo dispositivo, valorizado para produzir correção coletiva, ideia de verdade e rendição do corpo.

⁴⁶ “A disciplina implica registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber” (FOUCAULT, 1999, p. 106).



Figura 32 - Protesto no jornal *O Necydalus* de 1 de maio de 1910, sobre a publicações das faltas em controle no Diário Oficial do Estado
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Transcrição do trecho do jornal exposto na Figura 32:

Pelo Atheneu

Estão sendo agora publicadas no estado de Sergipe todos os actos e expedientes deste estabelecimento relativas ás faltas dos alunos nas aulas.

Esta medida, que não tem absolutamente razão de ser, tende apenas a impedir que as faltas já publicadas sejam, como de costume, abonadas no fim do mez pela congregação, ou no fim do anno pelo Ministro.

Esta parte do Regulamento do nosso Atheneu(faltas) *é a melhor observada pelo pessoal administrativo* daquela barcaça sem leme, si bem que esse Regulamento não autorize a publicação das faltas dos alunos, *e ainda mais com excepções como tem feito.*

É de crer que quem autorizou a realização desta medida mesquinha e tola nunca leu com cuidado o Regulamento actualmente em vigor.

O artigo que se refere á frequência dos alunos diz: “Antes das lições fará o bedel a respectiva chamadas por caderneta mensais, onde tomará nota dos alunos não comparecentes”.

Onde nosso Regulamento autorizam que estas faltas sejam publicadas?

Será que o estado de Sergipe é a caderneta que nos fala o Regulamento?

Porque não manda publicar também ao lado das faltas as notas dos alumnos?

Porque não observam o Regulamento, o que seria digno de louvor, no tocante ás recompensas que ele nos concede?

Tudo isto vem provar cabalmente que ali sempre o castigo é preferível á recompensa.

“Não pode o estudante que fica em casa saber a lição do dia?” foram palavras proferidas por um dos mais distinto e proveitoso professores d’quelle estabelecimento, quando em sua aula fazia o bedel a chamada.

Sim, respondemos nos. *É factó veredicto e provado que o alumno não adquiri somente conhecimento dos colegas e dos professores. Adquire-o também em casa e demais, para que estemos no estabelecimento, quando por qualquer motivo podemos ser suspellidos, e por oito dias, como costuma ser agora?!!*

Ahi ficam, pois á guisa de protesto estas linhas escritas num momento de reflexão. (O NECYDALUS, 1910a, p. 3-4, grifo nosso).

Este artigo do jornal é um dos mais polêmicos, com ataques sarcásticos e diretos ao poder da norma regulamentar e de seus manipuladores. Os alunos, tendo a pluma como arma e promessa, cumprem a dar seus tiros, “contra-ataques” preponderantes e bem argumentados de certas escolhas a eles impostas. Temos algumas passagens em destaque, por nós sublinhadas, que evidenciam um embate de uma certa revelia, um tanto sofisticadas no seu *modus*, tanto como são suas regras disciplinares. Igualmente ao Regulamento, o jornal, de certa maneira corresponde a vozes coletivas, vistas também como um poder diluído que age indiretamente sua pulsão. A ironia e o domínio de um texto engajado, atrelado às causas dos direitos estudantis, movem-se em coletivo e deixam transparecer os gritos existentes ou insistentes que, talvez sufocados no lugar do estabelecimento, dão eco a suas vozes, para quem lhes pudessem ouvir. Rebelam-se.

Através deste meio impresso, podemos ter algumas noções de dinâmicas e práticas do cotidiano disciplinar do corpo dos alunos. No primeiro grifo, o nosso redator deixa evidente a intensa questão pelos controles das presenças e faltas por parte da administração, garantindo, claro, o sentido e função de toda a maquinaria e dinâmica escolar. Tudo começa com as presenças. Para garantir o controle desta importante questão, coloca-se a anotação das listas de presenças a um cargo distante e acusador para os alunos, que seria o bedel. Um cargo e função burocráticos, pois deveria minuciosamente entender e conhecer as regras a serem aplicadas, por sua vez, os alunos necessitavam conhecer bem os Regulamentos para sobreporem-se a seus limites. Assim começava o jogo. Sabe-se, mediante o Regulamento, que na ausência do diretor o bedel se torna responsável pelo espaço escolar. Vamo-nos dando conta da peculiaridade deste

personagem, extraído das práticas universitárias da Idade Média em diante; torna-se um personagem quase mitológico no espaço de aprendizagem.

Outro interessante dado das relações de poder⁴⁷ e resistência entre os alunos e suas normas, que aparece no nosso segundo grifo, o redator insinua a preferência de publicar as faltas de certos sujeitos da instituição, ou seja, nem todos caíam, como que disse, “na boca do povo”. Existiam relações de privilégios em privar ou não o nome do sujeito da tremenda exposição pública no diário. O aluno indignado revela, no terceiro grifo, que tal ato não consta contemplado nas normas do Regulamento, e aponta ironicamente a falta de rigor para com este, talvez por conta dos interesses das autoridades vigentes. No nosso quarto grifo, o aluno evidencia o gosto pelo castigo, e a exaltação deste, por parte da administração do colégio, comentando ironicamente que as conquistas igualmente deveriam ser exaltadas pelos mesmos dispositivos de rebaixamento.

No quinto grifo deste interessante trecho do *O Necydaalus*, o dito redator atreve-se a questionar sobre a relação do conhecimento e a presença na sala de aula. Pareceram-nos questionamentos tão contemporâneos, pois já colocavam em discussão a qualidade da produção do conhecimento nas instituições organizadas, ante certas autonomias do sujeito e a produção autônoma do conhecimento. O texto é ao mesmo tempo ácido (irônico) e ao mesmo tempo politicamente formal. Nota-se uma característica notável neste estudo: o aluno conhece e sabe muito bem dos contornos e normas do seu Regulamento, e seu lugar de direito e deveres. Assim, poderia usá-lo como dispositivo de força, seja esta a favor ou contra seus interesses.

Vemos, a partir das fontes analisadas, que acontecem certas burlas ou fissuras sobre as regras estabelecidas no Regulamento interno, tão polemizado e tido em conta por todos, a cada caso, quando se chega na fronteira dos limites. O regulamento limita, dispõe a ordem ao corpo e a seu fazer no cotidiano escolar, mas nem sempre ele acontece ou se dá sem fissura ou mesmo suas burlas. Achamos outro pequeno artigo, que fala de maneira direta como estes ajustamentos, ora rígidos, ora quebrados, se davam.

Com voz vitoriosa, um dos alunos redatores anunciou em uma nota breve no mesmo jornal, com relação à disposição regulamentar sobre as faltas. Sabendo que, de antemão,

⁴⁷ “Esse termo ‘Poder’, porém corre risco de induzir a vários mal-entendidos. Mal entendidos a respeito de sua identidade, forma e unidade. Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição a violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupos sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminadas” (FOUCAULT, 2014, p. 100). Esta perspectiva e entendimento sublimes que devemos aderir e apostar, ao transparecer o jogo de forças exercidas nas diferentes fontes, operadas neste trabalho.

excedendo-se em seu número limite anual no caso (40 faltas), o aluno ficava impossibilitado de executar seus exames finais e assim superar seu curso, mas se cria boa expectativa anunciada para os seus pares: “Foi permitido aos alumnos das diversas escolas superiores que tenham mais faltas que as do numero regular, fazer exames na 1^o epocha” (O NECYDALUS, 1910e, p. 4).

3.3 ME EXAMINAS: E EU TE COLOCO A NOTA!

Nesta categoria de análise notamos, nas fontes de estudos usadas, a preponderância dos “exames escolares” e da competência, aspectos tidos como muito presentes no cotidiano escolar, e muito bem detalhados em seu Regulamento. Sem dúvida, entre as categorias escolhidas neste estudo, a mais recorrente no jornal *O Necydalus* foi a de exame. Os alunos dedicavam pequenas colunas e páginas inteiras aos seus comentários, dando lugar a sua angustia, insatisfação ou críticas a tal sistema. Também em menor quantidade de vezes, apareceu o enaltecimento dos alunos com avaliações notáveis em algumas de suas disciplinas no Atheneu.

Sobre o embasamento teórico aqui usado, dadas as observações das fontes, chegamos ao entendimento das técnicas de configuração do corpo. Percebemos, neste caso, como os exames são, segundo Foucault (2013b), dispositivos de vigilância e controle, presentes na dinâmica cotidiana escolar. No intuito maior de lograr os desejados resultados de produção do mesmo, as avaliações contínuas deixando o corpo em um estado de paralisia e de alerta. Dispõem valor sobre o corpo de cada aluno e o enumeram. “O exame coloca os indivíduos no campo de vigilância e os situa igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam” (FOUCAULT, 2013b, p. 181).

O exame vem ao corpo dar traços de homogeneização coletiva, criar medidas e códigos de qualificação de valorização individual dos sujeitos ali medidos. Todas estas técnicas, para além de produzir conhecimento, seja moral, ético ou de conduta, produzem em si mesmas uma forma de ser e estar do corpo no mundo, ou seja, os filtros de experiências estabelecidos, para reconhecimento da própria vida e dos modos de operar com esta. Por essa razão, já não podemos considerar um meio ingênuo e apenas administrativo na escola. Estamos atentos ao que queriam produzir para além dos conteúdos a disposição dos corpos.

Vamos deixar agora que as vozes destes alunos e desta fração de tempo histórico falem. Recortamos um dos trechos mais reflexivos dentro do jornal *O Necydalus*, de um aluno que não

hesita em enviar seu recado e mostrar sua emoção quanto ao momento dos exames escolares. Muito nos dá a pensar a contemporaneidade de seu pensamento à luz da primeira década do século XX. Há exatamente cem anos atrás!

Vamos aqui a um trecho da seção “Palestra” do jornal *O Necydalus*:

Aproximam-se os exames.

Não há espírito, por mais senhor de saber que seja que não sinta um certo sentimento de temor nesta horrível época.

O exame, que nada prova se o examinado é ou não competente, é uma méra formalidade de que o indivíduo depende unicamente de felicidade.

Isto se prova pelos inúmeros casos que se estão reproduzindo quase sempre.

Muitas vezes um typo verdadeiramente, ignorante numa matéria em que está sendo examinado tem a felicidade de ser arguido em único ponto que estudou, sabido-se portanto bem; ao contrario do que acontece, também muitas vezes, por uma alteração nervosa, um aluno competente tem a desdita de se atrapalhar, fica sem ação, e nada respondendo *vai ao páo!*...

Por mais calma que seja e por amais que conheça da matéria, mesmo que seja acostumado a fazer exame, sente-se uma estranha comoção nesta hora que o pandego chama “da onça”.

O lente nos parece um inimigo; o logar o inferno; as perguntas que nos fazem assemelha-se às supostas ferroadas que dá o satanáaz nas suas regiões; e assim tudo mais.

Graças a melhora da instrução moderna, há durante as aulas do anno lectivo umas notas mensais, de forma que o individuo adquire sua aprovação durante o anno independente do exame. Assim o alumno tendo boa media durante o anno, ainda que se saia mal na tal “ora da onça” não é reprovado.

Com quanto não seja esta parte do regulamento rigorosamente cumprida, pois como sabem, “quando o urubú está feliz...” é ella muitas vezes a taboa de salvação do individuo no mar tempestuoso dos exames.

E aqui muito baixinho, que ninguem nos ouça, acho que as notas das aulas são bastantes para a approvação ou reprovação do estudante, pois que nem sempre pelos exames pode avaliar do seu aproveitamento ou não aproveitamento.

Sim?!!

(O NECYDALUS, 1910f, p. 2).

O estudante autor da coluna circunscreve todo o rito de passagem deste, segundo ele, “calvário” dos exames, deixa entrever as fissuras e ajustes das normas, que a dita prática também compreende. Ele descreve as fases emocionais e também burocráticas, e como, sob interesses da administração, existiram formas de ajustar as regras regulamentares, combinadas para o logro da aprovação. Não há lugar a dúvida que existia entre eles, os meios de equilibre-se entre deveres e resistências. Os alunos, ao menos no que representa o *Necydalus*, mostraram-se prontificados, muito atentos ao seu tempo, questionadores das estratégias disciplinares de sua instituição. Temos hoje em mãos apenas um jornal que tenciona e desconstrói o discurso regulamentar da instituição presente. O nosso redator comenta com ênfase justamente esse jogo de aprovação e competência que existe na instituição e que não corresponde muitas vezes à

realidade, esse modo de operar tão binário, entre aprovados e reprovados, dos bons e maus alunos, dos burros e dos ilustres alunos.

E pelo jogo dessa quantificação, dessa circulação dos adiantamentos e das dívidas, graças ao cálculo permanente de notas a mais ou menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, “os bons e os maus” indivíduos. [...] Duplo efeito consequentemente dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que todos se pareçam. (FOUCAULT, 2013b, p. 174-175).

Os alunos e redatores dos jornais seguiam atentos as notícias e regulamentações com respeito aos exames chamados exames de promoção sucessivas⁴⁸, ou mesmo o exame de madureza⁴⁹, segundo o Decreto n. 7.192, de 25 de novembro, no seu Art. 29 do Regulamento de 1909 do Atheneu. No mesmo jornal, noticia-se uma espécie de brecha do dito Regulamento: as autoridades declaram sobre a dispensa dos tão temidos exames de madureza mediante esta ordem anunciada no *Necydalus* para seus colegas:

O delegado do governo junto ao Atheneu Sergipense consultou ao Sr. Ministro da justiça sobre se está dispensado no corrente anno o exame de madureza. S. exe. vai responder que, estando dispensadas as aulas de revisão, ficou “ipso-facto” dispensado o exame de madureza de que trata o art. 31 do Regulamento do Gymnasio Nacional. (O NECYDALUS, 1910e, p. 4).

Observando os possíveis lugares de fissura, escoamento em direção a esta força que aos alunos exerce, encontramos no jornal *Necydalus* um singular evento, que podemos acreditar que seja uma contrapartida do jogo. Queremos dizer, que já quiseram os alunos fazer sentir aos seus professores o lugar de tensão ou apreensão que a força dos exames exercia sobre eles. Então, no jornal, decidiram criar um concurso, uma espécie de exame público comentado e decidido entre os seus pares, neste caso os alunos, sobre as disciplinas e correspondentes

⁴⁸ Decreto n. 7.192, de 25 de novembro 1909, do Regulamento do Atheneu Sergipense: “Art. 33. As provas se farão de acordo com os programas e methodos adoptados no ensino e pontos organizados na ocasião pela respectiva comissão. Art. 34. No julgamento dos exames de promoção, que será feito por cadeira ou aula, deverá ser tomada em consideração a conta do anno do alumno. Art. 35. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno que for reprovado duas vezes consecutivas no mesmo anno, bem como o que deixar de apresentar-se a exame no mesmo lapso de tempo”.

⁴⁹ Decreto n. 7.192, de 25 de novembro de 1909: “Art. 36. O exame de madureza, destinado a verificar si o alumno tem assimilado a summa da cultura intellectual necessária se effectuará immediatamente depois de realizados os exames de promoções”.

professores que as lecionavam. Deixa-se entrever, suas preferências enaltecem e julgam seus professores, evidenciando seus apoios ou repugnas, seja no trato, no método pedagógico ou no prazer estético que a disciplina lhe fornecia. Consideramos uma pérola, quanto a sofisticado dispositivo de resistência ou de fissura, apresentados pela voz do jornal estudantil, em direção à força do poder disciplinar dos exames. Seria por nós visto como “coloca-te em meu lugar”, ou até mesmo um “tu me examinas, e eu te coloco a nota”. Encontramos um sabor de revanche!

Concatenamos com a visão vertical de Foucault e suas formas de detectar minúcias de certas escolhas sociais normalizadas e aderidas pelos sujeitos em seus *modus operandi*.

A importância decisiva, conseqüentemente, dessas pequenas técnicas de anotação, de registro, de constituição dos processos, de colocação em colunas que nos são familiares, mas que permitiriam a libertação epistemológica das ciências do indivíduo. Sem dúvida temos razão em colocar o problema aristotélico: é possível uma ciência do indivíduo, e legítima? Para um grande problema, grandes soluções talvez. Mas há o pequeno problema histórico da emergência, pelo fim do século XVIII, do que se poderia colocar sob a sigla de ciências “Clínicas”: problemas da entrada do indivíduo (e não mais da espécie) no campo do saber; problema da entrada de descrição singular, do interrogatório, da anamnese, do “processor” no funcionamento geral do discurso científico. [...] é preciso ver o lado dos mecanismos e exame, o lado da formação dos dispositivos de disciplina e da formação de um novo tipo de poder sobre os corpos (FOUCAULT, 2013b, p. 183).

Para aproximar-nos com a materialidade de mais uma seção do jornal *O Necdalus*, correspondente ao seu anúncio do primeiro concurso das disciplinas do Atheneu Sergipense, criado pelos próprios redatores do jornal, e a participação, em cada edição, do voto de um aluno e sua argumentada escolha (Figura 33):



Figura 33 - Seção *O Necydalus* n. 27 de junho 1909, apresentando a abertura do concurso das disciplinas do Atheneu Sergipense

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Concurso

Há poucos dias, há menos de uma mês, gosámos todos aqui, nesta formosa Aracaju, o bello espetáculo de um concurso.

O concurso é assim como perecido a uma tourada. O espetáculo e bello, mas ao mesmo tempo, quase sempre horrível.

Há choques tremendos, encontros bruscos e pesados: choques de competência, [texto ilegível].

Pois agora ser-nos-á proporcionado num prazer incomparável superior ao que nos causa qualquer concurso isolado: vão entrar em concurso todas as cadeiras do nosso estabelecimento de instrução secundária. E O Necydalus é o poder que decreta tão extraordinária medida.
(O NECYDALUS, 1909c).

Percebemos aqui o lugar do gozo no seio de sua escrita, e de inclinação a lugar de vantagem, qual lhes proporcionou decretar um concurso aos seus lentes e disciplinas do seu estabelecimento de estudo. É-nos evidente o lugar de resposta, de fissura, que emite os alunos por meio do uso do suporte do jornal estudantil, como sua casa e plataforma, em mira, ao assujeitamento, e ao lugar que lhes é colocado sobre julgamento, por meio das notas e exames. Começa para eles um outro lugar de espetáculo e reboição entre seus professores (designados como “touros”), talvez desestabilizando, criando provocações e minúcias...

Segue o mesmo texto:

Mas o nosso concurso é diferente; é talvez um concurso original. Os candidatos, os touros, não são homens (também não são mulheres); são várias disciplinas ou matérias que se perduram no Atheneu Sergipense. Quer-se apurar, e para isso dede já fica aberto o concurso entre os estudantes, de tantas e tão variadas disciplinas qual a mais agradável, a mais sympathica, a que estudas com mais gosto. Claro está que as respostas devem vir justificadas, discutidas ou argumentadas. E para justifica-las não é preciso ser Ruy Barbosa. Serão consultadas as series de cima para baixo, a começar pela quinta. Tenha a palavra quinta série. (O NECYDALUS, 1909c).

A partir deste impresso do jornal *O Necydalus*, inicia-se uma série de outras publicações, dando inúmeras falas aos seus participantes redatores, evidenciando preferências de suas disciplinas favoritas e também o talento de seus lentes para com seus trabalhos. É do nosso interesse de análise somente conhecer e entender os meios, as formas e as fissuras que se davam então, à medida que o corpo ia sendo configurado e incidido por suas diversas técnicas. Claro que não tão somente são estas postas neste finito trabalho. Provocamos no estudo e no caminho fazer alinhamentos, relações, de como de fato algumas cotidianas e aparentemente inofensivas técnicas disciplinares faziam corpo, emergiam reações deles; interessa-nos seus escoamento, dilatações. Nem tanto, nestes momentos, as medidas quantitativas e minúcias históricas, pois não têm para nós atrativo de análise. Pois para criar corpo nos é necessário, nessa primeira ordem, ir conhecendo, relacionando de certas ferramentas, e a ação feita em seus lugares.

3.4 COMPORTE-SE! LOGO, COLOCO A BOCA NO TROMBONE

O comportamento e a repreensão do corpo é um tema presente e recorrente no cotidiano escolar, principalmente durante o período de instrução dos primeiros anos. O controle e a coerção, seja moral, física ou verbal, estavam presentes nos antigos moldes da educação. Pois, a instrução do corpo corrigido, civilizado, era considerada um tema abrangente e de importante alcance social, político, na era moderna, e para interesses da sociedade industrial e pós-vitoriana, séc. XIX e XX. “A todo instante o sujeito simboliza por meio de seu corpo (seus gestuais, suas mímicas, etc.) a tonalidade de sua relação com o mundo” (BRETON, 2011, p. 193).

Tais modos gestuais e seus discursos sinalizavam, dentro da lógica burguesa, a manifestação da índole e caráter do sujeito. A apresentação de etiqueta e gestos de convívio em seu meio, a partir da Modernidade, estabelece uma associação de distinção e nobreza, relacionadas ao caráter extremamente austero e polido do corpo. As formas dos gestos controlados e comedidos do corpo davam a impressão ou imagem de “racionalidade ou de cordura”.

Essa atitude de evitamento dos usos do corpo, além disso, nem sempre foi, além disso, facilmente perceptível na história ocidental. Norbert Elias, em obras importantes, mostrou como, antes do Renascimento, e ainda depois, para as classes sociais mais afastadas da burguesia o corpo não é objeto de uma privatização de suas manifestações materiais, de uma ritualização que impõe um distanciamento. (BRETON, 2011, p. 194).

A ideia da elite, relacionada à postura física, a um corpo comedido e polido, em suas formas e trejeitos, higienizado, demonstrava aspectos de uma concepção de refinamento, erudição, demonstrando controle de dita mente ante os instintos “animalescos do copo”. “Neste sentido, o corpo, quaisquer que sejam a sociedade humanas, está sempre significativamente presente” (BRETON, 2011, p. 193). Em nosso caso, um corpo plenamente cartesiano, passível diante das outras inteligências corporais, dando supremacia a um corpo produtivo devidamente regrado, contornado, dentro das concepções mecanicistas.

Nesta categoria, que diz respeito aos assujeitamentos verbais, desejamos concentrar as manifestações a respeito do trato discursivo, dirigido aos alunos do Atheneu Sergipense, seja por parte de seus professores, diretores ou chefes representantes da instrução. E as reações geradas sob estas dinâmicas de relacionamento entre corpos, sendo estes, em primeiro lugar, do corpo administrativo e docente, gerando ordens e leis, em relação ao segundo, o corpo do

alunado. Entre estas duas forças, perceber as tensões discursivas elaboradas no cotidiano, cada uma delas em seu modo de operar os discursos e domínios requeridos.

O aspecto a ser trabalhado agora, mostra passagem de revelia e manifestações discursivas de qualificações dirigidas a seus “agressores”, escoadas através do jornal *O Necdalus*. Em algumas edições desse periódico, pudemos encontrar certas mostras de insatisfação, revolta, por parte dos alunos redatores. Há causas de injúrias e até mesmo desqualificações verbais, segundo o entendimento narrativo dirigido a eles. Tomamos esses aspectos como categorias de assujeitamento do corpo, já que representam forças de atuação e de produção para com o outro. Talvez em fases de distintas direções. Porém, não significa que forças representem forças contrárias combatentes, todas obedecem à mesma lógica de locução, ocupando postos diferentes e momentâneos, imergidos em preceitos e paradigmas comuns operantes.

A seguir, recompilamos trechos desses embates, emitidos por *O Necdadlus*, em relação direta com o Regulamento entre os anos de 1909 e 1911, que também representam em seu próprio silêncio uma escolha ou forma de exercer poder e controle. Neste último passo do trabalho, na exposição do que corresponde também à vontade de poder, dos valores e posicionamentos discursivos dos estudantes, percebem-se as burlas das normas do seu Regulamento disciplinar. Percebemos a necessidade de trazer e problematizar mostras de atitudes, ações desprendidas por estas duas realidades na escola, e logo para a produção contínua do corpo ali presente.

Revela-se, em seu cotidiano e contexto histórico, que havia certa submissão hierárquica, com uma visão subestimada do aluno com relação aos seus considerados superiores, seu lente ou diretor administrativo e demais autoridades da instrução pública. Vejamos como no jornal são emitidas as vozes de protestos e revelia contra certos comportamentos, até mesmo considerados pelos alunos de “maus tratos” para com eles, por parte de algumas autoridades acadêmicas:

Protesto

Nós estudante do Atheneu Sergipense, movidos pela mais profunda antipathia aos modos e phrases grosseiras a nós dirigidos pelo missionário Padre Pedro Rocha protestamos do alto desta columna contra a insolência do mesmo padre, afirmando sempre que nunca em nosso peito, suas ideias e modos errôneos encontrarão pousada (O NECYDALUS, 1909e, p. 2).

Tal protesto demonstra o embate e a antipatia ideológica existentes entre os alunos e os paradigmas religiosos. É perceptível, em inúmeras edições do jornal, alguma fina e dissimulada

ironia, dirigida a certas convicções de índole religiosa. Talvez, os ataques mútuos venham demonstrar as divergências ideológicas em algum nível. Isso nos induz a pensar sobre os embates entre religião, dogma e ciência. Os alunos redatores do jornal clamam por virtudes de liberdade de pensar e se expressar; talvez a igreja, não induzisse ou estimulasse tais crenças, distantes dos sonhos dos moços nacídalos. Convocavam, em seus ideais, atitudes de luta, com a missão de esclarecer a escura ignorância. Remete-nos a uma manifestação ou experiência, do conceito de “corpo político”, encontrada em Foucault (2013b). Os alunos apostavam um certo investimento de energia de discurso e de corpo à presença desses personagens religiosos, que eram por eles considerado opressores, ou que enfraqueciam o poder de suas subjetivações. Então o ato manifesto de “colocar a boca no trombone” constituía construir um corpo político⁵⁰.

Palestra

[...] é muito honrosa a missão de um jornal
 A imprensa é uma flôr desafolhada por um sopro benedito, cujas pétalas — os jornaes — se vão rolando até os pés da razão.
 Sem a imprensa não teríamos civilização, não teria o povo a liberdade, não tínhamos, finalmente meios sociais.
 A imprensa é tudo!
 Ella liberta o escravo; esclarece as couzas ocultas; destribui luz por tudo; da razão a quem de dever.
 (Romeu Palmares) (O NECYDALUS, 1910b, p. 2).

Outras colocações foram postas em suas publicações requerendo este empoderamento de si, para postar tais relatos críticos, de certos comportamentos incômodos ou desacerbados por partes das tidas como autoridades e personalidades que conduzem o mérito da instrução pública neste período. Continuando com as reflexões publicadas sobre a entidade do Padre Pedro Rocha, seguem essas reflexões extraídas do jornal:

O que poderia dizer da Santa Missão, na qualidade catholico? Outro causa senão de bem, não deveria dizer.
 [...] Quizéra realizar o meu desejo; mas não posso absolutamente, porque “maltratar a meu próximo, é maltratar a mim mesmo”.
 Sei que perguntarão a que vem a frase que empreguei qual fui buscar tão longe.
 [...] em dias da semana passada, um donceias que oravam a multidão, em meio do seu sermão, o qual versou sobre a mocidade, classificou-nos de insolentes. Insolentes?!...
 Oh, Palavra!...

⁵⁰ **Corpo político:** “não seria o estudo de um estado tomado como um ‘corpo’ (com seus elementos, seus recursos e suas forças), mas não seria tampouco o estudo do corpo e do que lhe está conexo tomados como um pequeno Estado. Trataremos ‘corpo político’ como o conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 2013b, p. 31).

Esta ao ser pronunciada, o que não há dúvida é que foi ferir gravemente os seios de nossas famílias e os estabelecimentos de instrução de nossa cidade. [...] O padre que reflita, verifique se não sabe o que não acredita, o que quer disser insolente, para que disser insolente, por que se disse com convicção, ofendeu-nos ainda com maior gravidade. Esta no seu alcance ver que não é agradável ser-se classificado deste modo, sede que, quando lá estou, que poucas vezes tenho feito, tenho certeza que me porto de maneira decente, prestando-lhe atenção, cumprindo deveres da boa educação (O NECYDALUS, 1909e, p. 2).

Umás poucas restrições eram dirigidas ao comportamento do corpo nestes anos de publicações dos discursos dispostos nos Regulamentos internos do Atheneu Sergipense. Algumas determinações escritas denotavam controle exato do fazer do corpo, como mostra de submissão ao pessoal administrativo do colégio, vistos no Regulamento Interno do ano 1911:

CAPITULO VI

Dos meios disciplinares

Art. 38 Nenhuma pessoa extranha ao estabelecimento poderá entrar nelle sem prévia licença do diretor, ou chefe de disciplina, ou de quem suas vezes fizer.

Art. 39. O porteiro e demais em pregados advertirão com urbanidade aos que praticarem actos contrários à boa ordem e asseio do edifício, levando factos ao conhecimento do diretor, quando forem desattendidos.

Art. 40 Serão consideradas faltas disciplinares:

- a) Reuniões e palestras que perturbem o funcionamento das aulas;
- b) Conservar o Chapéu na cabeça e fumar dentro do espacio;
- c) Danificar as paredes do edifício com riscos, escriptos e pinturas, assim como o mobiliário e utensílios do mesmo;
- d) Deixar de observar as determinações do diretor e demais funcionários, relativos á ordem interna do estabelecimento. (SERGIPE, Decreto n. 563, 1911).

Todas estas ordenanças estabelecem no corpo um lugar de rendição e de ordenança. O modelo hierárquico que incita a disciplina engloba uma série de controles sobre o poder que compete ao corpo do grupo de alunos e aos meios de fissuras que este pode vir a criar para burlar imposições, seja com a depredação do próprio prédio, símbolo material desse poder tutelar, ou até mesmo com mostras de indolência ou descaso para com seus supostos superiores. Assim, existiam para o exercício hierárquico⁵¹ alguns dispositivos como os próprios chefes de disciplina e os bedéis, porteiros que exerciam o policiamento dos alunos. A presença do seu corpo no edifício e como se referiam aos papéis de tutela administrativa da escola, símbolos ou

⁵¹ “Daí o fato de as disciplinas utilizarem processos de separação e verticalidade, de introduzirem entre os diversos elementos de mesmo plano barreiras tão estanques quanto possível, de definirem redes hierárquicas precisas, em suma operem à força intrínseca e adversa da multiplicidade o processo de pirâmide contínua e individualizante” (FOUCAULT, 2013b, p. 207).

replicação do poder público, principalmente neste período de construção do Estado e a complexa malha de leis e ministérios.

Os alunos, no jornal estudantil do Atheneu, mostravam-se inquietos perante mostras de soberba ou de falta de justificação de seus superiores sobre certas escolhas, normas e atos. Percebemos como no *Necydalus* essas mostras de ironia, crítica e insatisfação são escoadas de certas tensões às quais é submetido o corpo. Esta outra plataforma, talvez usada como escudo, fazia-os falar, protestar, enfim, reagir.

As diferentes e sutis estâncias dos dois Regulamentos trabalhados, de 1909 e 1911, tensionados ante as datas do jornal *O Necydalus* dos mesmos anos, mostram essa coerção igualmente sutil do comportamento corporal do sujeito, ao modo de se relacionar com o espaço e o desejo e a produção de certo tipo de corpo.

CAPITULO V

Da disciplina escolar

Art.19. É obrigado todo estudante a conduzir-se educadamente, quer no interior do estabelecimento, quer nas imediações do mesmo, não fazendo assuadas, não provocando rixas ou desavenças com suas colegas, não faltando absolutamente com respeito a todos os seus superiores hierárquicos e tratando cortesmente qualquer empregado do Atheneu (SERGIPE, Decreto n. 7.192, 1909).

Não esqueceremos que estes modos globais de ordenação das multiplicidades dos corpos em um espaço não deixam de ser uma tática disciplinar para atenuação das singularidades, o apagamento das vozes questionadoras, para instaurar enfraquecimento e a dúvida dos fortes. Essas técnicas de restrições geram um modelo econômico e homogêneo de controle. Uns vigiam os outros, talvez detrás de alguma justiça para consigo mesmo. As disciplinas substituem os antigos modelos abertos de violência do corpo, por um modelo escamoteado, ou, melhor dizendo, sofisticado de redução das potências dos corpos.

CONCLUSÃO

O caminho trilhado por este trabalho, através de seus objetivos geral e específicos, procurou trazer reflexões, operar historicamente, sobre a produção, perspectiva e visão do corpo exercido na escola, a partir das práticas discursivas e disciplinares vistas no Regulamento do Atheneu Sergipense, entre 1909 e 1911. Extraímos as experiências e vozes emitidas pelas fontes, colocando-nos em exercício de pensar o corpo produzido na escola. Olhamos certos dispositivos discursivos e disciplinares, em contraponto com os escoamentos de outras forças

exaltadas pelas vozes dos alunos do mesmo colégio, por meio do jornal estudantil *O Necdalus*, como uma plataforma de resistência e fissura.

Claro que pensar a produção e a esfera da construção do corpo é tarefa inesgotável, e dentro dos limites de finitude de uma prática dissertativa em um mestrado isso fica claro. Poderíamos ter tocado em várias questões transversais, que afetam visivelmente o tema da produção do sentido do corpo/corporeidade no espaço da escola. Questões como a preocupação com a higiene, a introdução da disciplina de educação física, as produções morais, subjetivas, sexuais ou religiosas, dentre outras ações que compõem o fazer do corpo em sociedade, em parte construídas na escola. Porém, nunca percebemos estes aspectos separados deste estudo. Não somos alheios às questões que colocam o estudo. Mas o tempo acadêmico não permite que delonguemos. Precisamos acabar!

No entanto, fizemos uma escolha para mirar sobre o aspecto discursivo e disciplinar dos documentos, como mecanismos de construção do corpo e do valor da palavra de ordem do regulamento, tida como lei-norma, dirigida a ajustar o corpo e seu cotidiano, seja dentro ou fora da instituição escolar, para a produção da sociedade. Ou melhor, se percebe a desejada corporeidade do sujeito a ser produzida, por estas falas institucionais e normativas. Como bem sinalizou Foucault (2013b, p. 185), “O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica que se chama a ‘disciplina’”. Ante as falas do regulamento, trouxemos neste trabalho o lugar de outras ações de força ou resistência, as vozes do cotidiano dos alunos do Atheneu Sergipense, mediadas em seu jornal, como um espaço de poder e de produção de corpos em resistência.

Identificamos duas esferas de poder. O jornal *O Necdalus* e o Regulamento do Atheneu. Duas dimensões, na construção do “corpo político”⁵², no sentido de que toda ação forma uma anatomia, seja este um lugar de enfraquecimento ou de empoderamento. Os dois lugares de força política do corpo criam lentes de realidades a serem vivenciadas pelos sujeitos. Consideramos que o indivíduo se constitui a partir desta produção de conhecimento e verdade, sobre si e sobre o outro, e sobre o mundo, atuando em múltiplas dimensões, constituindo-se entre regras e resistências. Sempre o corpo procura evacuar, escoar o que lhe sobra e o que não impera sobre ele.

⁵² “Trataríamos aí do corpo político como o conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 2013b, p. 31).

Encontramos nas falas dos Regulamentos, junto com as práticas operadas pelos corpos dos alunos no jornal, formas de mecanismos históricos-rituais, baseadas em preceitos mecanicistas, dualistas, maniqueístas, de técnicas de formação do corpo, para suprir um desejo de exercício de realidade social e individual determinada em seu tempo histórico. Tais formas podemos reconhecer replicadas hoje. Por meio desses ecos, que se pensar por que sustentamos certos modelos e no que, em consequência, queremos constituir, sobre a corporeidade do sujeito na escola, e também fora dela, para ao fim criar uma dinâmica social determinada, talvez desejável.

Os lugares de saber, como instituições de ensino, além de produzir sujeitos cognocentes, produzem esferas de corporeidades, que logo se tornam atuantes nos meios sociais e seus exercícios de poder. Não basta hoje repetir, manter-se alheio, colocar-se ingênuo ante tal prática histórica, a de esquadrihar o corpo, um tanto cartesiana, na perspectiva de corpo/corporeidade, produzida pelos dispositivos e técnicas de regulação na escola. Gostaríamos de atentar, nesta reflexão, que toda decisão construída dentro destas regulações aqui vistas, sejam elas pedagógicas, disciplinares, estruturais, subjetivas, morais etc., em todos os seus aspectos, está a conquista de um corpo, constituindo corpo. Pois justamente o que desejamos formar neste discurso final é a complexidade embutida em cada ação que se determina no seio institucional, que não só se age por conquistas metodológicas e desempenho intelectual do aluno. Que no ímpeto de uma instituição, composta por vários corpos, discuta-se e observe-se, ante suas decisões, a produção de corpo/corporeidade gerido também na escola.

Há que se experimentar em novos fazeres, ou, foucaultianamente falando, construir outros dispositivos para perceber, integrar e olhar para o corpo na produção do conhecimento. Juntos, cocriar direções, percebendo em constante a materialidade e os sentidos que experimentamos hoje. Agora falidos, já esgotamos modelos sustentados em noções dilaceradas, dualistas corpo x mente. Seguimos percebendo o sujeito apenas como um conjunto de ordens, conquistas e metas a serem conquistadas por cima de sua própria natureza dilacerada e muitas vezes adoecida, sejam olhadas ou percebidas no séc. XX ou no XXI. Ou mesmo no sentimento mecanicista de Descartes e Kant, dentre outros. Devemos romper certos pesos de uma experiência metafísica platônica, de um sentimento de experiências separadas e hierarquizadas, entre corpo, mente e experiência externa.

O objeto de estudo deste trabalho foi escolhido com vistas a encontrar uma janela, um lugar de percepção dentro do espaço descontínuo da nossa história da educação, para perceber os resquícios de um rastro longínquo e histórico, que nos remete ao esquecimento do “cuidado

de si” ,afastando-se do governo de si, neste caso do “cuidado de si” (*epiméleia heautoû*)⁵³, tratada em Foucault em suas obras *A hermenêutica do sujeito* e *A história da sexualidade III*. As chamadas “técnicas de si” ou “tecnologias de si” tratam de mostrar como a vida foi interrompida pelas leis, ou seja, pela vontade de verdade, o que ocasionará um distanciamento da nossa autonomia para escolha de possíveis existências, na tentativa de eximir de si sistemas potentes de conduta que, pelo contrário, por morte, têm a não aceitação da vida e de si mesmo. O cuidado de si significa a relação com o outro para o desenvolvimento de si mesmo.

Isso não quer dizer que esgotamos todas as possibilidades de análise e debates aqui vistas ou palpadas. Temos consciência de que este trabalho pode incitar outros pesquisadores a levantar questões. As evidências estão postas. Esse é o ritmo de pesquisa, com dia e hora marcada para se esgotar. Abrimos mão de muito no caminho e trazemos até aqui o que podíamos carregar conosco. Este é um trabalho inserido para além do campo da história, no campo da educação. E assim nos perguntamos: e o que pode o corpo?

⁵³ Em sua última fase de produção filosófica, Foucault dedica-se ao estudo de um conjunto de práticas que tiveram grande importância na Antiguidade helenística, conhecidas como o “cuidado de si”, em grego *epiméleia heautoû*. Compreende o que designa de “técnicas ou tecnologias de si” que se compõem de: cuidado de si, conhecimento de si, ocupar-se de si, temas associado a este cuidado de si. Fragmentar o corpo, no sentido de olha-lo sempre por pequenas partes sem a preponderância do todo, é de certo um modo fazer-se restar sua força, sua contingência, sua prontitude, desvirtuar vontade de potência autogeradora. As técnicas de si retornam, de certo modo, a estabelecer contato direto com a reflexão de seu próprio *ethos*, constituindo e contemplando em poder seu próprio corpo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. M. S. **O Atheneu Sergipense**: traços de uma história. Aracaju: ADGRAF Gráfica e Editora, 2005.

ALVES, E. M. S. **Entre papéis e lembranças**: o centro de educação e memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a história da educação. Aracaju: EDISE, 2015.

ATALIBA, G. Decreto regulamentar no sistema brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 97, p. 21-33, jan. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/32548/31364>>. Acesso em: 27 set. 2016.

AZEVEDO, C. B. Escolarização da Infância no Sergipe republicano. In: PAIVA, M. M.; VIVEIROS, K. F. M de; MEDEIROS NETA O. M. de. (Org.). **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: EDUFRN, 2011.

BARBOSA, I. L. E. O regulamento autônomo e seu papel na organização da Administração Pública Federal. **Revista de Informação Legislativa**, v. 51, n. 202, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503046/001011328.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1 out. 2016.

BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa**. Reforma do ensino primário e outras instituições complementares da instrução pública. Projeto de Lei de 1882. v. X, tomo IV. 1883.

BARBOZA, N. **Em busca de imagens perdidas**: Centro Histórico de Aracaju -1900-1940. Aracaju: Fundação Cultural da cidade de Aracaju, 1992.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e da modernidade**. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRODBEKIER, B. Poder regulamentar da Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 233, p. 141-178, fev. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45446>>. Acesso em: 8 out. 2016.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHAVES, R. S. R. **Aracaju, pra onde você vai?** Aracaju, 2004.

FORTES, B. O poder regulamentar. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 65, p. 26-48, jan. 1961. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/21846/20585>> Acesso em 27 Set. 2016

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. v. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada e 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2013b.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. Trad. Maria Thereza da Costa. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. 2. ed. Rio de Janeiro: conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001.

NUNES, M. T. **Prêmio grandes educadores brasileiros**: monografias premiadas 1984. Brasília: INEP, 1984. (Série Grandes Educadores).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Prédio do antigo tesouro do estado (atual sede da Câmara Municipal de Aracaju)**. 29 abril 2015. Disponível em: <<http://aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=64633>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Editora Record, 2014.

VAGO, T. M. **História de práticas educativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIDAL, V. F. S. **O Necydalus**: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). 2009. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

VIDAL, V. F. S. **Uma trajetória marcante de dois intelectuais sergipanos**: Gentil Tavares e Clodomir Silva. UFS, 2010. (artigo).

Jornais e periódicos

JORNAL do Aracaju. Aracaju, Anno III, n. 260, 11 abril 1872.

Disponível

em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218790&pasta=ano%20187&pesq=>>.

Acesso em: 9 fev. 2017.

JORNAL Folha de Sergipe. Aracaju, Anno XIX, n. 293, 3 abril 1910.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno I, n. 2, 13 jun. 1909a.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno I, n. 3, 20 jun. 1909b.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno I, n. 4, 27 jun. 1909c.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno I, n. 7, 18 jul. 1909d.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno I, n. 12, 22 de ago. 1909e.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 27, 1 maio 1910a.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 32, 5 jun. 1910b.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 52, 23 out. 1910c.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 54, 6 nov. 1910d.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 57, 29 nov. 1910f.

O NECYDALUS. Aracaju, Anno II, n. 60, 23 dez. 1910e.

Leis e decretos

SERGIPE. Decreto n.1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

SERGIPE. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879.

SERGIPE. Decreto n. 30, de 15 de março de 1890.

SERGIPE. Decreto n. 7129, de 26 de novembro de 1908.

SERGIPE. Decreto n. 7.129, de 26 de novembro de 1909.

SERGIPE. Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911.

SERGIPE. Decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925.

Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros

DÓRIA, R. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1930. Biblioteca Nacional. 1910. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720534/837>>.

GRACCHO, C. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1930. Biblioteca Nacional. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720534/2009>>.

Referências consultadas

BERT, J-F. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.

BEYSSADE, M. **Descartes**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1972.

CARDIM, L. N. **Corpo**. São Paulo: Globo, 2009.

CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História do corpo**: da revolução à grande guerra. v. 2. Trad. João Batista Kreuch (partes I e II) e Jaime Clasen (partes III). 2008.

COURTINE, J-J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Editora Vozes Limitada, 2013.

DELEUZE, G. **Foucault**. Lisboa: Edições 70, 2005.

LINHALES, M. A. A escola, o esporte e a “energização do caráter”: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). In: TABORDA, M. V.; OLIVEIRA, B. J. (Org). **Histórias de práticas educativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
MARTINS, H. H. T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2004.

NÓBREGA, T. P. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

PLATÃO. **O mito da caverna**. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2015.

SANT’ANNA, D. B. **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no Século XIX. Campinas: Autores Associados, 2013.